ANAIIS

DA
COMUNIDADE
BRASILEIRO—
POLONESA

SUPERINTENDÊNCIA DAS COMEMORAÇÕES DO
CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO POLONESA AO PARANÁ

Rua Carlos de Carvalho, n.º 575

Curitiba — Paraná — Brasil

*Dar prof. Ruy C. Wachowicza
dla biblioteki*

Towarzystwa Chrystusowego.

A N A I S
DA
COMUNIDADE BRASILEIRO POLONESA

Diretoria: Osvaldo Obrosiak — Presidente do Conselho Deliberativo
Vicente Flenik — Presidente do Conselho Diretor
Francisco Dranka — Secretário

Departamento Cultural:

Jan Krawczyk
Ruy C. Wachowicz
Paulo Nikodem
Mariano Hessel
Francisco Dranka
Mariano Kawka
Romão Wachowicz
Zdzislaw Zawadzki

ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO POLONESA

VOLUME I - Ano 1970

SUMÁRIO

Apresentação	5
ESTUDOS	
Ruy C. Wachowicz — Conjuntura Emigratória Polonesa no Século XIX	9
— A “Febre Brasileira” na Emigração Polonesa	29
Pawel Nikodem — Saporski — “O Pioneiro dos Semeadores”	59
MEMÓRIAS	
Mariano Hessel — Na Senda dos Pioneiros	95
TEXTOS E DOCUMENTOS	
Gazeta Polska — vários	115
Kalendarz Polski — Sul do Paraná	129

Publicação: Superintendência das Comemorações do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná.

Contribuição: Sociedade União Juventus

Coordenador Geral: Prof. F. Dranka

Coordenador Técnico: Prof. Ruy Christovam Wachowicz

Colaboradores neste número: Pawel Nikodem
Mariano Hessel
Mariano Kawka

STATE OF CALIFORNIA

County of _____

19__

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

6. _____

7. _____

8. _____

9. _____

10. _____

11. _____

12. _____

13. _____

14. _____

15. _____

16. _____

17. _____

18. _____

19. _____

20. _____

21. _____

22. _____

23. _____

24. _____

25. _____

26. _____

27. _____

28. _____

29. _____

30. _____

31. _____

32. _____

33. _____

34. _____

35. _____

36. _____

37. _____

38. _____

39. _____

40. _____

41. _____

42. _____

43. _____

44. _____

45. _____

46. _____

47. _____

48. _____

49. _____

50. _____

51. _____

52. _____

53. _____

54. _____

55. _____

56. _____

57. _____

58. _____

59. _____

60. _____

61. _____

62. _____

63. _____

64. _____

65. _____

66. _____

67. _____

68. _____

69. _____

70. _____

71. _____

72. _____

73. _____

74. _____

75. _____

76. _____

77. _____

78. _____

79. _____

80. _____

81. _____

82. _____

83. _____

84. _____

85. _____

86. _____

87. _____

88. _____

89. _____

90. _____

91. _____

92. _____

93. _____

94. _____

95. _____

96. _____

97. _____

98. _____

99. _____

100. _____

Witness my hand and seal of said County at _____ this _____ day of _____ 19__.

County Clerk

Notary Public

Transcorre em 1971 o centenário da vinda dos primeiros imigrantes poloneses ao Paraná. Eram 32 famílias que, após inúmeras peripécias e dificuldades, acabaram por se estabelecer definitivamente no planalto curitibano, no rocio da capital paranaense, na localidade denominada de Pilarzinho. Este acontecimento foi o início do movimento imigratório que veio caracterizar o grupo étnico polonês como o mais numeroso dentre todos os outros que imigraram ao Paraná.

Nesta época, estava o govêrno da Província do Paraná, conjuntamente com o govêrno imperial, reformulando sua política imigratória. As levas de imigrantes que não fôsem destinadas para o trabalho na lavoura tropical, notadamente a do café na província de São Paulo, eram encaminhados para centros coloniais afastados dos grandes centros de consumo. Esta política, chamada de "povoamento de espaços vazios", não estava produzindo os resultados almejados. O isolamento desses centros de colonização levava os mesmos à estagnação, senão, à decadência. Nestas circunstâncias, surgiram no Paraná vários núcleos imigratórios como Rio Negro, Superagui, atual Guaraqueçaba, Colônia Teresa nos sertões do Ivaí e Assungui, hoje Cêrro Azul. Quando da chegada do primeiro grupo de famílias polonesas a Curitiba, em 1871, o govêrno provincial já estava implantando uma nova política colonizadora. Esta consistia em estabelecer colônias nas proximidades dos grandes centros urbanos. No caso, em tôrno da capital paranaense. Assim, foram surgindo as colônias de Argelina, Pilarzinho, Abranches, Santa Cândida, Nova Orleans, D. Pedro, Tomas Coelho, Riviera, Santa Felicidade, Nova Tirol, etc. Estas colônias, ao contrário das anteriores, desde o início sentiram sua localização privilegiada e apresentaram um índice de desenvolvimento satisfatório.

As condições de fixação dos imigrantes nessas colônias podem ser consideradas satisfatórias. Porém tais condições não existiram quando do grande movimento imigratório provocado pela abolição da escrava-

dem, Miguel Sekula, da família Saporski, bem como de entidades sociais, como a Sociedade União — Juventus, Sociedade Renascença de Ponta Grossa, Sociedade José Pilsudski, Sociedade Nicolau Copérnico de M. Malet, e das Casas Paroquiais do Paraná. A êstes, externamos nossos sensibilizados agradecimentos, bem como a todos que no transcurso das publicações vierem a colaborar com tal objetivo.

Prazerosamente desejamos firmar nestas linhas que a Sociedade União-Juventus, desejosa de mostrar sua gratidão aos antepassados que a fundaram e eram poloneses, prontificou-se, através de seus dirigentes, a assumir os encargos econômicos da publicação, como uma colaboração, para os festejos do centenário. A Superintendência recebe esta colaboração com a mais profunda satisfação, porquanto além do aspecto material, que é valioso, vê na Sociedade União Juventus, hoje comandada pelos senhores Osvaldo Obrosiak, Presidente do Conselho Deliberativo e Dr. Paulo Filipake, Presidente da Diretoria, uma dimensão que aquela agremiação jamais deixou de ter, durante seus 72 anos de existência: a dimensão cultural. Compreenderam os atuais dirigentes da agremiação que agradecer aos predecessores é divulgar os seus feitos. Essa contribuição, além disso, tem mais um aspecto: colaborar para o maior conhecimento da História do Paraná, evidenciando o real papel que a imigração polonesa desempenha. Portanto, à Sociedade União Juventus e aos seus dirigentes, a mais profunda e a mais cordial gratidão do grupo que se propôs a editar os ANAIS.

Certos de que estamos entregando não uma obra completa, mas o material sôbre cujas bases poderá ser edificada a História do Imigrante Polonês, projetado na própria imagem, "O Semeador", obra imortal do escultor polono-brasileiro Zaco Paraná — Monumento que efetivamente simboliza o trabalho do pioneiro polonês, e que emoldura a capa dos ANAIS; desejamos ser igualmente semeadores. Desejamos semear na língua vernácula, o que as gerações pretéritas fixaram em polonês. No ensejo da efeméride centenária desejamos semear uma visão nova sôbre o papel do imigrante.

Curitiba, julho de 1970.

CONJUNTURA EMIGRATÓRIA POLONESA NO SÉCULO XIX

PROF. RUY CHRISTOVAM WACHOWICZ:

Licenciado pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, é professor de História do Colégio Estadual do Paraná, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Federal e da Universidade Católica. Além de um livro didático, possui trabalhos publicados sobre a imigração polonesa e monografias a respeito de diversos temas sobre a História do Paraná.

A partir do século XIX, ocorreu nos países ocidentais da Europa um extraordinário crescimento demográfico, jamais presenciado na história da humanidade. A população européia, que em 1800 contava com um total de 180.000.000 de habitantes, alcançou, nas vésperas da primeira grande guerra, a elevada cifra de 460.000.000 de habitantes. Tal índice de crescimento demográfico europeu trouxe, como não poderia deixar de fazê-lo, profundas modificações em todos os setores da sociedade de então. Essas transformações provocaram profundas tensões e pressões nas estruturas da sociedade européia. Em consequência, a instabilidade decorrente de tal processo envolveu as camadas menos aquinhoadas da população em uma tensão e insatisfação para com a estrutura na qual haviam vivido até então. Uma das manifestações de tal descontentamento foi o desejo de emigrar e procurar melhores condições de sobrevivência, particularmente no Novo Mundo.

Movimentos emigratórios da Europa para a América sempre existiram, desde o seu descobrimento, porém eram os mesmos controlados pelas metrópoles e serviam para o fortalecimento dos impérios coloniais existentes.

No século XIX, uma nova equação se formou na Europa e na América, possibilitando a ocorrência, durante o século, do maior deslocamento populacional que a história registrou. Dezenas de milhões de pessoas deslocaram-se da Europa, atravessando o oceano para as terras despovoadas do Novo Continente.

O excesso de mão-de-obra proletária nas aldeias e vilas européias; o elevado índice de crescimento demográfico; a falta de terras para as novas gerações; a ausência de adequada legislação agrária; o êxodo rural para os centros industriais, os quais por sua vez já começavam a sentir os efeitos da mecanização e a conseqüente dispensa de mão-de-obra; e ainda perseguições políticas e religiosas, induziram o europeu a emigrar e estabelecer-se nos países recém-emancipados e quase despovoados da América, os quais por sua vez procuravam atrair estas populações descontentes para povoar seus imensos vazios demográficos. Se

a propaganda dos países de imigração consistia na oferta de vastas extensões de terras para povoamento, é evidente que a grande maioria dos europeus a emigrarem fôssem camponeses.

Nessa onda emigratória, desempenharam os ingleses o papel de pioneiros. Das ilhas britânicas, entre 1820 a 1919, emigraram aproximadamente 10.000.000 de pessoas. Esta soma gigantesca contribuiu para o fortalecimento das características culturais anglo-saxãs dos Estados Unidos, bem como para o alicerçamento do império britânico no mundo, após as guerras napoleônicas.

Paralela, e dentro do grande caudal da emigração inglesa, encontramos a presença irlandesa. Até 1846, a contribuição desta nacionalidade é pouco numerosa; porém a grande crise da produção de batata (produto básico da agricultura da ilha, crise esta que se prolongou por vários anos), obrigou a emigrar o irlandês, que já vivia numa estrutura agrária baseada no arrendamento da terra aos latifundiários ingleses, sofrendo perseguições e segregação política e religiosa por parte dos círculos protestantes governamentais. Na segunda metade do século XIX, a população irlandesa baixou de 8.000.000 para 4.500.000 de habitantes, como efeito desse movimento maciço de sua população.

De 1853 a 1889, a corrente emigratória que abandonou as ilhas britânicas estava composta em 49% de ingleses, 41% de irlandeses e 10% de escoceses.

Se tal ocorria nas ilhas britânicas, um processo semelhante era constatado no continente. Assim como os irlandeses formavam um grande afluente dentro da emigração inglesa, os poloneses desempenharam um papel semelhante dentro da emigração germânica para o Novo Mundo. Ao compararmos a emigração irlandesa com a polonesa, encontramos um paralelismo digno de ser ressaltado. Ambas as nações eram católicas e suportavam o domínio imperialista, que adotava o credo protestante. Enquanto a Irlanda estava subordinada política e economicamente a uma só nação, a Inglaterra anglicana, a Polônia encontrava-se tripartida entre a Alemanha luterana, a Rússia ortodoxa e a Áustria católica. As potências dominantes procuravam eliminar o domínio católico, tanto na Irlanda como na Polônia, através de campanhas oficiais sistemáticas. Ambas as nações tinham a base de sua economia alicerçada na agricultura, onde se destacavam como produtos básicos a batata, o trigo e o centeio. Enquanto o irlandês era eliminado como língua oficial em seus próprios domínios, o polonês o era também na parte de domínio alemão e russo. Por outro lado, as estruturas agrárias ineficientes obrigavam tanto o irlandês como o polonês a procurarem emprêgo nas cidades industrializadas da metrópole dominante.

A participação porcentual do irlandês e do polonês neste caudal

era desproporcional em relação as suas populações nacionais, o que contribuiu para o enfraquecimento de suas respectivas nacionalidades na Europa.

Dos territórios britânicos, a corrente emigratória atingiu o continente, onde se destacou a contribuição alemã. Inicialmente, a corrente emigratória desta nacionalidade foi fraca, atingindo, na primeira metade do século XIX, de 3.000 a 5.000 emigrantes anualmente; alcançou, entretanto paulatinamente, maiores proporções: de 1855 a 1870, a média foi de 30.000 anualmente, sendo que após a guerra franco-prussiana, apesar das oscilações, atingiu níveis elevados. A média estabilizou-se na passagem do século, em torno dos 20.000 emigrantes anuais, para continuar a cair lentamente até a Primeira Grande Guerra. O total de emigrantes procedentes das terras sob hegemonia alemã atingiu 7.000.000 de pessoas. Desta corrente emigratória, 90% era formada por elementos alemães, enquanto 9% o era pelo elemento polonês e 1% pelos dinamarqueses, franceses e outros. Da comparação de dados estatísticos norte-americanos, alemães e poloneses, Mieczyslaw Szawleski chegou à conclusão de que a participação do elemento polonês na corrente emigratória alemã variou conforme a época. Assim, de 1861 a 1870, participou com 5%; de 1871 a 1880 com 15%, de 1881 a 1890 com 20%, de 1891 a 1895 com 15%, de 1896 a 1898 com 10%, decrescendo então paulatinamente até 1914, quando foi interrompida, face ao conflito bélico mundial. (1)

O grande movimento emigratório iniciado nas terras britânicas atravessou pois o mar do Norte e atingiu o império alemão e os países escandinavos, embora nestes com menor intensidade. Na segunda metade do século XIX, a onda emigratória chegou aos países da Europa oriental e meridional, de onde conseguiu retirar novos milhões de emigrantes para além do oceano. Esse impulso atingiu os territórios que outrora formavam o Império Austro-Húngaro, o reino da Itália e os países balcânicos. O advento da guerra de 1914-18 surpreendeu esse movimento de transumância atingindo as proximidades do Mar Negro e as fronteiras da Rússia propriamente dita.

Afirma o Dr. Mieczyslaw Szawleski, estudioso da emigração polonesa que, não fôra a interrupção causada pela guerra, esse afluxo teria atingido as populações camponesas da Rússia. (2)

CONTEXTO HISTÓRICO DA NAÇÃO POLONESA

Dentre as várias correntes que forneceram grandes contingentes emigratórios para a América, os poloneses apresentam-se com uma

(1) SZAWLESKI, Mieczyslaw — KWESTJA EMIGRACJI W POLSCE — p. 29, Nakładem Polskiego Towarzystwa Emigracyjnego, Warszawa, 1927.

(2) SZAWLESKI, Mieczyslaw — op. cit. p. 20.

característica que, embora esteja sempre constatada em outros povos de emigração, os assinala sobremaneira. Trata-se do seu etnocentrismo. Os poloneses do século XIX, vivendo numa sociedade onde o poder político e grandemente o econômico não estava sob seu contrôlo, criaram como sentimento de compensação, uma mística em tórno do seu grupo étnico e cultural, na defesa de sua polonidade ameaçada. Para defender-se da poderosa influência da cultura germânica e russa, os poloneses criaram um conceito de valores nacionais destinados a contrabalançar e neutralizar os valores estranhos à sua própria cultura, grandemente ameaçada desde a perda de sua independência e consequente ocupação de seus territórios. Para que melhor se possa compreender o comportamento do polonês não só dentro do seu próprio habitat, como também nas terras de imigração, é preciso analisar as características conjunturais que levaram êsse "homem polonês" a adquirir tal comportamento.

Depois de ser, nos séculos XVI e XVII uma das mais poderosas nações da Europa, a Polônia experimentou, no século XVII, uma decadência altamente perigosa, visto estar cercada por nações poderosas e desejosas de expansão territorial. Seus vizinhos poderosos, a Prússia no ocidente e a Rússia no oriente, experimentavam um período de fortalecimento não só de seus governos absolutistas e fortemente centralizados, bem como de seu poderio militar, com a implantação de exércitos modernos e permanentes. A Polônia, por seu turno, com o poder central em processo de enfraquecimento e sem exército permanente, tinha a sua defesa baseada nas milícias camponesas, que eram mantidas e controladas pela nobreza e somente poderiam ser recrutadas pelo govêrno central em guerras defensivas. Tal situação era um anacronismo, se fôr colocada em confronto às poderosas monarquias suas vizinhas. O trono polonês era eletivo, possibilitando a ingerência de dinastias e interesses alienígenas, o que dilapidava, tumultuava e enfraquecia o país. Tôdas as tentativas de concretizar uma reforma política foram desfeitas na Dieta, composta pela nobreza do país. A Dieta (Sejm) foi regida por leis anacrônicas, que encaminharam o país ao caos. Um dos anacronismos mais conhecidos é o chamado "liberum veto", amplamente conhecido pelos historiadores e juristas do mundo inteiro. É o direito, que cabia a cada deputado do "sejm", de anular uma decisão da maioria parlamentar. Não tinha portanto o parlamento polonês o direito de legislar com maioria absoluta de votos. Qualquer grupo minoritário poderia paralisar os trabalhos parlamentares. Como o "liberum veto" paralisava qualquer iniciativa concreta da maioria, obrigou a mesma a dar exagerada importância às minorias existentes no país. Desta forma, em tôdas as deliberações parlamentares polonesas, obrigatoriamente existia entre as facções parlamentares a conhecida "zgod", i. é., o acôrdo. O fato é que, apesar das deficiências, êste sistema

funcionou na Polônia durante dois séculos e a tornou conhecida na Europa como expoente das liberdades minoritárias.

Com a morte do rei Augusto III da dinastia saxônica, foi eleito para o trono Stanislaw Poniatowski, o qual, apesar de ser polonês, era por demais influenciado pela imperatriz russa Catarina II. A exagerada, indesejável e perigosa influência de Catarina II nos negócios do Estado Polonês fez com que um grupo de patriotas organizasse uma resistência armada contra os russos. Após 4 anos de lutas, os patriotas foram derrotados, pois nem auxílio do rei receberam. Aproveitando-se da situação em 1773, as monarquias absolutistas da Rússia, Prússia e Áustria resolveram inicialmente enfraquecer o regime polonês. Concretizaram então a primeira partilha do país, desmembrando extensos territórios pertencentes a Polônia.

Diante do ocorrido e do que ainda poderia ocorrer, as forças positivas da nação despertaram e procuraram atualizar o país, para que se pudesse enfrentar os vizinhos belicosos:

- 1 — Reconheceu-se o valor da instrução, tendo sido criado o primeiro Ministério de Instrução Pública de toda a Europa.
- 2 — Suprimiu-se a eletividade do trono e aboliu-se o "liberum veto".
- 3 — Criou-se um novo sistema tributário, com a participação inclusive da nobreza.
- 4 — Renúncia voluntária dos nobres a seus privilégios feudais.
- 5 — Promulgação da democrática constituição de 3 de maio, "a mais adiantada da Europa".
- 6 — Tentativa de criação de um exército permanente de 100.000 homens.

Tal regime liberal nas vizinhanças, as potências absolutistas de direito divino em hipótese alguma poderiam tolerar. Identificaram o novo regime polonês com idéias que ameaçavam sua sobrevivência. Aliaram-se então, a Rússia e a Prússia, a uma facção minoritária da nobreza polonesa, descontente em virtude da perda dos privilégios, pela constituição de 3 de maio. O resultado foi a guerra, que não se fez esperar, com o ainda débil regime polonês. O desespero e o devotamento de notáveis comandantes como José Poniatowski, sobrinho do rei, e de Tadeu Kosciuszko, não puderam deter o exército do inimigo, muito superior em número e armamentos. Face à derrota das armas polonesas, ocorreu o segundo desmembramento da Polônia, em 1793. No ano seguinte, o herói polono-americano Tadeu Kosciuszko tentou novamente um levante contra os usurpadores, mas foi sufocado. Ocorreu então a terceira partilha da Polônia e seu conseqüente aniquilamento como Estado livre e soberano. Corria o ano de 1795.

Confiaram os poloneses na restauração do país, pelas convulsões decorrentes da revolução francesa, dando apoio a Napoleão Bonaparte. Porém êste criou em 1807 apenas o Ducado de Varsóvia, que teve vida efêmera, pois foi extinto pelo Congresso de Viena. Em 1815, o referido congresso, que reestruturou o mapa político da Europa, não deu guarida aos apelos das nacionalidades oprimidas. Dentre os vários territórios anexados pela Rússia, o antigo Ducado de Varsóvia, criado por Napoleão, veio a denominar-se de "Kongresówka", ou seja, Reino da Polônia ou Reino do Congresso. A Prússia incorporou a Pomerânia, Posnânia e a maior parte da Silésia, enquanto a Áustria ficou com a Galícia e parte da Silésia. Cracóvia, grande centro universitário, foi considerada cidade livre, sob o protetorado das três potências ocupantes da nação polonesa.

Face à situação, as associações políticas secretas multiplicaram-se e passaram a lutar pela independência. Em 1830, os poloneses aproveitaram-se da onda de liberalismo que se desencadeou na Europa e sublevaram-se. O estopim da revolução foi o desejo do czar Nicolau I de enviar um exército polonês para a Bélgica, a fim de sufocar a revolução liberal ali desencadeada, dentro dos princípios da Santa Aliança. Os poloneses levantaram-se em armas. A repressão sofrida foi terrível, mas Nicolau I viu-se impossibilitado de intervir na Bélgica, tendo em consequência êste país garantido a sua independência. Em 1863, nova revolução foi duramente reprimida pelos russos, com deportações e enforcamentos em massa. A resposta da Rússia e da Prússia a essas manifestações da nacionalidade polonesa não se fez esperar. Sua nova política teve por finalidade despolonizar as populações dominadas. Assim a Rússia czarista e a Prússia Bismarquiana dirigiram contra os poloneses uma série de leis de exceção, com o objetivo da desnacionalização. Conseguiram abafar o sentimento polonês por várias décadas; porém em 1905, nova revolução surgiu nos domínios russos, sendo igualmente frustrada. As esperanças dos poloneses somente haveriam de se concretizar no transcurso da Primeira Guerra, quando a nação foi novamente restaurada.

AS CLASSES SOCIAIS

Os séculos XVII e XVIII assistiram na Europa Ocidental ao fortalecimento da classe burguesa e ao debilitamento da nobreza. A burguesia, aliada à realeza, proporcionava ao rei possibilidade de se impor à nobreza, fortalecendo desta forma o poder central. Na Europa Oriental e mais especificamente na Polônia, tal processo não se manifestou como na maioria dos países da Europa ocidental. Nestes séculos, a burguesia polonesa não conseguiu um crescimento e fortalecimento equivalente ao ocorrido no ocidente. Conseqüentemente, a aliança entre a realeza e a burguesia, que não possuía bases sólidas, não se processou.

A nobreza, que continuava a ser a classe privilegiada e dominante, opunha-se terminantemente ao fortalecimento do poder central. Tal estrutura era mantida em pleno século XVIII, pois a nobreza não encontrava rival à altura e ainda era capaz de ditar normas ao governo central. Face a isso, a alta burguesia polonesa aliou-se à nobreza e procurou imitá-la, na tentativa de incorporar-se à mesma, já que era de fato a classe detentora do poder.

As classes aristocráticas conseguiram durante a vigência do sistema da monarquia eletiva uma tal descentralização do poder, que no século XVIII a Polônia começou a lembrar a Confederação Germânica: os nobres magnatas poloneses eram tão independentes do rei como os príncipes alemães do imperador. Alguns deles conduziam até uma política externa própria, o que na prática significava que se tornavam instrumentos da política externa da Rússia, Prússia, Suécia, Áustria e França. (3) Esta alta nobreza é que ocupava os cargos mais elevados do Reino. Porém com a perda da independência da Polônia, seu poder político desapareceu, restando-lhe apenas a fortuna e a tradição.

Nesta época, as classes dominantes urbanas e rurais apresentavam-se bem distintas e independentes. Na conjuntura da Polônia de então, as primeiras eram supletivas e as segundas fundamentais, por se tratar de uma sociedade ainda tipicamente rural, com muitas características feudais. A pequena e a média burguesia urbana progredia lentamente, enquanto que a alta burguesia, por estar ligada à alta nobreza, demonstrava progressos mais significativos. Em seguida, dentro da pirâmide social, vinha a nobreza rural, a qual se distinguiu da anterior por uma série de elementos: não possuía fortuna, e em consequência era de uma cultura inferior. Não possuíam servos. Quando da independência do país, possuía alguns direitos políticos, porém com a perda da mesma, só lhes restou a tradição, como elemento de distinção social. Esta pequena nobreza rural, originou-se nos séculos XIV e XV e descendia dos guerreiros, que foram recompensados com terras pelos nobres a quem serviam. Em seguida, vinha o pequeno proprietário rural e o trabalhador braçal, descendente dos servos medievais, sem direitos quaisquer. Esta falta de direitos políticos, sempre sentida pelo camponês, facilitava aos países dominadores a manutenção de tal classe no mais completo obscurantismo, explorando-a como mão-de-obra barata, i.é., tratando-a como objeto e não como sujeito. Isto ocorreu até o século XX, quando do renascimento da Polônia. O campesinato polonês sempre se manteve alheio e indiferente ao incompreensível mundo situado fora de sua aldeia e arredores (okolica). Simples força braçal, e sempre tratado como tal, estava impossibilitado de qualquer ascensão vertical dentro da sociedade. Sua mobilidade social, tanto ver-

(3) POLAK, W. — MILÊNIO DA POLÔNIA CRISTÃ — p. 36, Curitiba, 1966.

tical como horizontal, era diminuta, se a compararmos com as condições da Europa ocidental, e praticamente nula em comparação as condições de mobilidade existentes na América.

Vivendo pois numa comunidade semi-feudal, possuía oportunidades de pertencer a poucas instituições sociais. A comuna e a paróquia eram o seu mundo. Sua participação na primeira era muito limitada. Medidas restritivas do governo faziam com que sua participação na administração comunal fôsse a de expectador passivo, sobretudo na parte russa, onde seus direitos comunais eram mais limitados. A única instituição com a qual estava mais familiarizado, e de cuja vida participava, era portanto a paróquia. Ali êle atuava, era solicitado pelo pároco, ocupava cargos na administração paroquial, fazia parte de associações religiosas. Ali êle era gente, era alguém. Afora a família, era a paróquia o único grupo social organizado, ao qual o camponês pertencia e era membro ativo.

Estas circunstâncias político-sociais explicam o forte apêgo à paróquia e à liderança do padre que o colono imigrante polonês sempre demonstrou em terras de imigração.

SITUAÇÃO NO DOMÍNIO PRUSSIANO

A parte ocupada pela Prússia (Posnânia, Pomerânia e Silésia), possuía em 1905 uma população de 3.646.446 habitantes. Das três partes em que foi dividida a Polônia, era a de menor contingente populacional. Embora a população polonesa constituísse uma minoria dentro da nação prussiana, sempre foi foco de agitações sociais e revolucionárias em territórios onde predominava. Desde o início da partilha, foi plano do governo prussiano o enfraquecimento do espírito nacional polonês através da assimilação cultural. A ponta de lança de tal política era o ensino, no qual foi proibida a utilização da língua polonesa. Embora a região sentisse os efeitos do progresso econômico, o descontentamento das populações polonesas fazia-se sentir. Assim, em 1848, dentro do contexto da luta dos liberais contra os absolutistas na Europa, conseguiram os poloneses, num momento de debilidade do governo prussiano e não sem lutas e levantes sangrentos, o aval do governo prussiano à idéia de se aliviar as tensões existentes nas terras polonesas. Decidiu-se então que o ensino voltasse a ser ministrado na língua pátria das crianças. Esta revolução conseguiu ainda que o governo reiniciasse a execução da reforma agrária que fôra iniciada em 1808, e ainda não efetivada. Entretanto, a aplicação da referida reforma, embora procurasse diminuir o número de minifúndios existentes e beneficiar os proprietários médios e maiores, na realidade transformou grande número de pequenos e médios proprietários em proletários rurais. Desta forma, para as populações menos favorecidas, a situação pós-reforma piorou. O resultado positivo de tal tentativa reformista foi

na realidade a abolição da servidão. Os antigos servos e os pequenos proprietários aumentaram o contingente do proletariado rural, o que só veio beneficiar aos grandes proprietários, donos de grandes fazendas denominadas de "folwark", os quais, face à grande oferta de mão-de-obra, pagavam baixíssimos salários. As estatísticas indicam que o proletariado agrícola era porcentualmente o mais numeroso das três partes da Polônia. Atingia 41% da população rural na Polônia Prussiana, 31% na Polônia do Reino e 26% na Galícia.

Paralelo a essa crise pela qual passava o agricultor, o grande crescimento vegetativo da população vinha agravar o excesso de mão-de-obra existente. Tal situação obrigava aos camponeses a procurarem trabalho em outras províncias alemãs, inclusive encaixando-se na corrente emigratória germânica para o além oceano. Esta saída de poloneses para outras províncias alemãs dificilmente poderá ser considerada emigração, pois na época tratava-se de movimentos migratórios dentro da mesma unidade política: a Confederação Germânica.

Tornou-se usual entre os trabalhadores agrícolas poloneses permanecerem alguns anos no interior da Confederação, só retornando quando dispusessem de alguma economia, capaz de melhorar sua vida na aldeia de origem. Antes da Primeira Guerra Mundial, vamos encontrar 700.000 poloneses nas províncias alemãs, dos quais 400.000 na região do Reno-Westphalia, 100.000 em Berlim e os restantes no Hannover, Brunswick etc. De qualquer forma os salários trazidos pelos migrantes sazonais às terras étnicamente polonesas eram como que infusão de capital na região, o que motivou a longo prazo uma certa melhoria para os agricultores.

Após a concretização da reunificação dos Estados alemães em 1870, a situação dos poloneses agravou-se. O chanceler Otto von Bismarck divisava no catolicismo e nas minorias polonesas uma ameaça ao poder dos Hohenzollern e conseqüentemente, no seu entender, ao Estado alemão. Difundiram-se os princípios da "raça superior", da "missão histórica" do país e muitos outros slogans equivalentes. Era preciso eliminar definitivamente o perigo da pequena, porém problemática minoria polonesa, foco permanente de insegurança. Por outro lado, a grande problemática para Bismarck era o fato de não haver o recenseamento de 1870 comprovado a progressão, tão desejada, do elemento germânico sobre o domínio das terras em regiões étnicamente polonesas. Bismarck deu-se conta de que o problema não era somente da alçada do império alemão e sim de todas as potências ocupantes da nação polonesa. Era preciso então resolver o problema de forma internacional, mediante comum esforço dos interessados. Aproveitando-se em 1872 do centenário da primeira partilha da Polônia, convocou para Berlim um congresso dos países ocupantes, com o fim de, entre outras

coisas, reforçar a ação conjunta visando a desnacionalização dos poloneses. Iniciou-se então para os poloneses uma época de violentas repressões e segregações. Como consequência direta do referido congresso, constatamos:

- 1 — Germanização completa das escolas normais e secundárias.
- 2 — Exigência, a partir de 1876, da exclusividade da língua alemã na administração, magistratura etc.
- 3 — Exclusividade para alemães na nomeação do funcionalismo.
- 4 — Eliminação parcelada dos nomes poloneses das localidades, ruas, praças, acidentes geográficos etc.
- 5 — Proibição de sermões em polonês, bem como da utilização de cânticos religiosos e devocionários que não fôssem em língua alemã.
- 6 — A imprensa polonesa foi altamente censurada e proibiu-se a reunião de poloneses.

Esta luta de Bismarck contra o catolicismo e a polonidade, denominada de "Kulturkampf", adquiriu nos territórios poloneses ocupados pelos alemães aspectos mais enfáticos, não só pelo catolicismo arraigado de sua população, como também pelo sentimento patriótico de sua população.

Ainda dentro da "Kulturkampf", destacou-se a denominada "guerra agrária", a qual visava passar para mãos alemãs o domínio da terra. Neste sentido, em 1886, foi dado um grande passo. Foi criado o fundo de colonização com a elevada soma de 100.000.000 de marcos; sua aplicação, sob alegação de "reforma agrária", chegou a proibir que os trabalhadores agrícolas usufruíssem da mesma em sua própria aldeia. Esta proibição visava o trabalhador a deslocar-se para outras aldeias, o que era inviável. Se o inconformismo do polonês se manifestasse sob a forma da emigração transoceânica, melhor ainda, facilitaria a germanização. Paralelamente, o govêrno teve ainda de enfrentar o problema das migrações sazonais internas, e as vindas do Reino da Polônia e da Galícia para os Estados alemães. O seu número era elevado, atingindo centenas de milhares de migrantes. Em 1886, foram ainda expulsos da Alemanha todos os poloneses ali radicados que não fôssem cidadãos alemães (40.000 ao todo).

Proibiu-se a entrada no país de trabalhadores sazonais. Os protestos dos grandes proprietários agrícolas alemães ressoaram tão alto que em 1890 o govêrno foi obrigado a retroceder, impondo no entanto uma série de obstáculos para tal fim:

- 1 — Somente seria permitido contratar trabalhadores sazonais de 1 de fevereiro a 20 de novembro. Durante êstes 40 dias res-

tantes o trabalhador seria obrigado a abandonar a Alemanha. Era o chamado "Karenz Zeit". Esta determinação visava desestimular a vinda de trabalhadores, pois os gastos com a locomoção e os 40 dias de inatividade não proporcionariam as vantagens almejadas.

- 2 — Aos poloneses radicados na Posnânia, só seria permitido a ocupação com a agricultura e suas derivações, nas minas de carvão e outros ofícios industriais. Foi-lhes proibida a participação no grande comércio e indústria. Foram forçados portanto a permanecer ligados à terra. Entretanto na Silésia, a qual era considerada parte integrante da Prússia, a indústria foi incentivada, principalmente a da mineração e a siderúrgica. Os trabalhadores eram poloneses em sua maioria.

Ainda em 1909, foi criada a "Arbeiterzentrale", entidade esta a quem competia a expedição da carteira profissional aos estrangeiros, a qual tinha entre outros fins o de obstaculizar a entrada de trabalhadores sazonais poloneses para a Alemanha. Apesar de tôdas estas dificuldades criadas, a migração sazonal cresceu. Se nas duas últimas décadas do século XIX os migrantes perfaziam a média de 17.275 anualmente, no século XX o seu número cresceu assustadoramente, o que explicava a criação do "Arbeiterzentrale".

SITUAÇÃO NO DOMÍNIO RUSSO

Coube aos poloneses desta região a maior parcela de responsabilidade nas atividades clandestinas que os patriotas empreendiam em prol da independência da pátria. Das três partes em que foi a Polônia dividida, foi a de maior expressão e importância. Sua população era em 1914 calculada em 13.250.000 habitantes.

Sob a influência das idéias liberais da revolução francesa, em 1807 já havia sido abolida a servidão, medida esta de transcendental importância para a região, visto que 80% de sua população era rural. Inicialmente, possuíram os poloneses certas liberdades, asseguradas por uma constituição; porém nem sempre os artigos que os beneficiavam eram obedecidos. Com a ascensão do czar Nicolau I ao trono do Império Russo, a situação do Reino da Polônia agravou-se. O nôvo czar ignorava o que eram direitos constitucionais e em conseqüência multiplicaram-se os atritos entre poloneses e russos. As organizações secretas anti-russas aumentavam sua força e atividade.

Nos anos de 1830, 1864 e 1905, ocorreram violentas revoluções. Em conseqüência, o governo czarista extinguiu inúmeras concessões afeitas aos poloneses, porém manteve um estatuto próprio para a região.

Após a revolução de 1830, a região foi tomada de profunda decadência, face ao desinterêsse e descaso com que seus problemas passa-

ram a ser tratados pelo govêrno tzarista. Tal fato ocorreu não por motivos de movimentos migrat6rios ocorridos na regi6o ou por epidemias, mas sim por estagnaç6o econ6mica, inaniç6o e mis6ria. Como se isto n6o f6sse suficiente para debilitar a regi6o, a repress6o que se seguiu ap6s a fracassada revoluç6o de 1863 provocou um maciço êxodo do que ainda restava da "intelligentsia" polonesa; 120.000 cidad6os, dos mais destacados exilaram-se em diversos pa6ses europeus; e mais 12.000 implicados foram desterrados para a R6ssia e Sib6ria, seguindo-se ainda o confisco de seus bens.

A partir de 1864, a pol6tica de repres6lias que passou a ser aplicada pela R6ssia teve como fim 6ltimo a desnacionalizaç6o dos poloneses. Foi ent6o criado com esta finalidade o "Comitê Para os Assuntos do Reino da Pol6nia". As experi6ncias colhidas pelo govêrno russo serviram de subs6dios para que, posteriormente, Bismarck organizasse a sua "Kulturkampf" na Alemanha. A campanha iniciada pelo govêrno russo visava atingir at6 a Igreja, como tamb6m as classes mais modestas da populaç6o:

- 1 — O idioma polonês foi proibido nos atos oficiais.
- 2 — A Igreja Cat6lica foi perseguida em benef6cio da Ortodoxa russa.
- 3 — Proibiç6o do uso do idioma polonês nas escolas prim6rias.
- 4 — Destitu6o dos poloneses dos cargos importantes.

Devido 6s novas leis de desnacionalizaç6o das escolas, in6meras eram as dificuldades encontradas pelos poloneses para ensinar a ler e escrever a seus filhos em l6ngua p6tria. S6mente era poss6vel aprender alguma coisa em casa com os pais, e isto ainda se os mesmos eram ao menos alfabetizados. Um emigrado para o Brasil assim descreve o problema enfrentado por sua fam6lia: **"Meu pai ao se casar n6o sabia ler. Ensinou-lhe a minha m6e, a qual por sua vez conseguia ler as palavras mais dif6ceis em polonês, soletrando-as. Aos filhos mais velhos foi no entanto o pr6prio pai que os ensinou. Para as aulas, que eram noturnas, vinham tamb6m as crianç6as da vizinhança. Sentavam-se em t6rno de uma mesinha e estudavam em uma cartilha e no livro de reza."** (4).

Um outro emigrante, tamb6m para o Brasil, assim apresenta o problema: **"(...) Durante meio ano freq6entei uma escola. N6o a entendia e n6o a suportava. Algo no 6ntimo do meu ser revoltava-se. Tratavam-me como a um ignorante. Entretanto em casa gostava de soletrar com minha m6e, porque entendia o que ela falava..."** (4)

Na literatura polon6sa 6 muito conhecida e exaltada a funç6o desempenhada pelos pais e pelos av6s na preservaç6o da escrita polone-

(4) PAMIETNIK EMIGRANT6W — Ameryka poludniowa — Instytut Gospodarstwa Spo6ecznego — p. 202 e 258, Warszawa, 1939.

sa pelas novas gerações. Até altas horas da noite, sob a luz de um lampião a querosene, com a fisionomia já dominada pelo sono é que o mesmo era transmitido, já que legalmente, nas escolas, a língua polonesa estava proibida por lei.

Por outro lado, as violências e as perseguições atingiram níveis até então nunca vistos. O governo russo, que havia percebido o apoio emprestado pelo camponês à revolução de 1863, a fim de iludi-los e enfraquecê-los, simulou desde então uma reforma agrária para agradá-los. O objetivo, no entanto, era tornar o camponês dono de pequenas propriedades a fim de, contentando-o, afastá-lo das lideranças nacionalistas. No conjunto, entretanto, a repressão levada a efeito pelo governo russo demonstrou sua eficiência, pois por um espaço de 41 anos (1864 — 1905) não mais se repetiram movimentos emancipacionistas em prol da restauração da Polônia.

As violentas repressões sofridas pelas lideranças, bem como pela população em geral, após os fracassados movimentos revolucionários, são melhor atestadas pela flutuação do crescimento da população do Reino da Polônia. Dos 13 anos que separam 1816 e 1829, a população do país cresceu de 2.717.287 habitantes para 4.137.634, i.é., houve um acréscimo de 1.420.347 habitantes, o que corresponde a um aumento geral de 3,3% ao ano. No ano que se seguiu a revolução de 1830, i.é., 1831, registraram-se 3.762.002 habitantes, havendo pois um decréscimo de 375.631 habitantes como conseqüência do fracassado movimento revolucionário. O fato se deve ao deigrêdo, execuções e o exílio forçado das lideranças.

Em 1846, nas vésperas de novos movimentos revolucionários, registraram-se 4.867.129 habitantes, o que corresponde a um aumento em 15 anos (1831-1846) de 1.105.126 hab., já com um índice bem menor de crescimento. Nos 8 anos que se seguiram registramos em:

1847.....	4.857.700
1855.....	4.673.000

Comprova-se portanto que, passados 7 anos após a fracassada revolução de 1848, ainda encontramos um decréscimo de 193.260 habitantes a menos do que o registrado no ano que antecedeu à revolução. Pode-se pois formar uma idéia das profundas convulsões sofridas por este território ocupado pela Rússia czarista. (5).

Entretanto, ao contrário do que ocorria na Posnânia, o governo russo, estimulado pela grande transformação industrial que estava se processando nos países de maior progresso na Europa ocidental, passou também a estimular a industrialização dentro de suas fronteiras, inclu-

(5) KLOBUKOWSKI, Stanislaw — O WYCHODZTWM POLSKIM Z POD PANOWNIA ROSYJSKIEGO — p. 194, in PRZEGLAD EMIGRACYJNY — n.s 18 e 19, ano II, Lwów, 1893.

sive no Reino da Polônia, graças a força hidráulica e os depósitos de hulha que se encontravam na região. Esta política industrializante foi aplicada de 1870 a 1880, década em que experimentou a região um grande desenvolvimento industrial. Surgiram então grandes parques industriais como Lódz, Kalisz e Varsóvia. Embora não proibindo a participação do capital polonês na indústria, o governo russo dificultou a aplicação do mesmo, o que tornava a região uma verdadeira terra da promessa para o capital estrangeiro. O crescimento industrial é atestado pelo aumento significativo da mão-de-obra neste setor:

1876.....	85.000 operários
1910.....	400.000 "

Entretanto, não era intento do governo russo o crescimento integral e harmonioso da indústria regional. Procuravam freiar os setores industriais para os quais não tinham interesse, i.é., os que prejudicavam a indústria em outras regiões no interior da Rússia. Por sua vez, a indústria têxtil, já organizada, procurava eliminar a concorrência do artesanato, então bastante desenvolvido, baixando os preços e provocando a ruína dessa camada da população urbana.

Data a alta participação do elemento rural na distribuição da população (80%), e o alto crescimento demográfico que a região passou a registrar: 16/1000, os problemas agrários agravaram-se. Registrou-se um aumento do número de trabalhadores rurais que não conseguiram tornar-se proprietários: em 1891, 13% da população rural não era proprietária, enquanto em 1907 a porcentagem dos não proprietários atingia a 31. Embora o desenvolvimento industrial conseguisse absorver parte deste excesso de mão-de-obra, não o fez suficientemente. Como desafogo, seguiu o polonês do Reino da Polônia o exemplo dado pelo seu compatriota sob domínio alemão, emigrando para terras transoceânicas, ou participando de movimentos sazonais no próprio continente europeu.

Emigraram inicialmente os artesãos e os operários menos qualificados das cidades, e logo em seguida as populações camponesas, fronteiriças com os poloneses da região de ocupação alemã. Embora as leis russas proibissem a saída de emigrantes do império, as autoridades faziam "vistas grossas" para a saída da população. Desenvolveu-se então a saída clandestina de emigrantes do país, surgindo inclusive elementos e organizações especializadas para tal fim. A saída preferida foi pela fronteira com a Prússia (Posnânia). O governo alemão por sua vez estimulava tal evasão de poloneses da Rússia, pois os emigrantes uma vez na Alemanha, só conseguiam passaporte transoceânico para a América, se o mesmo fôsse de uma companhia de navegação de bandeira alemã, o que, dado o vulto do movimento, só vinha em benefício de sua própria economia. Apesar das dificuldades, o movimento emigratório

da Polônia Russa para a América 950.000 poloneses; 600.00 emigraram temporariamente para outros países europeus. Outrossim, registrou-se na véspera da Primeira Guerra Mundial o movimento de . . . 350.000 trabalhadores sazonais. Durante êste mesmo período, emigraram de todo o império russo 3.310.000 indivíduos, dos quais 35% eram judeus, 29% poloneses e o restante era composto por outras nacionalidades como russos brancos, lituanos, finlandeses etc.

Os dados com relação aos poloneses, tomados do ano de 1912, ilustram a situação. Neste ano 32.064 poloneses deixaram o Reino da Polônia, dos quais:

75,6%	dirigiram-se para os	Estados Unidos
11,5%	" "	a América do Sul
9,5%	" "	Europa Ocidental
3,4%	" "	Rússia e Sibéria

Com relação à migração sazonal, os habitantes do Reino da Polônia também manifestavam sua preferência para com a Alemanha. Inicialmente, o movimento para êste país foi relativamente modesto. Nas últimas décadas do século XIX registrou-se uma média de 17.275 anualmente. Porém os dados seguintes já são:

1900.....	119.284
1908.....	235.074
1912.....	322.000

Como se constata , apesar dos impecilhos impostos pela política alemã a êsse tipo de transumância, a entrada de trabalhadores sazonais estava em constante aumento. No século XX, o movimento sazonal do Reino da Polônia atingiu outros países como a França, Dinamarca, Suécia, Bélgica, Hungria, Suíça etc.; porém, êstes países absorveram apenas 20.000 dos 35.000 que deixavam sazonalmente o país.

SITUAÇÃO NO DOMÍNIO AUSTRIACO

Em virtude do processo de debilitamento progressivo a que foi submetido o Império Austríaco, as condições de ocupação da parte meridional da Polônia (parte da Silésia e a Galícia), foram diferentes em relação às outras duas. O govêrno de Viena foi obrigado a **fazer certas concessões** às múltiplas nacionalidades que compunham seu império. Destas concessões beneficiaram-se também os poloneses galicianos. Obtiveram então certa autonomia referente aos governos de âmbito distrital. Do ponto de vista cultural, a situação apresentou-se também com certas concessões. A administração e o ensino receberam permissão para funcionarem em língua polonesa. A partir de 1871, um polônês passava a fazer parte do govêrno austríaco, na qualidade de Governador da Galícia. Porém a orientação tipicamente conservadora do govêrno de Viena fêz com que a Galícia se transformasse numa das regiões de maior atraso e estagnação, não só do Império Austro-Húngaro,

mas de toda a Europa. A ocupação austríaca, apesar de algumas concessões compulsórias a que foi obrigada, caracterizou-se por implantar na Galícia um marasmo econômico e social. A administração austríaca impedia e mantinha um ambiente hostil a qualquer tentativa de melhoria do padrão de vida do camponês. Sempre do lado da nobreza rural, proporcionava apoio aos grandes proprietários nas questões agrárias. Tal posição fez com que a Galícia possuísse, se não a mais arcaica, pelo menos uma das mais arcaicas estruturas agrárias européias. Por volta de 1888, 50.000 galicianos morriam de inanição e isto numa época de indiscutível progresso industrial e agrário nos países limítrofes.

Contava a Galícia em 1869 com uma população calculada em 5.418.016 habitantes; em 1900 já apresentava 7.316.000 e em 1910, 8.025.000 habitantes. Esta população estava dividida em duas porções: a Galícia ocidental e a oriental. A primeira tinha seu maior centro na cidade de Cracóvia e a segunda em Lwów. A distribuição da população assim se apresentava em 1869: a Galícia ocidental com 2.030.441 habitantes (37,5% do total) e a Galícia oriental com 3.387.575, ou seja, 62,5% do total. Esta população estava composta basicamente por dois povos eslavos: o polonês e o ucraniano (rusine), enquanto que os judeus também entravam com uma porcentagem respeitável. Sua composição étnica estava assim constituída:

	Galícia ocidental		Galícia-oriental
Poloneses	88%		27,5%
Ucranianos	4		58,8
Judeus	7,5		12,5
Outros	0,5		1,2
Total	<u>100</u>		<u>100</u> (6)

Nas duas galícias, a ocidental e a oriental, a situação era a seguinte:

Ucranianos	46,0%
Poloneses	43,5
Judeus	9,7
Outros	0,8

Dos 7.316.000 habitantes recenseados em 1910, 76,82% constituíam a população agrária e os restantes 23,18% a população urbana, com elementos repartidos em várias dezenas de pequenos centros, de 1.000 a 2.000 habitantes, exceção feita aos dois centros maiores, Lwów e Cracóvia.

O crescimento demográfico da região era um dos maiores da Europa, sendo o maior dentro das várias nacionalidades que compunham o Império Austro-Húngaro, manifestando inclusive tendências sempre crescentes. Senão vejamos:

(6) RAPACKI, Władysław — LUDNOSC GALICJI — p. 41 e seg., Nakladem autora z drukarni K Pillera, Lwów, 1874.

Nascimentos por 1.000 habitantes

	1880	1890	1900
Galícia	42,2	43,7	44,3
Silésia Aus.	36,5	37,7	40,5
Dalmácia	32,8	36,8	38,5
Istria	32,4	36,2	37,2
Austria	36,5	32,7	31,5
Trieste	34,6	31,4	30,4
Predarulania	30,5	27,7	27,0
Boêmia	37,2	35,1	34,4 (7)

Paralelamente a êsse elevado índice de natalidade, a estrutura agrária era lamentável. Sua grande deficiência era o predomínio alarmante da propriedade minifundiária. Uma reforma agrária iniciada ainda no século XVIII, somente foi concluída após a revolução de 1848, e piorou a situação, pois a dita reforma veio estimular o desenvolvimento de diminutos minifúndios. Em 1859, 35,6% das propriedades agrárias possuíam menos de 2 hectares, enquanto que em 1902 essa percentagem subia a 42,3% (sic). Neste mesmo ano de 1902, as propriedades com menos de 5 hectares atingiam o incrível coeficiente de 80% das propriedades cadastradas. Seus proprietários, somados aos 25% da população sem nenhuma propriedade, formavam uma imensa massa camponesa, pronta a aderir a uma revolução social. Foi o que ocorreu, na revolução de 1848, onde milhares de infelizes esfomeados foram massacrados pelo exército austríaco. Em 1911, o número de propriedades rurais cadastradas atingia a espantosa cifra de 19.340.341, enquanto que na realidade seu número era, segundo M. Szawleski, o dôbro. (8) Do que se depreende que em média um proprietário possuía cerca de 17 lotes. Êstes se apresentavam geralmente em forma de estreitas fitas de terrenos, expremidos entre outros dos mais variados tamanhos. Tal distribuição eram uma fonte permanente de desavenças e atritos pessoais entre os vizinhos. O Dr. Leopold Caro afirma que, em 1903, registraram-se na Galícia 555.873 casos jurídicos referentes a questões agrícolas, tais como propriedade de árvores frutíferas na divisa, estragos causados por animais domésticos, ocupação e exploração do pasto etc. Afirma ainda o Dr. Caro que na Galícia, no referido ano, registraram-se 5 1/2 vêzes mais questões agrícolas do que na Boêmia, por exemplo. (9)

Neste ambiente de decadência e atritos, recorria freqüentemente o galiciano, para “abafar as agruras”, ao consumo exagerado da aguardente, fator êste que vai caracterizar o emigrante da região.

(7) GOLINSKI, Zofia Daszynski — Z BADAN NAD ZAGADNIENIEM LUDNOSCI — p. 23, in EKONOMISTA, Tom. II, Warszawa, 1910.

(8) SZAWLESKI, Mieczyslaw — op. cit. — p. 47.

(9) SZAWLESKI, Mieczyslaw — op. cit. — p. 48.

Por seu turno, o desenvolvimento industrial era fraquíssimo. Apenas 2,5% da população dedicava-se à alguma indústria. A existente era geralmente a de produtos alimentícios, aproveitando a matéria-prima fornecida da agricultura regional. A única indústria de destaque existente era a exploração petrolífera, da qual 85% estava em mãos estrangeiras.

A par desta estrutura agrícola totalmente arcaica, era o camponês galiciano possuidor de uma mentalidade religiosa equivalente. Estatísticas de 1870 mostram que, em 34 prefeituras, havia por ano 100 a 120 dias festivos ou santificados para o camponês. Em outras 22 prefeituras, 120 a 150 dias e em 16 outras, registravam-se 150 a até 200 dias santificados. (10) É obvio que numa tal conjuntura e em tal ambiente, qualquer desenvolvimento material ou cultural tornava-se impossível.

Nestas circunstâncias, imitando seus irmãos sob ocupação alemã e russa, o galiciano se propôs a emigrar. O recrutamento do mesmo pelos agentes das companhias de navegação por ocasião da chamada "febre brasileira", atingiu características de verdadeiro tráfico humano. As primeiras levas de galicianos para a emigração transoceânica partiram da região de Cracóvia, em 1880. Dirigiram-se inicialmente para os Estados Unidos; logo, porém, em crescimento acentuado, para o Brasil, atingindo por ocasião da "febre brasileira" a média de 20.000 pessoas por ano. Esta corrente emigratória, partindo da região de Cracóvia, orientava-se em direção a leste, e influenciava principalmente as populações aldeãs adjacentes à estrada-de-ferro Cracóvia — Lwów, atingindo nas duas últimas décadas do século XIX a Galícia Oriental, quando então começaram a fazer parte deste movimento os ucranianos, os quais representavam a maioria populacional da Galícia oriental.

Até 1914, 1.150.000 emigrantes abandonaram a Galícia, dos quais 600.000 eram poloneses, o que equivalia a 52% do total dos emigrados. 350.000 eram ucranianos, representando 30% e 200.000 judeus, representando 18%. Havia portanto 8,5% mais poloneses emigrantes do que aqueles que permaneciam e contribuía para a formação étnica da população, 8,3% também a mais para os judeus, enquanto que os ucranianos emigravam numa porcentagem menor do que seu contingente populacional na Galícia (30% do contingente, enquanto representavam 46% da população). Tal diferença contribuía para que a emigração funcionasse como elemento de enfraquecimento da nacionalidade polonesa na Galícia.

Tal qual as duas outras partes da Polônia, a Galícia fornecia também migrantes sazonais, os quais atingiam números expressivos. Somente para a Alemanha registraram-se números sempre crescentes:

(10) Szawleski, Mieczyslaw, op., cit., p. 48.

1902	41.725	1910.....	309.029
1906	110.639	1911.....	330.520

CONCLUSÃO

Constatamos pois que a saída do camponês polonês para o Nôvo Mundo prende-se a um conjunto de pressões, as quais chegaram mesmo a ameaçar sèriamente a sua sobrevivência. Isto em qualquer das partes em que foi dividida a Polônia, embora certas circunstâncias variassem de uma para outra. Dentro dessa conjuntura, destaca-se o fator econômico. O camponês, ávido de terra, da qual tirava todo o seu sustento, vem procurá-la onde ela existe em abundância: na América. Esta é a grande aspiração dos que preferem o Brasil como seu nôvo habitat. 90% dos que vieram para êste país são agricultores e o seu grande objetivo no nôvo país que adotaram não é o seu enriquecimento, que nunca pensaram em conseguir, pelo menos na Polônia, porque as condições não permitiam nem sequer tentar e tanto menos concretizar tal idéia. O que êstes camponeses almejavam era tornar-se razoáveis proprietários de terras, a fim do que pudessem doar parcelas aos filhos como dote por ocasião do seu casamento. Na Polônia tal objetivo, dada a contínua parcelação das propriedades tornou-se inviável. Mas no Brasil isto tornou-se possível a cada um dos filhos varões. Com esforço e persistência coletiva da família, poderão contar com uma propriedade suficientemente grande, da qual possam tirar seu sustento.

Para o Brasil imigraram inicialmente os agricultores poloneses da parte alemã. Êstes, incorporados inicialmente com a corrente emigração alemã, confundem-se com a mesma. Tal fato ocorreu em várias levas de poloneses que vieram para o Brasil, inclusive com o grupo pioneiro que, aportado em Santa Catarina, foi levado para a região de Brusque e posteriormente trasladado para o Paraná. Corria o ano de 1871. Uma vez os pioneiros instalados no Paraná, outros grupos logo se seguiram, vindo a localizar-se nos arredores da capital. Estava pois aberto o caminho para a imigração em massa do grupo étnico polonês para o Brasil e mais especificamente para o Paraná, onde tornou-se rapidamente o grupo étnico preponderante. Encontraram nestas plagas, e em abundância, porém não sem sofrimentos, aquilo que mais almejavam em seu país de origem: paz, terra e liberdade.

A "FEBRE BRASILEIRA" NA IMIGRAÇÃO POLONESA

Ruy Christovam Wachowicz

O presente trabalho aborda uma problemática referente à imigração polonesa para o Brasil, no período compreendido de 1890 até a Primeira Guerra Mundial. Estas datas balizas caracterizam o período de maior afluxo de imigrantes para o Brasil. O aumento do contingente imigratório polonês então verificado foi produto de uma nova política imigratória adotada pelas autoridades brasileiras, a qual tinha por base proporcionar passagem gratuita para o camponês do Velho Mundo a fim de localizá-lo nas extensas terras desabitadas da América. A grande agitação que tal propaganda causou nos territórios poloneses ativou de forma inusitada a saída de camponeses para o Brasil. Este movimento, dada a rapidez com que se propagou e o número elevado de pessoas atingidas pelo mesmo, foi cognominado de "febre brasileira" (*goraczka brasyljska*). Apesar de tal movimento apresentar relevante importância para a história da imigração no Brasil, ainda não foi estudado e nem sequer levantado pelos historiadores pátrios. Tal desinteresse, entretanto, não é encontrado entre os cronistas e historiadores de língua polonesa. O assunto inclusive forneceu inspiração para o surgimento daquilo que os críticos literários denominam de maior produção literária de autoria feminina em língua polonesa. Referimo-nos à obra "Pan Balcer w Brazylji" (O Senhor Baltazar no Brasil), de autoria de Maria Konopnicka.

Para a concretização da presente monografia, servimo-nos em sua maior parte de fontes históricas primárias em língua polonesa, quer escritos na Polônia, Brasil ou até nos Estados Unidos da América, ainda totalmente desconhecidos na historiografia brasileira: cartas, depoimentos, memórias, crônicas, folhetos etc.

Com tal trabalho esperamos lançar novos elementos para o estudo não só da imigração polonesa, como também para a história deste período crítico da imigração no Brasil.

POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA

Nos fins da década de 1880, encaminhava-se o Brasil para a abolição da escravidão africana em seu território. Afligiam-se os grandes proprietários de fazendas de café com o espectro da falta de mão-de-obra em suas fazendas. Sendo êsse o principal produto da economia

nacional, grandes seriam os reflexos negativos de tal medida. A política imigratória, então adotada pelo Brasil, possuía dois objetivos básicos:

- 1 — Criar núcleos coloniais, principalmente nos estados meridionais (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), a fim de organizar sólidos núcleos de produção agrária de subsistência.
- 2 — Obter numerosa mão-de-obra para as fazendas de café, notadamente para as de São Paulo.

Tal situação levou o governo do Rio de Janeiro a adotar uma política mais agressiva no tocante ao recrutamento de mão-de-obra imigratória na Europa. Embora inúmeros fossem os núcleos coloniais já organizados por imigrantes em diversas províncias imperiais, seu afluxo até então pode ser considerado modesto. A nova política visava criar centenas de novas colônias espalhadas pelo Brasil e satisfazer os grandes produtores de café, fornecendo-lhes a tão necessária mão-de-obra para suas fazendas. Para tanto, o governo brasileiro assinou contratos com várias companhias de navegação oceânica, no sentido do pagamento "per capita" dos imigrantes desembarcados no Brasil. A taxa paga pelo governo brasileiro variava de adulto para criança. Para facilitar mais ainda o recrutamento do colono na Europa, o governo brasileiro comprometeu-se a pagar a passagem transoceânica para quem quisesse vir radicar-se no Brasil. Tal ônus, arcado pelo governo brasileiro, foi empregado pela primeira vez na chamada grande imigração, que compreende o período referente ao século XIX até a Primeira Grande Guerra. Até então, a passagem do imigrante que aportava ao Brasil era paga por êle mesmo, fator êste que, por um lado, diminuía o número dos que escolhiam o Brasil para se radicarem, e, por outro lado, selecionava-os economicamente, pois nem todos os que desejavam emigrar podiam arcar com as despesas do transporte de sua família para a América.

Eliminado êsse obstáculo econômico pelo governo brasileiro, o afluxo de imigrantes aumentou sensivelmente. As agências de navegação contratadas tinham o capital, empatado na viagem, restituído pelo governo com o lucro correspondente, no prazo máximo de 20 dias após o desembarque dos imigrantes na ilha das Flôres, situada na Baía da Guanabara, onde se localizava a hospedaria, que funcionara outrora como receptora dos escravos vindos da África.

Abriam, essas agências, escritórios de recrutamento em vários países europeus: Portugal, Itália, Áustria, Alemanha etc. Os propagandistas de tal recrutamento ficaram conhecidos por "agentes". Espalharam-se pelas regiões européias, com boas possibilidades de entusiasmarem a população com a idéia de emigrar. O agente que se tornou mais conhecido, pelo vulto e eficiência de sua propaganda, foi um tal de Sr. Santos, que era tratado como sendo cônsul geral do Brasil em Lisboa.

Espalharam-se artigos, livretos, brochuras, comunicados etc., sôbre as condições oferecidas pelo Brasil. Tal propaganda não tardou em cair em excessos lamentáveis, explorando eficientemente a psicologia do camponês. O Brasil passou a ser apresentado como continuação do paraíso bíblico, terra onde corria leite e mel. A fertilidade do solo era apresentada como espantosa. Os frutos tropicais como laranjas, abacaxis, bananas etc., tidas então na Europa como acessíveis apenas aos ricos, eram apresentados em tamanho fora do normal e colhidos no Brasil numa profusão tal, que era possível alimentar-se sômente com elas durante o ano inteiro. A tropicalidade do clima brasileiro era por sua vez apresentada como fator de economia, pois dispensava os pesados e caros agasalhos europeus usados durante o inverno.

Na Polônia, tais agentes encontraram campo dos mais propícios para sua atuação. A par dos inúmeros problemas políticos, econômicos e sociais que tal sociedade apresentava na época, contaram os agentes com outro elemento motivador dos mais eficientes. Trata-se de uma carta do escritor, político imperial e ex-presidente da Província do Paraná, o visconde de Taunay. Tal missiva, que foi denominada de “carta à colônia polonesa do Paraná”, foi endereçada nos fins de 1885 aos padres Francisco Xavier Gorowski e Ludovico Przetarski, os quais exerciam o seu ministério sacerdotal nas colônias polonesas localizadas nos arredores de Curitiba. Versava a mesma sôbre as perseguições de que eram vítimas os poloneses na Alemanha, durante a “Kulturkampf”. Assim se expressou o Visconde de Taunay:

“Ainda não cessaram as desventuras e os sofrimentos dos vossos compatriotas na Europa. A correspondência de Berlim, datada aos 16 de outubro próximo passado, e inserta no Jornal do Comércio de 18 de novembro cadente, relata as dolorosas cenas que se estão passando com a expulsão dos polacos das províncias orientais da Prússia. Mais de mil pessoas, que moravam em Koeningsberg, tiveram de sair às pressas daquela cidade, abandonando quase tudo o que possuíam porque não lhes foi concedido prorrogação do prazo fatal.

Do mesmo modo em Posen, onde centenas de infelizes, velhos, mulheres e crianças foram expulsos de seus lares em virtude de leis e ordens que o “Tageblatt” e a “Germânia”, da própria cidade de Berlim, proclamam bárbaras e indignas do nosso século.

O conde Zamoyski e outros grandes proprietários não tem sido poupados e são tratados com o maior rigor.

Na Galícia, o número de emigrados é tal, que não há como socorrer tantos desgraçados.

Os polacos que aqui no Brasil gozam de tôdas as regalias da

segurança e liberdade não podem, por certo, esquecer-se daqueles que, além mar, suportam tão duros transes. Convém, pois, que escrevam quanto antes aos seus compatriotas e lhes apontem este Império, como a terra da promessa. O governo brasileiro ajudará os que vierem chegando, proporcionando-lhes favores que facilitem a sua localização ao lado dos parentes, amigos e conterrâneos.

Narrem os imigrantes daqui o que é o Brasil, as garantias que cercam quantos se acolhem à sua proteção e o futuro que os espera. Instem para que venham, sendo caso de se organizarem coletas, a fim de ajudar eficazmente o filantrópico movimento. Escrevam todos aos malaventurados de lá, que aqui há uma NOVA POLÔNIA, em que habitam a felicidade e a segurança, contrapostos às desgraças e incertezas da VELHA POLÔNIA." (1)

Essa propaganda, ativada na Europa pelos agentes das companhias de navegação, encontrou na Polônia um clima ideal de atuação. As condições políticas, econômicas e sociais eram as mais propícias para o recrutamento maciço de emigrantes. O Reino da Polônia e Galícia foram as partes que mais sentiram o efeito da atuação dos agentes recrutadores. No segundo semestre de 1889, verdadeiro delírio coletivo apoderou-se de centenas de aldeias, na parte russa da Polônia. Os mais desencontrados boatos referentes ao Brasil propagavam-se como se fôsem uma epidemia. Era o início do que logo foi denominado de "febre brasileira". Trabalhadores rurais, pequenos e médios proprietários, trabalhadores urbanos, todos divisaram uma rara oportunidade para emigrarem. Era necessário apenas pagar passagem até o porto de embarque. Uma vez no navio, todas as despesas corriam por conta do governo brasileiro. Os agentes infiltravam-se por entre o povo miúdo das aldeias e cidadezinhas, espalhando milhares de livretos e panfletos referentes ao Paraná. Apelavam para a imaginação do aldeão, povoando seus pensamentos de imagens referentes ao Brasil.

A SITUAÇÃO NA POLÔNIA

Tal agitação emigratória provocou grande inquietação entre os grandes proprietários e os capitalistas, os quais foram os primeiros a se alarmarem com as conseqüências de tal movimento. A repentina simpatia e a preocupação pela sorte do camponês não se deverem a sentimentos filantrópicos ou a tentativas de melhoria social do mesmo, e sim à defesa de seus próprios interesses. Alarmavam-se com o aumento salarial que tal evasão de mão-de-obra barata provocaria, o que de fato já estava ocorrendo. Dirigiram-se pois aos aldeões, procurando pre-

(1) Fredecensis — "A Polônia na Literatura Brasileira" — p. 185 e 186, Curitiba, 1927.

vení-los das dificuldades e aconselhando-os a esperarem notícias da situação dos conhecidos que já haviam embarcado. Porém os apelos e conselhos dos “novos amigos” dos aldeões para nada serviam; ao contrário, até parece que os instigavam a fazer o contrário. Ludwik Krzywicki afirma que até a agrados e concessões os referidos proprietários apelaram para impedirem a diminuição do número de mão-de-obra agrária:

“Um amigo meu, de ideologia até bastante vermelha, era proprietário a algumas milhas da fronteira; não obstante, pela primeira vez, permitiu que seus operários guardassem descanço e comemorassem o dia primeiro de maio.” (2)

As narrativas feitas pelos próprios aldeões melhor ilustram o ambiente surgido na Polônia, referente ao Brasil, bem como a malícia empregada pelos agentes durante a “febre brasileira”:

a — “Em 1911, surgiram alguns agentes, convencendo-nos a emigrar para o Paraná, do qual ninguém ouvira falar nem tão pouco possuía alguma noção. Os agentes afirmavam que cada família receberia terras de graça e até no jardim do paraíso não seria melhor, pois a passagem somente era paga até o pôrto. O restante tudo seria gratuito. Imediatamente meu pai vendeu sua morga de terra (3) e emigrou para o Paraná.” (4)

b — “Os agentes descreviam muitas maravilhas, como os frutas que aqui crescem, maçãs tão grandes que uma só pesa três “funty”. As outras frutas produzem tanto que quando chega o tempo do amadurecimento, as pessoas não comem nada além das frutas e só com elas se alimentam e andam até o joelho nelas. A terra é tôda boa e é tão fértil como na Polônia. O camponês chegaria a ganhar 12.000 por dia, mas não especificam o que (...) Afirmavam que o govêrno distribuía terras equivalentes a 40 morgas por homem, não somente casado como solteiro. Nesta propriedade, deveria estar construída uma casa, proporcionando o govêrno todo auxílio necessário, como instrumentos agrários e sustento por todo um ano. Tendo a população ouvido que existiam tais condições no Brasil, começaram a tramar a saída em grupos de famílias para êsse país.” (5)

c — “Certo dia, não sei donde, meu pai conseguiu um jornal, no qual havia uma descrição sôbre êste país. Os proprietários

(2) Pamietniki Emigrantów — p. VII, Warszawa, 1939.

(3) Uma morga = 0,56 hectares.

(4) Pamietniki Emigrantów — op. cit. p. 73

(5) Pamietniki Emigrantów — op. cit. p. 140

e os padres, embora lessem nos jornais artigos sôbre quão grande era o Brasil, e quão grandes propriedades distribuía para os emigrantes europeus, nada diziam ao povo. Sabiam que no Brasil já havia poloneses, bem como outras nacionalidades e entre nós ninguém sabia nada. Os vizinhos juntamente com meu pai começaram a confabular para chegar até êsse país. Finalmente souberam que em Czartkow, havia uma comissão recrutadora (...) Da cidadezinha próxima, meus amigos chegaram a saber da propaganda que era enviada a Hamburgo. Rápida e escrevemos cartas para os agentes. A própria agência enviou-nos prospectos de como emigrar para o Brasil. Além da fotografia do navio, o preço por pessoa e inúmeras outras informações, enviaram também alguns lenços com o navio estampado, bem como com alguns dizeres. Tal propaganda é que mais entusiasmava os jovens. Começaram pois a escrever para esta agência, para ganhar êstes lenços (...) As meninas amarravam-nos à cabeça e os judeus olhavam-nos, procurando ler a propaganda em suas cabeças. E assim os ingênuos deixavam levar-se pelos lenços (...)” (6)

Na parte russa da Polônia, apesar do movimento emigratório ser proibido por lei, as autoridades toleravam-no como um mal necessário. Porém face ao não cumprimento da lei, os grandes proprietários e os morgados procuravam dar propinas às autoridades militares que vigiavam as fronteiras, no sentido de procurarem impedir a saída de emigrantes. A corrupção das autoridades russas no regime tzarista facilitava tais manobras, não só dos proprietários, como também dos emigrantes para sair do país. Porém o mais usual era passar a fronteira com o auxílio dos agentes ou seus sequazes, os quais se encontravam bem organizados e na maioria das vezes mancomunados com as próprias autoridades. Assim um polonês do Reino da Polônia descreveu a sua saída do país:

“Nesse tempo, o Brasil aceitava imigrantes em grande quantidade. Em tôda a nossa região uma certa companhia marítima alemã enviou agentes com o fim de fazer propaganda do embarque para o Brasil. Prometiam montanhas de ouro e incitavam a população a emigrar. Diziam que no Brasil não havia necessidade de trabalhar e que lá se andava com sapatos de sêda, sem falar no resto da roupa, pois sendo o país de clima quente, a preocupação com isso era bem menor (...) Meu padrasto encontrou-se com êsses agentes e tomou-se de forte vontade de emigrar. (...) Era necessário obter

(6) Pamietniki Emigrantów — op. cit. 158 e seg.

Passaporte para transpor a fronteira. Meu padrasto e outros candidatos à emigração entraram em contacto com o pessoal da sede do govêrno de Pietrokowski. O número de pretendentes elevava-se a mais de cem.

O secretário do governador prometeu expedir os passaportes, e cada um de nós adiantou-lhe uma cota de 20 rublos. O caso foi encaminhado, faltando apenas a assinatura do governador, que, lendo os passaportes na presença do grupo, perguntou em russo:

— Para onde vocês pretendem ir, assim em grupo?

Para o Brasil, respondeu-lhe um dos homens, um pouco alterado.

— O govêrno não fornece passaportes para o Brasil — disse o governador. Voltem todos para casa e vejam se lhes evapora da cabeça essa idéia de ir para o Brasil; o dinheiro dos passaportes, acrescentou, será entregue a vocês em casa. Voltaram pois todos, sem os passaportes e sem o dinheiro que haviam adiantado para consegui-los (...)

Meu padrasto não se conformava com a situação. Havia feito todos os preparativos para emigrar. Procurou, pois, outros meios de conseguir seu intento. Um judeu, da cidade de Pabianice, deu-lhe a informação que esperava: não era necessário o passaporte, para passar a fronteira; bastava pagar uma certa quantia, e êle mesmo se encarregaria do resto.

Discutiram o preço, que acabou sendo fixado em 80 rublos (...)

O judeu exigiu o dinheiro adiantado e fêz negócio com outro judeu, transferindo-lhe a incumbência de nos transportar ilegalmente até a Prússia. Pagou-lhe para tanto 40 rublos. Teve pois um lucro de 40 rublos, sem trabalho algum. Fomos levados para a casa de um administrador florestal, próximo da fronteira. O judeu que nos transportara até ali discutiu o negócio com o administrador, e em seguida deixou-nos. Por 15 rublos, pagos pelo judeu, o guarda florestal levou-nos adiante. Eram 10 horas da noite. O guarda fêz-se acompanhar de seus empregados. A noite estava bem escura. Atravessamos matagais, poças de lama e campos plantados de repolho (...)

Chegamos enfim à casa de um outro guarda florestal. Ali já se encontrava um outro grupo, de cêrca de 50 pessoas, muito barulhento, que tinha o mesmo destino. Eram, quase todos, trabalhadores da cidade de Lódz. (...)

Para a transposição da fronteira, o guarda florestal dividiu-nos em três grupos (...), de tal forma que nossa família também foi dividida. Como nós eramos os últimos, transportaram minha mãe com

apenas uma das crianças. Quando ela já se encontrava do lado prussiano, disse-lhe o guarda florestal:

— Se a senhora me der agora 10 rublos, eu lhe transporto a outra criança; se não, retenho-a do outro lado do rio. Além disso, havia a bagagem com inúmeros apetrechos caseiros. Minha mãe, desesperada, pagou ao vigarista os 10 rublos exigidos (...). Este porém ordenou ao canoeiro que só transportasse a criança; e, ao retornar, colocou as nossas trouxas nas costas e levou-as para sua própria casa. O patrício pois, foi-nos 100 vezes pior do que o judeu.” (7)

O vulto repentino que a emigração do Reino da Polônia veio a apresentar a partir de 1890 nos é dado pelo quadro abaixo, baseado nas estatísticas alemãs do “Monatshefte zur Statistik des Deutschen Reiches”, referentes aos portos alemães de Bremen e Hamburgo.

Ano	Saídas da Rússia	Para os EE.UU.	Para o Canadá	Para o Brasil	Para a Argent. Australia	Para o Chile, México e outros.
1876	7.636	5.765	1.356	512	—	3
1877	5.005	2.357	184	1.583	757	124
1878	6.584	3.961	326	2.091	166	40
1879	5.138	2.923	212	1	—	2
1880	5.161	5.050	72	7	30	3
1881	9.409	9.368	2	5	1	33
1882	11.400	11.304	19	1	5	71
1883	7.619	7.527	13	16	16	47
1884	17.423	17.269	41	5	23	85
1885	18.723	18.568	109	25	11	46
1886	33.783	32.202	232	169	1.155	25
1887	29.559	28.418	234	42	762	103
1888	39.307	38.124	522	79	516	74
1889	36.629	34.777	297	12	1.356	187
1890	85.548	55.145	666	29.226	144	367

(8)

Como se pode averiguar, até o ano de 1890, os Estados Unidos absorviam a esmagadora maioria dos emigrantes do Reino da Polônia. Interessante é constatar que a “febre brasileira” fez também aumentar o movimento emigratório para outros países, como é o caso dos Estados Unidos e do Canadá, diminuindo-o entretanto para a Argentina. Saliente-se que dos 29.226 emigrantes saídos da Rússia para o Brasil,

(7) Pamiętniki Emigrantów — op. cit. p. 333 e seg.

(8) Przegląd Emigracyjny — n.ºs 18 e 19, p. 192, ano II, Lwów, 1893.

nem todos eram poloneses, embora a grande maioria o fôsse. As outras nacionalidades, como lituanos, russos brancos e judeus, participavam no movimento emigratório com um porcentual menor do que a sua participação na formação da população.

Durante o transcorrer da "febre brasileira", o nome do Paraná foi envolvido numa lenda, surgida pelas aldeias polonesas, na qual manifesta-se a mentalidade simples do camponês, amplamente influenciada pelo jugo político estrangeiro, o qual procurava tirar-lhe a própria terra; outrossim manifesta o domínio que a espiritualidade cristã exercia sobre a sua imaginação.

Dizia a lenda que o Paraná até então estava encoberto por névoas e que ninguém sabia de sua existência. Era uma terra em que corria leite e mel. Então a Virgem Maria, madrinha e protetora da Polônia, ouvindo os apelos que o sofrido camponês polonês lhe dirigia, dispersou o nevoeiro e predestinou-lhe o Paraná. Tal decisão a Virgem Maria havia comunicado ao Papa, o qual, sensibilizado pelo destino da cristandade polonesa, convocou todos os reis e imperadores da terra, para sortear a posse de tal território. Por três vêzes consecutivas foi tirada a sorte, e sempre o Papa era o contemplado. Então o Papa solicitou ao Imperador brasileiro que distribuísse essas terras aos poloneses, para que a tivessem à fartura e ali pudessem viver felizes, expandindo o seu cristianismo.

Num tal ambiente, abandonavam os camponeses suas aldeias, na esperança de deixar a miséria e o sofrimento para trás. Lançavam-se às cegas, sem nenhuma idéia do mundo exterior, mas possuindo aquilo que êles consideravam imprescindível: as bênçãos da Virgem Maria. Tanto passou a se falar do Paraná, que até os proprietários remediados abandonavam com suas famílias sua terra natal e tumultuosamente, porém com esperança procuravam chegar até esta terra desconhecida.

Na Galícia, a "febre brasileira" também fêz sentir seus efeitos, embora numa proporção menor do que no Reino da Polônia, e chegou a atingir a parte oriental, causando em conseqüência também a saída maciça de contingentes emigratórios ucranianos para o Brasil. Apesar da emigração neste território de domínio austríaco não ser proibida por lei, a obtenção de vistos para a emigração era um processo moroso. Tal fato, aliado à insuficiência das ferrovias para transportar tamanhos contingentes humanos, provocou em várias cidades galicianas um congestionamento de emigrantes nas estações ferroviárias. O depoimento de um agricultor galiciano, estabelecido em Prudentópolis, atesta o fato:

"Em Kaczan, utilizando-nos de carroças, saímos para Podwoloczysk, onde já nos esperava um agente chamado Szczerban, o qual

cuidou de nos meter num vagão ferroviário; assim conseguimos chegar a Lwów. É ali que se inicia nossa tragédia. Para esta cidade convergiu verdadeira multidão de emigrantes à procura de transporte para um pôrto. Esta cidade ficou com todos os abrigos ocupados. Deixaram-nos sob a proteção de Deus e cada um acomodou-se onde foi possível, alimentando-nos com o que conseguíamos. Neste desconforto e miséria, sem telhado na cabeça, não sei como conseguimos passar dois meses. Com certeza haveríamos de esperar muito mais, se não houvesse por ali aparecido um senhor bem vestido, o qual começou a explicar-nos que ali permaneceríamos indefinidamente, se não protestássemos com toda força. Deu-nos o seguinte plano: instalarmo-nos com todos os pertences, mulheres e crianças, no leito da ferrovia. As mulheres e as crianças deveriam deitar-se nos trilhos sem temer a aproximação do trem. Isto foi feito. Acorreram os soldados e os trabalhadores da estrada-de-ferro, mas logo que nos desalojavam, voltávamos novamente, o que fêz com que não pudessem conosco. Houve tantos gritos e barulho, que os transeuntes paravam para ver o que estava acontecendo. As autoridades, vendo que nada conseguiam conosco, prometeram que nos embarcariam o mais rapidamente possível. Realmente, transcorridos alguns dias, embarcamos para Gênova." (9)

Com um campo de atuação tão propício, não se fêz esperar a ação dos vigaristas, visando lucros fáceis e explorando o abandono, a insegurança e a boa vontade destes aldeões, desprovidos da experiência necessária e capaz de guiá-los em tais vicissitudes.

"Na viagem para Gênova, surgiu novamente entre nós aquêle senhor que nos havia instruído em Lwów, e propôs uma coleta de 10 "guldens" por família em troca da continuação dos préstimos de seus serviços. O grupo, que lhe estava grato pelos seus bons conselhos anteriores, concordou com o pedido. Minha mãe, que possuía pouco dinheiro, deu apenas 5 "guldens". Na verdade o dito môço nada mais fêz do que denominar as estações pelas quais passávamos. Assim mesmo os emigrantes estavam satisfeitos, pois havia alguém que zelava por êles. Tal situação permaneceu até a fronteira italiana. Ali, não me lembro em que estação, surgiram soldados e prenderam-no. Os aldeões, enfurecidos, colocaram-se ao seu lado e gritavam para que o soltassem. Os policiais no entanto levaram-no até o chefe da estação e após algum tempo começaram a chamar nominalmente os chefes de família, a fim de devolver-lhes o dinheiro dado ao vigarista. Esclareceram que a atuação do môço era puro vigarismo. Afirmaram que explorava

(9) Pamietniki Emigrantów — op. cit. p. 77 e seg.

a ignorância dos camponeses e que isto não iria terminar nesta primeira coleta. Depois disto tudo, ainda houve quem não acreditasse na polícia e ainda chegaram a chorar pela sorte do seu protetor." (10)

"BRASILIANER AUS POLEN"

Adolf Dygasinski, jornalista e escritor polonês que acompanhou um grupo numeroso de emigrantes galicianos em 1890, com destino a Santa Catarina, como correspondente do jornal conservador "Kurier Warszawski", escreveu artigos que foram publicados por êste jornal, os quais posteriormente foram transformados em livro; fêz observações valiosíssimas sôbre as condições de emigração existentes na Europa e no Brasil, por ocasião do movimento da "febre brasileira". Apesar de sua viagem ter sido paga por um veículo da opinião conservadora e portanto contrária à emigração, tendo suas idéias forçosamente a mesma orientação, deixou valiosos registros e observações.

O transporte dos emigrantes até Bremen era feito em vagões sem assento, onde instintivamente os homens agrupavam-se de um lado e as mulheres com as crianças do outro. Sentados no chão, bebiam e cantavam a valer. Apesar da falta de confôrto, o ambiente era de alegria, onde as piadas picantes circulavam com extrema facilidade. Nas ruas de Bremen as figuras mais comuns eram os camponeses com suas pesadas roupas acompanhados de suas matronas e crianças. As lojas exploravam êsse nôvo tipo de freguesia, vendendo artigos próprios para emigrantes. Anunciavam: "Blechwaren fur Auswenderer." (Artigos metálicos para emigrantes). Os transeuntes paravam nas ruas para observar êsses tipos exóticos e comentavam: "Sieh, Brasilianer aus Polen." (Olhe, brasileiros da Polônia).

O abrigo para boa parte dessa multidão era um antigo barracão da estrada-de-ferro, afastado da cidade, com grandes compartimentos, cheios de sujeira, abarrotados de gente, sômente proporcionando uma vantagem: era gratuito.

A religiosidade do camponês logo se manifestava. As mulheres instalavam no barracão alguns quadros de Nossa Senhora do Monte Claro, proclamada pelo clero de "rainha e protetora da Polônia". Faziam-lhe orações e dirigiam-lhe altissonantes cânticos.

Um padre católico, compadecido de tal multidão, lançava apelos pelo jornal "Bremer Nachrichten" à população caridosa, a fim de ofertarem roupas e calçados para a distribuição. Dizia o referido sacerdote: "Que fazer se o próximo sofre, para muitos falta até a camisa e os sapatos, e impensadamente lançaram-se a um desvairado objetivo?"

(10) Pamietniki Emigrantów — op. cit. p. 78

Entre os emigrantes predominava a convicção de que no Brasil os casados tinham mais valor. De fato, as famílias recebiam áreas maiores de terra do que o homem solteiro. Se a família era numerosa e entre os filhos já havia um rapaz crescido, o pai recebia dois lotes e não um só. Os casamentos pois entre êles sucediam-se freqüentemente com todo o ritual utilizado nas suas aldeias. Varriam a sala, arrumavam um violino e a festa durava a noite inteira ou até mais.

Muitos pais permitiam a seus filhos que pedissem esmolas pelas ruas beijando as mãos dos transeuntes. Segundo Dygasinski, tal fato feria o orgulho dos poloneses.

Domingo de manhã, enchia as ruas uma multidão de camponeses com capotes compridos e pesados, as mulheres com lenços e vestidos coloridos e estampados nas mais variadas côres; dirigiam-se para uma igreja católica. Ali o ambiente era idêntico ao de uma igreja aldeã. Uns atiravam-se ao chão, beijando o solo e chorando em verdadeiro pranto; outros rezavam em voz alta e por todo o tempo entoavam as canções mais usuais nas igrejas polonesas (Pod Twoja Obrone, Gwiazdo Morza, Któras Pana; Serdeczna Matko)

Os habitantes mais cultos de Bremen eram unânimes em afirmar que aquilo o que os agentes recrutadores estavam fazendo com essa pobre gente era "puro comércio humano"; ignoravam que êsses agentes eram em sua maioria alemães, da própria cidade de Bremen. Todos lembravam o nome de um tal de Santos, cônsul brasileiro em Portugal. Falavam dêle os padres, os oficiais dos navios, os proprietários dos hotéis, os negociantes etc., e, o que era alarmante: os comentários eram sempre depreciativos. Entretanto, dos agentes das Companhias sediadas em Bremen, nada se ouvia.

SOCIEDADE COMERCIAL GEOGRÁFICA

Apesar do movimento emigratório em grande escala existir na Polônia antes mesmo da década de 1860, até o advento da "febre brasileira" em 1890, nenhuma instituição havia se preocupado com o problema, já que não havia govêrno próprio. Esta indiferença pelo destino do emigrante somente foi quebrada com o surto verdadeiramente alucinante provocado pela "febre brasileira". A razão dêste desconhecimento era que a emigração, anterior à febre brasileira, era lenta e contínua, quase imperceptível. Não incomodava aos intelectuais, nem aos órgãos de imprensa, pois emigrava somente a gente simples das aldeias. Quando porém seu vulto tornou-se tamanho que começou a afetar a estabilidade dos grandes proprietários, o assunto passou a sair do âmbito aldeão, para atingir os intelectuais, nas esferas superiores da sociedade. Inicialmente o assunto foi levantado no II Congresso de Advogados e Economistas Poloneses (1891), não pelos que se angustia-

vam com o duro destino do aldeão, e sim pelos defensores dos grandes proprietários. Êstes, preocupados que estavam com a rápida diminuição da mão-de-obra agrária em várias localidades e seu conseqüente encarceramento, quiseram impor ao plenário a tese de que se deveria impedir por todos os meios o movimento emigratório. Pretendiam freiar o movimento com platônicas campanhas de soerguimento moral do camponês. Manifestava-se também êsse grupo conservador contra a criação de sociedades protetoras do emigrante, porque a sua existência só viria estimular a emigração e não diminuí-la como era o seu intento. Tais teses não vingaram no Congresso. O plenário manifestou-se pelas teses que afirmavam serem os motivos da emigração do camponês polonês as condições subhumanas de sua existência no país. Êste II Congresso de Advogados e Economistas aprovou o envio de três delegados para a América do Sul, a fim de estudarem "in loco" as condições gerais de recepção e fixação do imigrante existentes no Brasil. Foram os indicados os Srs. Józef Siemieradzki, Antoni Hempel e Witold Lazniewski. Desta forma, o III Congresso, realizado na cidade de Poznan, em 1893, já possibilitou interessantes constatações, entre outras referentes ao Brasil:

- 1 — Reforçar a emigração para o Paraná, onde há condições para que, nas isoladas colônias polonesas já ali existentes, não se percam as suas características nacionais.
- 2 — Paralelamente, sustar a saída de intelectuais poloneses para o interior da Rússia, como estava ocorrendo, e encaminhá-los para o Paraná.
- 3 — Enviar líderes, pois a maior necessidade da colonização polonesa no Paraná é de intelectuais, para que a mesma deixe de ser um corpo sem cabeça e passe a ter uma participação não só numérica, como também social e política na sociedade local.
- 4 — Enviar para o Paraná bons padres e professores poloneses.
- 5 — Conseguir uma ligação econômica entre estas colônias e a Polônia, através de uma sociedade a ser fundada.

Essas e outras idéias foram encampadas pela Sociedade Comercial — Geográfica, a qual, alicerçada no jornal "Gazeta Handlowo — Geograficzna" da cidade de Lwów, na Galícia oriental, pretendia transformar a maciça emigração polonesa para o Paraná em um dos sustentáculos da liberdade nacional, onde os poloneses pudessem permanecer poloneses, num clima de liberdade, onde a terra não fôsse tirada de ninguém e todos os camponeses a tivessem com fartura. Desenvolveu-se pois a idéia da formação da "Nova Polônia" no Brasil. Os seus delegados percorreram o Brasil. Muitos planos foram equacionados, mas poucos fatos concretos foram estabelecidos.

DESPREPARO BRASILEIRO

As autoridades brasileiras, ao iniciarem essa política de recrutamento de imigrantes, através de convênios com as companhias de navegação, esperavam que êste recrutamento apresentasse características numéricas pouco superiores aos índices imigratórios registrados nas duas últimas décadas. Outrossim, esperavam que a vinda dos imigrantes fôsse lenta; apenas alguns milhares anualmente. Não estavam preparadas para a avalanche humana que ocorreu. Dezenas de milhares de camponeses, em sua maioria poloneses e italianos, desembarcaram no Brasil em curto espaço de tempo. O govêrno brasileiro viu-se então em sérias dificuldades para alojar e estabelecer os mesmos em suas respectivas colônias. O Brasil estava preparado para receber satisfatoriamente apenas 10% do número de emigrantes que aportaram ao país nos primeiros anos da República.

Os planos governamentais para a fixação do emigrante seguiam em linhas gerais os adotados nas décadas de 1870 e 80, mas na eventualidade nem os lotes rurais que caberiam aos imigrantes estavam sequer demarcados. O material para a construção das casas provisórias que seriam construídas nos lotes predestinados aos emigrantes, estava ainda apenas encomendado; e pensar que as autoridades de imigração pretendiam distribuir entre os ádvenas material informativo sôbre a localização das colônias, clima etc., se nem o essencial fôra ainda preparado. Inicia-se pois um período que corresponde à mais negra página da história da imigração no Brasil.

Nos fins de 1895 e início de 1896, as condições da chamada hospedaria dos imigrantes na ilha das Flôres, situada na baía da Guanabara, eram das piores. A superlotação dos estabelecimento, a corrupção dos funcionários, desviando verbas e mantimentos, faziam os emigrantes passarem as piores vicissitudes. Com uma capacidade de abrigo para 2.000 pessoas, comportava 5.000, sendo a maioria composta de galicianos. Êsses milhares de imigrantes permaneciam ali amontoados cêca de 5 semanas em precaríssimas condições. Surgiu entre êles um surto epidêmico de febre amarela e tifo. Enquanto grassavam tais epidemias, sentiram as autoridades a ineficiência das instalações para tamanho número de imigrantes, bem como a ineficiente assistência médica proporcionada. Para ampliar a infelicidade dos imigrantes que lá se encontravam, até a falta d'água se fêz sentir, não só a destinada para a lavagem de roupa, como também a de consumo pessoal. A situação chegou a um ponto crítico, que levou as embaixadas da Áustria e Inglaterra a intervirem junto ao govêrno brasileiro a fim de que procurassem resolver o problema. Na ocasião, a ilha das Flôres passou a ser cognominada de "cemitério de imigrantes".

Diante do que estava acontecendo, o Presidente da República, Dr.

Prudente de Moraes, fêz uma visita inesperada à ilha. Em conseqüência, demitiu os funcionários responsáveis pela administração, ordenou o envio imediato dos imigrantes para o Paraná, exigiu uma reforma geral nas instalações, melhorou as condições sanitárias e construiu um hospital. Tôdas as peças de roupa e fazendas utilizadas pela administração foram incineradas e a quarentena foi proibida para evitar que o número de imigrantes atendidos fôsse superior à capacidade de atendimento, pois todo dia chegavam mais navios abarrotados. O imigrante recém-chegado deveria permanecer na ilha apenas alguns dias, o suficiente para a sua recuperação da longa e enjoativa viagem oceânica. Deveria ser enviado sem delongas ao Estado que escolhera.

O embaixador inglês havia oferecido auxílio financeiro ao governo brasileiro para a resolução do problema, mas o Presidente não o aceitou, considerando-o ofensivo à honra nacional. Como a questão havia evoluído a nível de problema internacional, os altos funcionários brasileiros organizaram uma coleta particular; face à colocação do problema como "de honra nacional", a referida coleta ultrapassou de muito a soma oferecida pelo embaixador.

Como refôrço à capacidade de hospedagem das instalações da ilha, foi também construído um abrigo, embora com capacidade bem menor, em Pinheiros, a 4 horas de trem da ex-capital da República. Após êstes incidentes, os galicianos, e mesmo imigrantes de outras nacionalidades, não mais reclamaram das condições da hospedaria dos imigrantes.

Êste incidente, motivado pelos imigrantes galicianos, levou as autoridades nacionais a tomarem consciência da precariedade das condições de recepção dadas aos imigrantes.

MASSARANDUBA

Da mesma forma e com a mesma rapidez com que resolveram emigrar, após as primeiras adversidades no Brasil, mudavam de idéia e desejavam voltar à sua terra natal. Já no Rio de Janeiro, após experimentar o calor carioca e as péssimas instalações da hospedaria da ilha das Flores, muitos procuravam a embaixada austríaca, pedindo a sua repatriação. Na cidade de Destêrro, atual Florianópolis, na hospedaria local, os pedidos nesse sentido dirigidos às autoridades brasileiras também eram numerosos. "Que o Sr. escreva uma carta para os nossos. Informe-os que a nossa vida aqui está muito pesada, não é possível agüentar. Pedir esmola, em nossa terra, era melhor do que ter uma vida como a nossa." (11)

Do ponto de vista do Sr. Dygasinski, os imigrantes no Brasil apre-

(11) Dygasinski, Adolf — "Listy z Brazylji" — Wybór artykułów Publicystycznych, p. 90, Warszawa, 1953.

sentavam-se como mendigos, abatidos, desprezivelmente sujos, com as roupas rasgadas, com o espírito abatido. Só possuíam nos lábios palavras de baixo calão. A começar pela higiene e terminando no estado moral, a decadência era completa. Queixa-se o referido jornalista:

“Dão-lhes liberdade para escolher o Estado em que desejam estabelecer-se, mas quando chegam ao local, encontram o desengano: a terra ou não está ainda demarcada ou simplesmente não é recomendável para a agricultura; são retidos pois, por um, dois ou mais meses, para depois serem enviados para outro lugar, onde tudo se repete.” (12)

No município de Blumenau, na colônia de Massaranduba, visitou o referido escritor os chamados barracos dos imigrantes. Os localizados em Massaranduba comportavam quase que exclusivamente poloneses. Estavam esperando a demarcação dos lotes para poderem fixar-se na colônia. O responsável, preocupado em atenuar a impressão desfavorável que a visão dos mesmos proporcionava ao visitante, pois não possuíam paredes e o telhado era feito de fôlhas de palmeira, definiu-os como sendo “une maison rustique”. Encontravam-se ali muitos doentes, sobretudo crianças. Umas sofriam de desintéria aguda, outras estavam com o corpo cheio de feridas, como consequência das queimaduras do sol: muitas outras possuíam uma “estranha doença nos olhos.”

A boa vontade das autoridades para resolver os problemas era surpreendente, mas as condições dos pobres imigrantes era lamentável. Na colônia Massaranduba, cada família recebia um lote de pouco mais de 1.000 m de comprimento por 250 a 275 m de largura, o que correspondia a 150 morgas na Polônia. O colono pagava por êste lote a quantia de 250 mil réis durante o prazo de 5 anos. Mas se as autoridades constatassem que o colono tinha dificuldade em pagar as prestações, o prazo poderia ser dilatado.

Nos primeiros meses, mesmo já estabelecidos no seu quinhão, os imigrantes eram aproveitados, embora de forma intermitente, na construção das estradas locais. Não se queixavam do ganho, mas sim da exploração a que eram submetidos. Adolf Dygasinski testemunhou em Massaranduba o pagamento dos trabalhadores dessas estradas:

“O auxiliar do chefe trouxe vários volumes com dinheiro miúdo, a fim de que fôsse efetivado o pagamento aos trabalhadores poloneses, referente ao mês de novembro (1890). Verifiquei a lista de pagamentos e constatei que alguns ganhavam cêrca de 40\$000. Mas como comumente os imigrantes ainda não entendiam a língua do país e não dominavam o ambiente, os funcionários apro-

(12) Dygasinski, Adolf — Op. cit. p. 101.

veitavam-se, por ocasião dos pagamentos, para roubá-los. Mal so-
bravam para um péssimo sustento. A cada pagamento seguiam-se
as queixas, lamentos e maldições. As mulheres não eram aceitas
para tal serviço e os rapazes sòmente após os 12 anos. Enquanto
trabalhava nas estradas, o imigrante vivia do crédito que lhe era
concedido pelo armazém, geralmente particular, do qual retirava
tudo o que necessitava. Com tal sistema, a dívida sempre crescia
e freqüentemente tornava-se maior do que o seu ganho. O forne-
cedor geralmente não possuía concorrência e explorava sem con-
sideração os imigrantes." (13)

Uma carta interessante, escrita por um colono e entregue ao jor-
nalista Dygasinski, reflete bem o que se passava no íntimo dos imi-
grantes destinados à colônia de Massaranduba, no período da "febre bra-
sileira":

"Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo e Nossa Senhora do Mon-
te Claro.

Inclino-me profundamente e saúdo ao Sr. que vem da Polônia.
Por fôrça maior fomos obrigados a vir para cá, mas pedimos a to-
dos para voltar o mais depressa possível dêsse Brasil, nem que
fôsse sòmente até Bremen, pois dali em diante, a pé podería-
mos ir.

Louvado Seja Nosso Senhor Jesus Cristo.

Como somos irmãos, poloneses e católicos, nesta terra estranha,
deve o senhor levar em conta que as pessoas não podem agüen-
tar sem uma igreja e um padre católico, um daqueles que ensi-
nasse tòda a fé e falasse em polonês. Foi-nos dito lá na Polônia
que existia aqui no Brasil a mesma fé e a igualdade. Porém aqui
não existe a fé polonesa, nem há igualdade. É tudo misturado com
os alemães e Deus sabe que outras nacionalidades. Como o Sr. é
católico, compreende que uma pessoa da Polônia assim não sub-
siste. Alemães, pretos, poloneses deveriam viver separadamente.
Como pois há igualdade, se quando nós festejamos um dia santi-
ficado, domingo ou algum dia de Nossa Senhora, êles aqui tra-
balham e zombam de nós, riem às nossas custas, chegam a ofen-
der a Deus Nosso Senhor? Às vêzes nos falta paciência. Assim
não é possível agüentar. Para defender-se é preciso injuriar êsses
cães, o que já nos levou pessoalmente quase à briga, se não fôra
a interferência de terceiros.

Louvado Seja Nosso Senhor Jesus Cristo.

Se nos construíssem pelo menos uma pequena capela e providen-
ciassem um padre da Polônia seria melhor, porque nós sem isso

(13) Dygasinski Adolf — op. cit. p. 104

não agüentaremos e voltaremos para a Polônia. Sem igreja e sem padre não agüentaremos. Pedimos ao Sr. que se preocupe com isso (...)

Louvado Seja Nosso Senhor Jesus Cristo.

As crianças que aqui nasceram não passam de uns porquinhos, pois sem o santo batismo assim permanecem (...). Para encontrarmos uma igreja é só em Blumenau. Com o nosso ganho, alugar uma carroça para lá chegar não é possível, pois se o fizéssemos, morreríamos de fome. As crianças permanecem assim sem nome e sem um patrono no céu. Os nossos corações se angustiam de ver que católicos precisam viver como pagãos.

Louvado Seja Nosso Senhor Jesus Cristo.

O homem não é eterno, aos poucos vamos morrendo, sobretudo aqui no Brasil. Não nos acostumamos com a água, nem com o alimento. Assim como fizeram com um defunto, amarrado num saco em alto mar, jogando-o de noite, sem comunicar a ninguém, nem ao próprio filho, que não pôde benzer-se com o santo crucifixo, quando o pai morreu, assim também aqui. O católico falecido é preciso levar para o mato e enterrá-lo em qualquer parte, sem a aspensão da água benta. Que vale, pois, uma alma dessas no outro mundo, se ela aqui é nivelada e criada como se fôsse um cachorro?

Reverenciamos pois, ao Sr., que veio da Polônia. Pedimos-lhe por tudo isto, já que, como católico e polonês, é um dos nossos.” (14)

Além dos imigrantes que se dirigiram para Massaranduba, muitos outros contingentes imigratórios passaram por sofrimentos ainda piores. Um dos fatos mais negativos e desmoralizantes para o imigrante recém-vindo, era a longa espera nas colônias, instalados em barracos anti-higiênicos, onde se acotovelavam centenas de pessoas, num ambiente de abandono e incertezas. Em algumas localidades os imigrantes tiveram que esperar nos chamados barracos até oito meses, a fim de que seus lotes fôsem demarcados e nêles construídos os primeiros abrigos provisórios para que se pudesse deslocar a família.

CALMÃO — JANGADA E LUCENA

Por ocasião do início da colônia Calmão, localizada bem no coração do território paranaense, no vale do Ivaí, foram para lá deslocadas 300 famílias e instaladas provisoriamente em dois grandes barracões. Enquanto esperavam a demarcação de seus lotes, surgiu entre êles uma epidemia de tifo. Esta rapidamente atingiu tamanhas proporções, que os imigrantes chegaram a enterrar 5 de seus companheiros por dia. Os doentes eram numerosos e hospital não havia. Embora houvesse um médico, êste pouco podia fazer com os recursos disponíveis. Muitos dos

(14) Dygasinski, Adolf — op. cit. p. 109.

imigrantes, aflitos e não desejando ter a mesma sorte que alguns de seus parentes e conhecidos, resolveram voltar para Ponta Grossa. Mas como não dispusessem de dinheiro nem sequer para alugar uma carroça, arrumavam então carrinhos de mão, nos quais colocavam as crianças e nos seus ombros as trouxas mais necessárias e partiam para a cidade de Ponta Grossa, a qual era a mais próxima. Algumas famílias, que possuíam dinheiro para voltar à Polônia, assim o fizeram, outras permaneceram em Ponta Grossa até que fôsem demarcados os seus lotes, e outras ainda transferiram-se para outras colônias das redondezas. (15)

Os imigrantes, então chegados ao Brasil, não recebiam nenhuma instrução de como deveriam trabalhar a terra, nem tão pouco acêrca dos períodos de plantio e colheita dos produtos agrícolas aqui cultivados. Em algumas colônias, nem sementes foram providenciadas para os colonos poderem iniciar a sua agricultura. Na colônia Jangada, localizada no sudoeste paranaense, às margens da estrada que estava sendo construída em direção à Argentina, um de seus colonos assim descreveu o desamparo em que foi colocada a referida colônia nos tempos de sua instalação:

“Construímos nossas choupanas como cada um sabia. Começamos a desmatar o terreno para a plantação (. . .) mas o que vamos semear se não possuímos sementes? Eis o problema. Alguns homens combinaram ir à colônia mais próxima procurar sementes, porque do contrário nós aqui morreremos.

Foram pois alguns homens à colônia do Rio dos Patos. Esta colônia fôra ocupada há alguns anos atrás por poloneses da região de Poznan e ali nos emprestaram sementes as mais diversas. Os nossos enviados encheram os sacos, e carregando-os às costas, depois de duas semanas de caminhada, chegaram as suas casas. Grande foi a alegria da colônia quando soubemos que já tínhamos sementes de trigo, centeio e muitas outras.” (16)

De todos os grupos imigratórios, os que mais sofreram dificuldades neste período foram aquêles encaminhados para a colônia Lucena, atual Itaiópolis, localizada no antigo território do Contestado, hoje ao norte de Santa Catarina. Chegados a Curitiba, não havia mais lugar para êles na hospedaria destinada aos imigrantes, nem nos inúmeros depósitos de erva-mate que já haviam sido ocupados. Foram instalados em barracos provisórios de madeira, construídos na vizinhança da capital, na colônia Tomás Coelho, os quais também em pouco tempo já se encontravam superlotados. Era o auge das conseqüências da “febre brasileira”. Êstes barracos, construídos um ao lado do outro, não rece-

(15) *Pamiętniki Emigrantów* — op. cit. p. 74.

(16) *Pamiętniki Emigrantów* — op. cit. p. 163 e seg.

beram qualquer instalação sanitária, por mais rudimentar que fôsse. Surgiu pois entre eles uma epidemia de tifo. Morriam preferencialmente as crianças. Dos atingidos, poucos conseguiram escapar à morte, face ao estado de debilidade geral em que se encontravam.

“Dos barracos eram retirados de 5 a 6 defuntos por dia. Era só esperar que esfriasse o cadáver, colocá-lo no caixão e levá-lo ao cemitério. Dia e noite eram construídos os caixões e abertas as covas no campo santo. Lembro-me perfeitamente do dia em que morreu minha mãe. Enterraram neste dia 8 defuntos.” (17)

Este grupo, após 4 semanas de permanência na referida colônia, foi transportado em carroções para a cidade de Rio Negro. Chegados a esta cidade, souberam que a colônia Lucena, que lhes era predestinada, ainda não se encontrava demarcada. Os engenheiros agrimensores encarregados do serviço estavam ainda instalados nesta cidade e seus auxiliares ocupavam-se em recolher mel silvestre nas vizinhanças. Os imigrantes foram instalados num abrigo à margem do Rio Negro. Permaneceram ali vários meses. Na oportunidade, desabaram sobre a região chuvas torrenciais, e o rio transbordou de forma nunca vista até então. A população, desalojada de suas casas, abrigou-se até na igreja. Quando as águas baixaram, também os imigrantes voltaram ao seu abrigo às margens do rio, encontrando-o porém recoberto de limo. Eclodiu entre os imigrantes novo surto de tifo. Repetiram-se as cenas ocorridas na colônia Tomás Coelho. Três a quatro eram levados diariamente para o cemitério. Essa epidemia dizimou o grupo de tal forma que não se encontrava nenhuma família que não tivesse perdido vários de seus membros. O sofrimento desses pobres ádvenas era desolador.

Finalmente, após vários meses de espera, chegou a ordem de embarcar. Alguns negros trouxeram dezenas de burros com suas bruacas, colocadas uma de cada lado do animal. Nas bruacas foram colocados os pertences dos que iam partir, bem como as crianças que, assustadas, choravam a todo pulmão. O grupo partiu.

“Os pretos iam na frente, logo após os burros carregados, onde se viam as cabeças das crianças balançando para os lados e após a tropa envolta em pó. Atrás, caminhavam os homens e as mulheres; eram os sobreviventes, os mais resistentes, os mais fortes.” (18)

Os primeiros colonos, quando aí chegaram, encontraram a mata fechada e pujante, onde, para completar a sua infelicidade, dominavam indiscutivelmente os índios botocudos. Seus lotes foram localizados nos antigos cemitérios desses índios. Eram portanto terras conside-

(17) Pamietniki Emigrantów — op. cit. p. 260

(18) Pamietniki Emigrantów — op. cit. p. 261

radas sagradas pelos índios, o que os indignou sobremaneira, multiplicando-se desde então os ataques contra os colonos.

As próprias autoridades colonizadoras forneciam geralmente às famílias que para lá se destinavam uma pistola de dois canos, com duas balas sobressalentes, para ser usada em caso extremo, como defesa contra os índios. Porém os colonos, já na primeira noite, quando ouviam os índios rondando sua choupana, disparavam as cápsulas para o ar a fim de afugentá-los, ficando desta maneira desarmados. Muitos eram os colonos que no dia seguinte ao da chegada regressavam amedrontados à cidade de Rio Negro, onde estavam os barracos. Porém muitas foram as famílias que decidiram permanecer e enfrentar o indígena, o que causou em 17 anos 61 choques violentos entre os índios botocudos e os colonos. Somente nas vizinhanças de Itaiópolis morreram 40 pessoas não indígenas em consequência dos assaltos dos índios. (19)

PIERRE BOGDANOFF

No Estado do Rio Grande do Sul, a situação dos imigrantes por ocasião da “febre brasileira” não constituía uma exceção. O padre Francisco Mozejewski, ao celebrar uma missa campal nas próprias dependências da hospedaria dos imigrantes em Pôrto Alegre, procurou acalmar os ânimos exaltados, pois eles julgavam-se ludibriados pelo governo brasileiro e negavam-se em consequência a estabelecer-se nas colônias, exigindo a sua reemigração. Explicou-lhes o referido sacerdote que nestas circunstâncias eles só possuíam duas alternativas: permanecer no Brasil e em consequência ir ocupar os lotes a eles destinados nas colônias, ou conseguir ganhar o dinheiro necessário para o próprio custeio do seu retorno. Os colonos chamaram-no de “vendido” e continuaram na negativa de ir ocupar os lotes nas colônias a eles destinadas.

A agitação entre os imigrantes levou-os a originar um tumulto, pelo qual foram condenados a 8 meses de prisão, pena esta entretanto logo comutada à liberdade condicional.

Neste ambiente de tensão, começou a atuar o cônsul do Império Russo em Pôrto Alegre, Pierre Bogdanoff. O governo russo, alarmado com as dificuldades encontradas no recrutamento de soldados para o exército imperial e desejando ampliar o plano de colonização no interior do país, concluiu que um dos motivos das dificuldades encontradas em ambos os setores era justamente a emigração de poloneses do Reino da Polónia. Como a juventude polonesa fôsse considerada excelente para as fileiras militares, concebeu o governo czarista provocar uma reemigração dos colonos estabelecidos no Brasil, já que reinava

(19) Wachowicz, Ruy Christovam — “A Imigração e os Botocudos (Xokleng) do Taió” — Separata dos Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, p. 477, São Paulo, 1969.

forte descontentamento entre os mesmos. Para concretizar tais objetivos, dois foram seus agentes mais expressivos no Brasil: o cônsul russo em Pôrto Alegre, Pierre Bogdanof, e o padre Sigismundo Chelnicki. Tentou ainda o referido cônsul atrair para sua causa o padre Francisco Mozejewski; entretanto, êste considerou-a uma traição aos imigrantes, e naturalmente não concordou.

A atuação do cônsul Bogdanoff nas colônias polonesas, e as notícias de que o padre Chelnicki havia trazido capitais da Europa a fim de financiar a volta dos poloneses para a Rússia, gerou para as autoridades imigratórias gaúchas, bem como para a polícia, sérios embaraços.

O diretor da colônia Jaguari desejava ocupá-la preferencialmente com poloneses. Porém tal fato não se concretizou, pois os colonos desta nacionalidade já ali radicados abandonaram-na e voltaram para Pôrto Alegre, levados que foram pela propaganda desenvolvida por Bogdanoff. Em suas viagens pelas colônias, afirmava o cônsul que o tzar estava disposto a perdoá-los pela saída ilegal do país e que, se retornassem para a pátria, o govêrno russo os transportaria gratuitamente para o Cáucaso ou para o interior da Ásia. Em muitas colônias pelas quais passou, teve que fugir, pois os colonos, satisfeitos que estavam com sua fixação no Brasil, desejavam bater-lhe e alguns até matá-lo. (20) Porém tais boatos espalharam-se rapidamente e, nas colônias onde reinava o descontentamento, centenas de famílias voltaram para Pôrto Alegre, à procura dos hipotéticos navios que os levariam de volta. Os descontentes provinham sobretudo de duas colônias: Silveira Martins e Jaguari. Na primeira, o descontentamento foi motivado pela longa e degradante demora nos barracos, à espera da demarcação de suas datas; na segunda, pelas dificuldades encontradas no primeiro ano de fixação. Tal desfaçatez do Sr. Bogdanoff fêz com que centenas de famílias polonesas permanecessem na hospedaria de Pôrto Alegre ou a ela retornassem dos seus lotes coloniais.

Informa ainda o padre Francisco Mozejewski que na colônia D. Feliciano, onde estava construindo uma capela, surgiu uma epidemia de tifo. Os colonos fugiram para onde podiam, o que fêz com que muitos outros voltassem a Pôrto Alegre, à espera do retôrno prometido pelo Sr. Bogdanoff. O sofrimento dêsses colonos chegou a tal ponto, que algumas famílias, para não morrerem de fome, venderam seus filhos para os brasileiros ricos.

Na colônia D. Feliciano, as autoridades ordenaram que qualquer caso epidêmico, sobretudo variólico, fôsse imediatamente denunciado, como precaução contra os surtos. Na família Zielinski, algumas crianças contraíram tal mal; os pais, temerosos das conseqüências da co-

(20) Klobukowski, Stanislaw — "Wspomnienia z Podrózy" — p. 175, Lwów, 1898.

municação às autoridades, não a fizeram. Alguém denunciou o afeto e a polícia da colônia D. Feliciano resolveu o caso à sua maneira, de forma a mais bárbara possível. Seu “zêlo” pela saúde da coletividade levou-a ao fuzilamento de todos os membros da família, deixando viva somente a mãe. Abominável comportamento, num país que se dizia campeão da liberdade. (21)

Os métodos aplicados pela polícia da capital gaúcha, no entanto, não eram diferentes. Os policiais, irritados com os problemas causados pelos colonos poloneses, aproveitaram-se da extinção da Casa do Emigrante (hospedaria), e espalharam as centenas de famílias que ali se encontravam pelos principais portos brasileiros, a fim de que “dessem um jeito” e parassem de incomodar voltando para a Europa. Foram ali abandonados sem condições de sobrevivência.

A tragédia que desse gesto adveio no pôrto de Santos foi noticiada pelo jornalista Adolf Dygasinski, o qual constatou a existência na cidade de inúmeras famílias que, sob pretexto de procurarem empregos, faziam suas crianças pedirem esmola, preferencialmente nos locais de feira. Conversando com uma senhora, mãe de duas crianças, obteve a seguinte explicação: “Está para chegar um navio, o qual vai levar do Brasil todos os poloneses; mas ainda não chegou.” Por outro lado, oficiais dos navios que ali aportavam informavam-lhe que esses imigrantes mendigos viviam acercando-se dos navios e implorando aos capitães e aos oficiais para que os levassem de volta à Europa. (22)

“LISTY Z BRAZYLIJ”

O primeiro ímpeto da “febre brasileira” durou poucos anos. Três motivos levaram a esmorecer temporariamente o movimento emigratório da Polônia para o Brasil:

- 1 — A ocorrência da revolução federalista (1893-95), atuando preferencialmente nos Estados meridionais do país, aos quais os colonos poloneses davam preferência para sua fixação.
- 2 — A suspensão, por parte do governo brasileiro do transporte oceânico gratuito para os imigrantes. Desde então, quem quisesse emigrar para o Brasil, teria que pagar a sua própria passagem.
- 3 — A contra-propaganda à emigração para o Brasil, desenvolvida na Polônia, através dos órgãos de imprensa, acionados pelas classes conservadoras.

(21) Mozejewski, Pe. Francisco — “Pamiętniki Misjonarz” — publicado pelo “Dzwon”, Manitowa, Wisconsin, U.S.A. de 20-11-1893 a 5-2-1894 in “Duszpasterz Polski Zagranica” — Pe. Wojciech Sojka, C.M., ano XVIII, abril — junho n.º 2 (71), p. 164 e seg., Roma, 1967.

(22) Dygasinski, Adolf — op. cit. p. 128.

Era porém tão forte o desejo de emigrar, que a diminuição do movimento emigratório para o Brasil foi imediatamente compensado com o aumento do movimento em direção à Sibéria e ao interior da Rússia. Interessante é notar que a Sibéria e o Paraná passaram então a rivalizar no recrutamento emigratório na Polônia. Na primeira década do século XX, quando novamente revigora-se o movimento em direção ao Brasil, ocorreu substancial redução para as saídas em direção à Sibéria. Assim, ambos os territórios permutavam-se em conquistar as simpatias dos que desejavam emigrar e que não dessem preferência aos EE.UU., que sempre encabeçaram as estatísticas emigratórias da Polônia.

Michal Pankiewicz, citando um periódico de Varsóvia, registra que não eram poucos os casos de poloneses que, emigrados para a Sibéria, e estando já radicados há vários anos, abandonavam sua propriedade e iam tentar nova sorte no Brasil, pois não se acostumavam ao ambiente encontrado. (23)

O afluxo maciço para o Paraná provocou tamanha polêmica nos órgãos de imprensa, que o assunto ultrapassou as fronteiras e chegou à imprensa alemã e russa. Os grupos conservadores que procuravam freiar a emigração, muito bem escudados pela imprensa e sob a proteção da Sociedade de Amparo ao Emigrante de Varsóvia, recolheram tôdas as cartas vindas do Brasil, escritas por descontentes com a situação, e as publicaram em forma de livro, em 1911. Trata-se de "Listy z Brazylji." (Cartas do Brasil). Como slogan de propaganda, coube-lhe a frase: "escrito com o sangue e as lágrimas derramadas no Brasil". Desta forma, o sofrimento do imigrante nas florestas brasileiras era colocado na defesa dos interesses dos grandes proprietários de terras, os quais procuravam impedir de qualquer maneira o defluxo da mão-de-obra agrária.

Nesta obra, os missivistas apelam de forma patética a parentes e conhecidos, bem como a seus antigos patrões, para que lhes consigam passagem de retôrno. Entre muitas publicadas, uma das que mais levantou celeuma, foi a de um tal de Ksawery Sokól, endereçada ao seu antigo patrão:

"Louvado Seja Nosso Senhor Jesus Cristo.

Prostro-me aos pés do meu caro senhor e peço-lhe misericórdia. Se o Senhor me socorrer, vamos servir-lhe, eu e todos os meus filhos, por tôda a vida. Jurarei na igreja, diante do altar-mor, que trabalharei até a morte para o senhor e nada lhe negarei. Peço-lhe no entanto que envie-me a passagem. Vai custar à sua pessoa 500 rublos. Que Deus o recompense com o céu, porque eu lhe paga-

(23) Pankiewicz, Michal — "Z Parany i o Paranie" — p. 10, Lublin, 1916.

rei com trabalho. Peço-lhe êste gesto de misericórdia que é arran-
car-me dêste matagal.” (24)

Porém seu patrão renunciou ao céu que o ex-empregado lhe oferecia e encaminhou a carta à Sociedade de Amparo, a qual transformou o Sr. Sokól em “herói da epopéia paranaense”. A referida sociedade não contava que um médico polonês, radicado em Rio Negro, o Dr. Piechnik, se interessasse pelo caso. O Dr. Piechnik, numa carta de 25 de setembro de 1913, enviada à Polônia, analisa o caso:

“O Sr. Sokól trabalha na construção de pontes ferroviárias, tendo por ganho a quantia de 6 mil réis (três rublos e 60) por dia. Como não bebe, deve ter algumas economias. Nos últimos tempos, estava construindo uma ponte, perto de São Bento, a aproximadamente 60 km de Rio Negro. Esperei que me respondesse, pois desejei conversar pessoalmente com êle e obter melhores informações. Porém o referido Senhor não apareceu (...).” (25)

Michal Pankiewicz, esclarece que muitos dos pedidos de reemigração devem-se freqüentemente à ignorância do próprio imigrante. Exemplifica a afirmativa com o caso ocorrido com o Sr. Ciurysek, também explorado pela imprensa polonesa conservadora. O referido senhor, após somente 3 dias de permanência no Paraná, já considerou a sua vinda para o Brasil uma verdadeira desgraça. Sua correspondência com a Sociedade Polonesa de Emigração de Cracóvia foi amplamente explorada. Sua queixa maior era de que estava sendo “soterrado”. Na realidade, segundo M. Pankiewicz, tal se deve ao medo que se abateu sobre êle, ao atravessar por ferrovia os 14 túneis, na travessia da Serra do Mar, de Paranaguá a Curitiba. Em tom de blague, M. Pankiewicz afirma que para se completar a sua “martirização”, só faltava retornar ao Paraná, como aliás eram inúmeros os casos.

Depois de estudos das condições existentes no Paraná, o referido autor conclue que:

“Apesar do total despreparo do imigrante para que se estabelecesse no Paraná e apesar das ilusões e dos desencantos havidos, o caso do Sr. Sokól não se aplica à maioria. A carta abaixo, de um colono recém estabelecido na colônia Cruz Machado no Paraná, é a palavra intuitiva dos nossos colonos:

“Caro compadre.

Notifico-lhe, caro compadre Michal Klimiuk, bem como a Jan Suluch, Jan Korczyk e Michal Junak, que nós estamos com boa saúde e tudo corre satisfatoriamente. Minha terra está localizada na

(24) Pankiewicz, Michal — op. cit. p. 13.

(25) Pankiewicz, Michal — op. cit. p. 14.

estrada (linha) principal. A terra, numa só expressão: é boa. Colhi 5 sessentenas (5 kop) de centeio, (26) semeando somente 5 potes (garcy). "Tatarka" (trigo mourisco), repôlho, milho, tudo dá muito bem. O paiol que construí é relativamente grande. Agora vou construir a residência: 4 quartos e varanda. Possuo também água em minha propriedade. Possuo três porcos, e espero comprar uma vaca e um cavalo. Estamos construindo a igreja, que fica a cêrca de 8 verstes (wiorst) de nós. Numa só palavra, estamos bem. Somente sinto saudades de você e sua família (...). Assim, caro compadre, se desejar aqui chegar, faça-o porque aqui o trabalho é mais leve do que na Polônia. Pode-se ter cavalos, bovinos, porcos e outros animais miúdos, porque aqui há lugar. Terra, cada um tem cêrca de 50 morgas polonesas, com mato. O inverno aqui praticamente não existe. Não nos preocupamos em ter capotes (kozuchy), porque aqui não é necessário. Pagamento de impostos aqui ninguém reclama; pago um pouco e tenho tranqüilidade." (27)

Tal opinião otimista, referente ao Brasil, é corroborada também pelos depoimentos colhidos entre os colonos pelo padre Hugo Dylla em 1903, quando de sua chegada ao Brasil. Um imigrante, estabelecido há apenas três anos na colônia Santa Cruz, no Estado do Rio Grande do Sul, chegado pois em plena "febre brasileira", interpelado pelo sacerdote, revelou que não desejava voltar para seu país, porque aqui na América a situação era melhor. Segundo seu testemunho, nunca na Europa conseguiu comer tanta carne como no Brasil.

"Ainda não terminamos um porco, e outro já está crescendo. Na Europa vivia-se na pobreza, aqui possuo várias morgas de terra, a qual é fértil. Volta e meia fazem-se caçadas no mato e consegue-se um peru ou até num veado se acerta. O mato é comum, pode-se levar lenha quanto se necessita. Creio que situação melhor não se pode encontrar, do que aqui no Brasil." (28)

CONCLUSÃO

Situa-se pois o período da "febre brasileira" de 1890 até o advento da Primeira Guerra Mundial. Este período corresponde aproximadamente a 1/4 de século. Dois grandes períodos caracterizam a "febre brasileira".

O primeiro vai de 1890 até 1897, quando o governo brasileiro proporcionava transporte gratuito para os imigrantes através de con-

(26) 1 Kopa = 60 feixes. No Brasil os colonos aplicaram a medida também para o milho. 60 espigas equivaliam também a 1 Kopa.

(27) Pankiewicz, Michal — op. cit. p. 15 e seg.

(28) Młjsje Katolickie, n.º 23, p. 28, Kraków, 1904.

tratos com companhias de navegação. As primeiras levas dirigiram-se maciçamente para o Paraná e posteriormente para o Rio Grande do Sul, sendo que os estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo receberam alguns milhares, que entretanto espalharam-se pelos centros urbanos e pelas fazendas de café. Na década de 1897 a 1906, a chegada de poloneses é esporádica. Não há imigração em grupos e somente indivíduos isolados, na maioria atraídos por amigos e parentes já aqui radicados, aportam no Brasil.

O segundo período inicia-se por volta de 1906, quando o Brasil, necessitando de mão-de-obra barata e numerosa para a construção de estradas-de-ferro, notadamente a São Paulo — Rio Grande, volta à sua antiga política de proporcionar passagem gratuita a quem desejasse imigrar. O retorno a essa política faz novamente crescer o número de imigrantes, os quais além de se ocuparem com a construção de ferrovias, também são encaminhados para as inúmeras colônias então criadas. Caracteriza-se este período pela participação acentuada do grupo étnico ucraniano. O afluxo de imigrantes poloneses e ucranianos é elevado e somente vai ser interrompido com a deflagração da Primeira Guerra Mundial.

Este conflito internacional interrompeu sensivelmente o afluxo da corrente migratória para o Brasil. Após o cessar das beligerâncias, a mesma foi restabelecida, porém nunca voltou a apresentar números tão expressivos. O restabelecimento da independência da Polônia veio colocar o problema da emigração para o Brasil em bases completamente diferentes, não se repetindo mais os fenômenos como os ocorridos por ocasião da “febre brasileira”. Neste período aproximadamente 90.000 poloneses fixaram-se no Brasil, sendo que 45% localizaram-se no Estado do Rio Grande do Sul, 40% no Paraná e os restantes 15% nos Estados de Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais.

Desta forma aumentou sensivelmente o número de imigrantes poloneses radicados no Brasil, transformando esta corrente numa das mais numerosas a estabelecer-se no Sul do nosso país.

SAPORSKI — “O PIONEIRO DOS SEMEADORES”

Natural da Polônia, ex-secretário do Consulado da Polônia no Paraná, ex-redator do semanário “Gazeta Polska w Brazylji”, autor de várias monografias sobre o Brasil, publicados em jornais poloneses, bem como na Inglaterra, França e Estados Unidos. Possui vários estudos sobre problemas atinentes à imigração, entre os quais o presente trabalho, sobre Edmundo Was Saporski.

PAWEL NIKODEM:

Inúmeros são os pioneiros que encontramos na História do Brasil. Entre os que são mais exaltados pelos seus feitos extraordinários, encontram-se os bandeirantes, os quais desbravaram as virgens selvas do solo brasileiro e desta forma lançaram as bases para a edificação desta imensa nação.

Os imigrantes aqui advindos, a partir do século XIX, não deixaram entretanto de realizar uma tarefa semelhante. A colonização de imensas áreas do território brasileiro comprova a sua capacidade de trabalho, o amor à terra, a dedicação ao seu cultivo, a assimilação e a lealdade à nova pátria.

Como vieram para o Brasil tão numerosos e morigerados trabalhadores poloneses? Por que escolheram o Estado do Paraná, e não outro, para a sua fixação?

A essas e outras indagações procuraremos responder no decorrer do presente trabalho. Para tanto utilizamo-nos das seguintes fontes:

1 — “**GAZETA POLSKA W BRAZYLIJ**” — periódico pioneiro em língua polonesa, editado em Curitiba durante 50 anos (1892 — 1941). Saporski foi seu redator a partir de meados de 1893 até meados de 1894.

2 — “**A Imigração e a Colonização Polonesa no Paraná**”, ensaio, publicado no Almanaque Alemão em Curitiba, editado por Anthon Schneider, impresso nas máquinas do semanário “Der Bedachter” em 1896. É um artigo muito amplo tratando sobre a colonização polonesa no Paraná, com fotografias das colônias de Órleans, Rio dos Patos e São Mateus. O artigo não traz assinatura. Mas este anonimato justifica-se pelo fato de preceder o artigo uma descrição das colônias alemãs e pelo episódio provocado pelo batalhão germânico na Revolução Federalista de 1894. Isto deu ao artigo a possibilidade de ser atribuído à redação. É certo, porém, que além de Saporski ninguém seria capaz de

um trabalho tão pormenorizado. O fato é confirmado por "**Przegląd Polski** (Revista Polonesa), número 5 de 1960, revista mensal que publicou o citado artigo em polonês.

3 — **Eco de Pôrto Alegre**. Residente na capital gaúcha, o conhecido impressor Félix Bernardo Zdanowski, autor de um "Método de Português sem Mestre" (para poloneses), tencionava, nos fins do século, editar um periódico para uso dos colonos radicados no Rio Grande do Sul. Com o intuito de estudar as possibilidades, publicou por dois anos consecutivos um Almanaque meticulosamente acabado. Reconhecendo em Saporski um perito no assunto, pediu-lhe informações. Como resposta, apareceu no Anuário de 1902 resumida mas substancial biografia sob o título "Algumas Palavras sobre S. E. Saporski".

4) **Memórias**. Saporski iniciou suas Memórias no crepúsculo de sua vida, desejando deixar a seus descendentes uma lembrança, servindo-se da língua portuguesa. Escreveu em forma de palestra: fala de si na terceira pessoa, subscrivendo-se com o pseudônimo Eti. O curso da narrativa inicia-se a partir de 1867, momento em que o autor se perdera às margens do rio De La Plata, e termina em 1912, em meio a atividades e preocupações dispensadas aos imigrantes de Lublin e Galícia estabelecidos às margens dos rios Ivai e Iguazu, onde o idoso pioneiro, a exemplo do professor Jerônimo Durski, tinha que preocupar-se com o prato de feijão, trabalhando como simples auxiliar de engenheiro. As Memórias não tendo sido aproveitadas aqui, foram enviadas a Varsóvia, onde foram publicadas em 1939.

5) "**Memorando sobre a Colonização Polonesa no Brasil**". Trabalho pouco volumoso mas de inestimável valor. Escrito em polonês, língua na qual o autor é mestre, apesar de meio século o separar da Polônia. É uma nova redação do artigo n.º 2, apoiado pela junção de um artigo do Almanaque de Schneider. O trabalho é aperfeiçoado por dois importantes acréscimos: a) Tabela cronológica da fundação das colônias polonesas (que se elevavam a 35), com o número de colonos no momento da fundação: 56.892 pessoas; b) testemunho da Câmara Municipal de Curitiba, do dia 15.10.1873, sobre os colonos de Pilarzinho, em que se declara que "são excelentes lavradores". Saporski aprontou essas anotações em 1920, mas só foram publicadas após a sua morte. Deu-lhes destaque o "Almanaque do Jornal Polonês" de 1939, ao festejar o 70.º aniversário da vinda dos primeiros colonos poloneses ao Brasil. A publicação foi acompanhada por 7 fotografias, algumas explicações e registro de nascimento do autor. Tudo sob o título: "Donde provém a Família dos Pioneiros".

II

Quem era Edmundo Saporski antes que se apresentasse no Paraná? Vejamos sua certidão de nascimento, extraída dos livros paroquiais da localidade em que veio ao mundo:

Nome e sobrenome: Sebastião Wos

Pai: Simão Wos

Mãe: Edviges Kampa

Nascido em Stare Siolkowice

Dia do nascimento: 19 de janeiro de 1844.

Não há dúvida de que se trata do mesmo personagem. Na sua autobiografia, publicada no Almanaque do Sr. Zdanowski, escreve:

“Sebastião Edmundo Wós Saporski nasceu aos 19 de janeiro de 1844 em Siolkowice, perto de Opole.”

A colônia Siolkowice tomou o nome da palavra “siolo” ou “siólko”, que significa pequena povoação, lugarejo. Situa-se à margem direita do Odra, a 20 quilômetros da cidade de Opole rumo a Wrocław, que é capital dessa região, isto é, o sudoeste da Polônia, conhecida por Silésia. Esta se compõe de três municípios: Katowice, Opole e Wrocław. Desde tempos imemoriais a região é habitada por poloneses pelo que, mesmo depois de duas guerras mundiais, a região voltou a fazer parte da Polônia.

Os imigrantes trouxeram e guardaram recordações felizes a respeito do pai de Sebastião. Reconheciam nêle um líder nato e mui serçal. Conserva-se até hoje um livrinho descoberto por jornalistas, com assinatura de Simão Wos datada de 1836.

Além de outras atividades, trabalhava em transportes, servindo-se naturalmente de uma carroça. Conheciam-no todos os habitantes das redondezas, pois era êle o “repórter”, o “jornal noticioso” do lugar. Na época o jornal era novidade, encontrando-se somente nas cidades maiores, enquanto que nas colônias as notícias eram transmitidas de boca em boca.

Assim os colonos entravam em contato com o que acontecia na Polônia e no mundo através de seu vizinho Simão Wós, aliás homem de largos horizontes e digno de confiança. Foi através dêle que chegaram a tomar conhecimento de uma “nova” terra, o Brasil.

O Brasil era então uma nação jovem. Apenas iniciara a colonização de suas vastas áreas e parecia não ter sorte com os imigrantes. Declarações oficiais comprovam que de 1830 a 1835 o Brasil não recebera um único imigrante europeu.

Wós soube algo a respeito desta terra exótica, situada no rumo do sol poente. Dêste algo comunicou uma parte a seus conhecidos. Em todo o caso o país da eterna primavera, onde não havia neve nem geada, onde florestas imensas esperavam por desbravadores, ecoou favoravelmente nos tímpanos dos ouvintes. Gostaram igualmente do emblema da nova terra, cujo nome chegou ali na forma latina — Brasilia. Imediatamente acharam a sua raiz em “brzoza” (bétula), árvore maravilhosa,

de casca branca e frondosa copa. "Brzoza" — a bétula — já havia servido de inspiração a inúmeros poetas, entre os quais Mickiewicz, que inicia sua epopéia "Pan Tadeusz" num bosque de bétulas.

A notícia corria de bôca em bôca. A semente germinava. Em pouco tempo o tema ocupava o primeiro lugar nos encontros familiares e sociais.

A família de Simão fôra abençoada com 10 filhos: 4 rapazes e 6 môças. Sebastião era o segundo entre os rapazes.

Nascera pouco antes de um período 1845 - 1847 em que terrível falta de alimentos tomara conta da região. Os cereais não produziram o fruto esperado. Isto provocou a fome, que por sua vez foi causa, segundo nos afirma João Wantula, escritor local, de um epidemia de tifo que veio a ceifar muitas vidas. Não raro famílias inteiras pereciam e os mortos jaziam sem sepultura dias a fio. Os imigrantes guardaram por muito tempo a lembrança dêsses tristes dias. Ainda há poucos anos, os colonos mais idosos radicados nas redondezas de Curitiba narravam fatos horripilantes daqueles tristes dias.

Mesmo as famílias mais abastadas passaram fome, visto que não havia onde comprar alimentos.

Nada sabemos sôbre o que fêz na ocasião o Sr. Simão para matar a fome de sua numerosa família.

Quando Sebastião atingiu a idade escolar, seus pais começaram a pensar nêle, pois mostrava-se corajoso, apesar de doentio e débil. Certo dia o pai o abraça e, depois de o acariciar, coloca a mão sôbre a sua cabeça dizendo suavemente: Sebastião, é tempo de pensar no teu futuro. A nossa propriedade ficará, segundo o costume, com o primogênito. Tua herança é o mundo ilimitado... Sê forte e dá bom exemplo a tuas irmãs e irmãos mais novos, que hão de seguir o teu caminho. Não temas! O mundo é grande. Acharás um lugar para ti. Sabes, meu garoto, que tua mãe e eu concordamos em enviar-te à escola? O estudo te garantirá um futuro mais risonho. Vai, meu filho, e estuda, estuda com afinco e que Deus te acompanhe.

Sebastião dirigiu-se a Opole e iniciou os estudos. Não era fácil. Com efeito, antes de iniciar os estudos era necessário aprender o alemão, visto que na província não se ensinava em polonês, com o intuito de germanizar a região. Mas o nosso jovem lutava corajoso e perseverante, até que conseguiu entrar no ginásio. Ali distinguia-se em Matemática, Geografia, História Natural e Física. Gostava do assunto. Isto lhe facilitava a aprendizagem. Mas não gostava de línguas antigas, às quais na época se dava grande importância. Ainda lhe era difícil o alemão, e já devia tentar domesticar o latim, grego e francês. Não raro a

escalada lhe parecia impossível. Mas logo vinham as férias e com elas o merecido descanso.

Voltando à escola, dedicava-se com afinco ao estudo. Não lhe faltava vontade nem capacidade, mas sua natureza frágil, debilitada pelas privações, revoltava-se, até que o venceu, obrigando-o a interromper os estudos antes do exame de madureza. Tendo recuperado a saúde, empregou-se como carteiro, tencionando em breve apresentar-se à banca dos examinadores. Infelizmente seus cálculos falharam: a enfermidade retornara e o médico prescreveu mudança de clima. Aconselhou-o a procurar clima quente.

Assim, em vez de se tornar acadêmico, a sorte o forçava a abraçar o estado de emigrante, com tôdas as suas privações.

A caminho da nova pátria Sebastião Wós mudou de nome, tornando-se Edmundo Saporski. Sua família explicou que o fato foi motivado pelo desejo de fugir ao serviço militar na odiada Prússia. Na época a Prússia preparava-se para a guerra contra a França. Ora, esta era desde há muito aliada e amiga da Polônia. Não admira pois que o jovem fizesse tudo para evitar de combater contra seus amigos. Combateria, e de bom grado, contra o opressor de sua terra. Mas isto se realizou muito mais tarde, isto é em 1945, no fim da segunda guerra mundial.

Chegando a Londres, então senhora dos mares, Wós Saporski viu-se diante do imenso oceano, com possibilidades para cruzá-lo em tôdas as direções, já que as rotas marítimas eram livres. Mas como escolher o rumo? Sabia as colônias polonesas nos Estados Unidos, fundadas no Texas, em 1854. Mas não se decidia. As dúvidas o assaltavam. Havia pouco os Estados Unidos haviam estado em guerra consigo mesmos...

No pôrto atracou o navio "Emma". Carregava trilhos e iria para a Argentina. Sebastião foi tentado a subir para o convés, onde seis marujos trabalhavam. Iriam para La Plata? Isto o alegrou. Conhecia duas línguas latinas: o Latim e o Francês. Não lhe seria difícil entender mais uma: o espanhol.

III

Dirigindo-se então a La Plata, Wós Saporski visita o Paraná como turista, travando conhecimento com o nôvo continente em Paranaguá. Logo que o navio foi descarregado, contratou-se nôvo frete, apressando-se para transportar madeira do Paraná para o Uruguai. Vieram portanto a Guaraqueçaba, donde o Rio da Prata importava madeira para construção, e bananas e palmitos para a sua alimentação. Os uruguaios necessitavam de madeira bruta, beneficiando-a em casa. Nas matas de Antonina e Paranaguá logo começou-se a sentir falta de madeira de lei. Foi por isso que os marujos foram procurá-la no norte da Baía de Paranaguá.

Guaraqueçaba contava apenas algumas casas esparsas, não havia ruas nem cais. Faltava água, a qual era transportada em canoas de fontes distantes. Sobre serrarias nem se falava.

Apesar de quase desabitada, Guaraqueçaba era um ponto importante no sistema de transportes. As pessoas que quisessem viajar para São Paulo, partindo de Curitiba, dirigiam-se a Guaraqueçaba, não a Paranaguá, onde os navios raramente eram vistos. De Guaraqueçaba ia-se através de Ararapira, Cananéia, Iguape, ora por mar, ora por terra, e atingia-se o pôrto de Santos.

Mais tarde, via-se não raro neste caminho grupos de imigrantes poloneses. Eram famílias que, abandonando a inacessível colônia de Periqueira-Açu, procuravam melhores condições de vida além das seras de Paranaguá.

À pobreza de Guaraqueçaba opunha-se a exuberante riqueza das selvas que ornavam as serras de Quitumbé. Ali havia madeira suficiente para tudo e o acesso era fácil, pois a madeira era lançada na água e dali guinchada para o navio.

Agora, passados cem anos, admiram-nos as manobras calmas e seguras ali executadas pelo "Emma", que atravessava as águas da Argentina, Uruguai e Brasil sem que nada e ninguém lhe impedisse o caminho. O navio, a bordo do qual está o emigrante da Silésia, não é interceptado por ninguém. O serviço alfandegário ainda está por nascer. Raros eram os navios na época, e o "Emma" fazia festa onde aportava. Eram tempos de liberdade absoluta. Não havia necessidade de passaportes, não havia consulados, ninguém pensava em notas fiscais. Ao contrário da velha Europa, onde os vizinhos consideravam-se mais inimigos do que amigos, porque cada um limitava os direitos do outro, aqui, no Novo Mundo, reinava a cordial amizade.

Quando o "Emma" levantou âncora, Sebastião sentiu-se triste e despediu-se levando saudades. A lembrança das imensas regiões desabitadas que esperam pelos desbravadores exerceu considerável influência sobre ele, orientando seus futuros passos.

I V

Em Montevideu despediu-se dos marujos e desembarcou como imigrante. A sorte o ajudou. Encontrava-se num pôrto movimentado e livre, dentro de uma cidade que então ocupava o terceiro lugar na América do Sul, isto é, depois do Rio de Janeiro e Buenos Aires.

Saporski estabeleceu-se no centro de Montevideu, donde podia observar com facilidade todo movimento. Trabalhava num clube suíço-alemão de importadores, como servente de bar. Foram seus patrícios que lhe conseguiram esse emprêgo. Logo ao desembarcar percebeu que

os poloneses não eram raridade em Montevidéo. Seu colega, um alemão, o avisara de que havia poloneses no pôrto.

— Como os reconheceu?

— Pelos palavrões que os ouvi dizer ao tomar um drink. Por êsse meio reconhecê-los-ia ainda que fôsse no fim do mundo. A seguir tratamos conhecimento. Conversamos um pouco. Êles virão visitá-lo.

Entre os colegas que se tornaram mais íntimos de Saporski, interessam-nos pelo seu grau de cultura dois imigrantes: um trabalhava no Ministério da Agricultura como engenheiro, e o outro servia no Exército Brasileiro como tenente. Infelizmente não lhes conhecemos os nomes e não há possibilidade de identificá-los.

Não era invejável a situação do nosso estudante. Sua ocupação consistia em arrumar as mesas, lavar os copos. No clube conversava-se sôbre importação, sôbre preços, pagamento a fazer... Falava-se ora alto, baixo, conforme o assunto.

Saporski não podia esperar auxílio de ninguém. Desejava obter um trabalho melhor, mas era um expatriado cuja pátria não existia. Não havia ali Consulado que garantisse por êle...

O que aconteceria se para cá viesse seu pai Simão, a perambular com a sua carrocinha carregada com o arado, grade e sementes? Acredite-se ou não, parece que no Uruguai não há mais terra livre. Tudo já está ocupado. Se viesse para cá, seu pai teria que procurar uma fazenda e pedir ao dono um trabalho qualquer. Teria que trabalhar como simples operário, para depois tornar-se empreiteiro e arrendatário.

Saporski convenceu-se em breve de que o Uruguai não era para êle mais que um ponto na sua viagem rumo ao desconhecido. O Uruguai não necessitava de sua ciência. Seu logaritmos não eram necessários para tosquiar ovelhas. Não era necessário conhecer Homero para tratar de gado. Não lhe agradava esta vida, e para imiscuir-se na classe dos grandes comerciantes era necessário trabalhar com dinheiro.

Do Uruguai partiam caminhos para todo o continente. Isto facilitaria o prosseguimento de sua viagem. Tinha possibilidades de ingressar na vida militar, como muitos de seus colegas fizeram. Bastava dirigir-se ao Consulado da Argentina ou do Brasil e inscrever-se na campanha militar levada contra o Paraguai desde havia três anos. Aceitavam-se com facilidade mesmo os estrangeiros, a quem se prometia facilidade de promoções e boa carreira logo que o conflito terminasse. Falava-se com admiração dos voluntários poloneses por seu comportamento militar. Em particular sobressaíam os veteranos do levante de 1863, por sua experiência tática.

Havia outras possibilidades. Um tenente brasileiro de descendên-

cia polonesa, homem viajado e experiente, convidava-o para as cordilheiras, onde não faltava trabalho nas minas de ouro e cobre. Alguns imigrantes dirigiram-se para a Argentina e falava-se que não se arreenderam.

Quem sabe para onde se dirigiria o nosso jovem, não fôsse a lembrança de Guaraqueçaba. A visão da floresta não lhe saía da memória. Mas como chegar até lá? Como tornar-se um habitante daquelas paragens sem perder a cultura, sem tornar-se um ermitão?

V I

Certo dia veio-lhe ao encontro um homem de meia idade, cansado do trabalho, e sem cerimônia lhe declarou com sotaque alemão que viera diretamente falar-lhe. Dizia chamar-se Frederico. Saporski, admirado, perguntou de que se tratava.

— Sou um estrangeiro aqui — respondeu Frederico. — Não tenho conhecido algum. Ouvi falar a seu respeito e vim pedir-lhe um favor que aliás para mim é tudo.

— A saber?

— Sou dono de umas toalhas de mesa, lembrança de um restaurante que possuí em Pôrto Alegre, no Brasil. São novas e em perfeito estado. Desejo livrar-me delas. Certamente o clube precisará delas. Vendo por qualquer preço...

— Sim, compreendo. Estamos precisando mesmo disto, mas o negócio é com o presidente e não comigo. Tenho certeza de que os diretores se interessarão. Fale com êles.

— Eh, diretores, caro amigo. Há entre êles alguns que me conhecem. Conhecem-me do tempo em que meus negócios prosperavam. Não desejo que me vejam no estado em que estou. Não suportaria seus sarcasmos. Vim pedir-lhe que se encarregue de falar-lhes. Disseram-me que o senhor é serviçal. O senhor é polonês. Minha espôsa quis que eu falasse com o senhor.

O jovem estudante, depois de vários anos de estudos e a seguir as longas viagens, adquirira uma certa experiência de vida. Mudou muito a sua natural inclinação para acreditar em tudo. Desconfiado, fixou o interlocutor. Êste, porém, continuou:

— É a sorte do imigrante, meu caro. Peço-lhe um favor. Talvez um dia lhe possa retribuir — justificava-se o visitante.

Seu pedido foi atendido. Sebastião conseguiu satisfazê-lo, pelo que travaram amizade. O jovem tornou-se amigo da família, que aliás não tinha filhos. Frederico já fôra viúvo e casara-se novamente, com uma viúva. O primeiro marido desta tinha sido um polonês. Frederico descendia de uma nobre amília de Brunswik. Sebastião tornou-se seu filho adotivo, recebendo em troca gratidão e reconhecimento paternais.

A família viera, havia muito tempo, do Velho Mundo. Estavam por conseguinte melhor habituados ao Nôvo Mundo. Possuíam um restaurante e ia-lhes muito bem. Mas arriscando demais e não dando atenção a conselhos de amigos, venderam tudo. A seguir mudaram-se para o Uruguai. Ali a sorte não lhes ajudara. Não tinham mais forças para trabalhar. Montevidéu nada tinha a oferecer-lhes. Urgia regressar ao Rio Grande, antes que a miséria batesse à porta.

— Você irá conosco? — perguntou Frederico certo dia ao filho adotado.

— Irá, meu filho, não diga que não — continuou a espôsa de Frederico. Não o deixaremos aqui sozinho.

— Os filhos andam pelos caminhos dos pais — garantiu o interrogado. E ao mesmo tempo levantou a questão: o que é que eu vou fazer no Brasil?

— Oh, isto é de menos. Levá-lo-emos para ser pioneiro, meu caro, para a vida de pioneirismo nas selvas. Eis tudo!

— Pioneiro, pioneirismo — repetiu o jovem, gaguejando um pouco. Não compreendo bem — concluiu.

— Filho, eu não sou um homem instruído. Não sei falar bem — desculpou-se Frederico. Explico-lhe simplesmente. Veja o Uruguai não é mais um país que necessite de desbravadores. Não temos o que fazer aqui. Nem nós nem você. Outra coisa é o Brasil. Isto é terra... própria para nós.

Sebastião meditou por alguns momentos e a seguir perguntou:

— Também na Europa faltou lugar para pioneiros?

— Faltou, sim. Você acertou. Quem sentia vocação para tal vida emigrava para terras distantes.

O jovem respirou profundamente.

— Portanto — disse — damos o honroso nome de pioneiro àquele que desbrava as florestas com o intuito de alargar as fronteiras do país?

— Sim, e também àquele que se dedica ao trabalho que se lhe apresenta, acrescentou o homem.

A seguir os três embarcaram num navio que fazia escala na ilha de Sta. Catarina. Para o casal isto era como voltar à pátria. O filho adotivo, porém, vinha com a intenção de dominar a selva tropical, sua conhecida apenas de relance ao passar por Paranaguá. Sentia-se bem porque vinha acompanhado. Não seria um ermitão solitário. Como bagagem traziam talheres e outros objetos domésticos: machados, serras e espingardas, além de acolchoados de penas.

— Amanhã cedo atracaremos em Destêrro — comunicou o oficial subalterno, única pessoa a quem interessava o lugar do destino dos nossos passageiros.

— Estamos perto da nossa casa brasileira — disse com alegria a espôsa de Frederico.

— O que é que pretendem fazer neste destêrro, ao lado dos antigos desterrados? — interrogou o marinheiro, acentuando o nome da cidade e o seu anterior significado — lugar de destêrro.

— Somos colonos, vamos cultivar a terra — retorquiu Frederico.

— Ah, colonos, colonos. Na última viagem transportamos duas ou três famílias que de lá fugiam. Desejos e nada mais. Estão à procura de vagabundagem. Eu também tive êsses desejos. Agora estou de volta e aposto que êste navio não me verá mais.

— Faltou coragem e perseverança aos desejos — acrescentou Sebastião com certo orgulho, terminando a conversa.

O caminho conduzia os três para a margem do rio Itajaí, para Blumenau, para a colônia do farmacêutico de Brunswik. Era o destino pré-estabelecido. Frederico, quando jovem, fôra amigo de Hermann Blumenau. Dirigia-se à casa dêste, certo de que seria bem recebido. Mas enganou-se. Hermann no momento encontrava-se na Europa e Frederico em breve faleceu.

Isto, porém, não teve maiores consequências para Sebastião e sua mãe adotiva. A colônia recém-fundada recebeu o jovem entusiasta, que com sua mãe adotiva estabeleceu-se num arrabalde da nascente cidade. Trabalho não faltava. O jovem estudante foi trabalhar como auxiliar de inspetor na construção de uma estrada. Logo depois abriu uma escolinha. Abriu-a a pedido dos colonos, que lhe garantiram a manutenção. Ensinava em alemão, naturalmente. Aos colonos importava arrancar seus filhos ao analfabetismo e na redondeza não havia escola.

Eis o caminho palmilhado pelo nosso imigrante, Sebastião Edmundo Wós Saporski. Ora por terra, ora por mar, aportou finalmente em Itajaí, estabelecendo-se no centro da colonização alemã, no estado sul-brasileiro de Santa Catarina. Corria o ano de 1868. Blumenau ainda não celebrara seu 20.º aniversário.

V I

Entre os numerosos imigrantes que aportaram ao Brasil, inúmeros eram poloneses, que aqui vinham seguindo o caminho dos alemães. Entre os poloneses, Saporski não era o último nem o primeiro.

Infelizmente restam-nos poucas informações a respeito de tudo isso. Como marco de orientação, podemos tomar o fato conhecido de

que após a emigração dos poloneses da margem leste do rio Odra, os alemães habitaram estas terras. Dizemos isto sem pretensões, apenas como fato histórico. A exemplo do Brasil, cujas fronteiras custaram não poucas preocupações, ou a exemplo da Polônia, que no ano de 1945 reconquistou sua independência, orientamo-nos pelo seguinte princípio: "Não entrego o que é meu e não quero o que é teu".

Os fatos são-nos narrados pelos dados estatísticos imigratórios do Brasil. Ainda que a organização "Serviço de Povoamento", do Rio de Janeiro, não conhecesse os poloneses, é contudo fácil perceber a sua presença nas estatísticas, consultando-se sob o nome dos então ocupantes da Polônia. É significativo o fato dos austríacos. Nada se sabe a respeito do que os habitantes dos montes Cárpatos sabiam a respeito do Brasil. Dizia-se: terra boa, fértil, onde crescem o centeio e o trigo e há laranjas... Os imigrantes da Alemanha eram bastante freqüentes, mas o fluxo aumentou muito quando as colônias das margens do rio Odra sentiram que lhes faltava espaço para habitar.

Podemos também descobrir algo examinando as colônias alemãs. Desde a Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, até a Baía de São Francisco, em Sta. Catarina, encontram-se com facilidade nomes eslavos entre os alemães.

Começemos pelo Rio Grande do Sul. Os alemães vieram para lá em 1824, fundando, a 25 de agosto, o lugarejo de São Leopoldo, situado a 34 km ao norte de Pôrto Alegre. Atualmente esta data está sendo comemorada como o dia do colono.

Existiriam ali, entre os alemães, colonos de outras etnias? Essa pergunta fêz-se o Pe. João Piton e foi vasculhar os arquivos gaúchos, para examinar os antigos "Avisos", onde estão inscritos os nomes de todos os imigrantes. O Padre João acertou o caminho. Nos grossos volumes datados de desde 1824, descobriu com alegria os nomes: Godowski, Bilski, Bialek, Pokorny, Tiablicki, Osowerda, que evidentemente nada tinham de alemão (Almanaque "Lud", 1964).

Quanto a Jerônimo Durski, sabemos que desembarcou em S. Francisco, Sta. Catarina, acompanhado de Pedro Rodowicz e Emílio Gebstel ("Lud" — 31 — 1963).

O mesmo dava-se em Blumenau, onde se afirmava que só os colonos alemães tinham o direito de adquirir terras. Conta-nos Saporski nas suas "Memórias" que se encontrou com alguns poloneses da Silésia (pgs. 37-49), e com um grupo maior da Pomerânia (pg. 30).

O primeiro autor que se dedicou ao trabalho de examinar a participação dos poloneses na colonização germano-brasileira foi Edmundo Gardolinski.

VII

Como por acaso, Saporski veio a Itajaí quando a imigração alemã

começou a intensificar-se. Ao mesmo tempo vieram os primeiros e indelicados colonos da Áustria.

Os dados estatísticos apresentam os números:

Ano	Número de imigrantes	
	da Alemanha	da Áustria
1866	360	—
1867	1.128	—
1868	3.779	104
1869	375	—
1870	6	—
1871	296	14

Esses dados foram tirados do "Relatório do Ministério da Agricultura de 1921", Rio de Janeiro, 1922. No que tange ao triênio 1866-68, os estatísticos declaram que seus relatórios baseiam-se nas declarações do Sr. H. Blumenau.

Os imigrantes vinham em grande número. A escolinha de Saperski tornava-se cada vez mais barulhenta e cada novo imigrante que vinha, despertava uma onda de saudades no professor.

O movimento escolar foi de grande utilidade para o jovem professor. Ali entrou em contato com os habitantes, aprendeu seus costumes... além de subir muito na escala social. Com efeito, agora se sentia bem entre os maiores da colônia, os comerciantes e industriais, o sacerdote católico e o pastor protestante. A colônia estava sob a administração do seu fundador. Era necessário integrar-se na sociedade, pois não havia lugar para marginais.

O professor sentia-se bem e cada vez mais seguro de si. Iniciou a correspondência com a Polônia. Quando em Montevideu parecia-lhe não ter o que escrever. Agora tudo mudou. Quanto mais escrevia, mais idéias lhe ascendiam à mente.

Por vezes as descrições vinham acompanhadas de evidentes exageros. É o caso em que Sebastião descreve o seu trabalho na construção da estrada. Na ocasião não declarara que tipo de estrada era esta, e seus leitores pensavam naturalmente que fôsse uma rodovia respeitável. E assim sendo zangavam-se, pois para se dedicar à construção de estradas não era necessário sair da Pátria, já que esta também sentia falta delas.

Certo dia recebeu outra carta que o impressionou sumamente.

É que Sebastião escrevera que tinha adquirido 50 hectares de terra, onde planejava cultivar cana-de-açúcar e construir uma serraria. Quanta terra! admirava-se o velho. Não sabia que a terra fôra adquirida graças ao falecido Frederico.

O velho só se acalmou quando recebeu outra carta. Esta lhe dizia que seu filho era professor.

Sebastião era prudente apenas num ponto, e não soltava as rédeas do seu entusiasmo: não convidava ninguém para vir ao Brasil. Recordava-se perfeitamente da falta de terra na sua Polônia, mas não era fácil resolver o problema.

Duvidava. Temia a máquina administrativa da imigração. Nas suas "Crônicas". Fala-nos sobre o assunto. As lutas que travava consigo mesmo... Contudo o assunto não lhe saía da cabeça e quanto mais lutava, tanto mais consciência tomava do problema.

No Almanaque de Schneider, destinado aos alemães, nem se podia pensar em escrever algo sobre o fato. Era necessário prudência e tino diplomático. Decidiu entender-se com os patrícios. No Almanaque de Zdanowski publicou-se uma nota: "Colonização em Blumenau?" Sem dúvida, mas ali os poloneses eram germanizados. As anotações de 1920 acusam claramente: "Quando os imigrantes voluntários escasseavam entre os alemães, procurava-se então os poloneses". O que fazer? Não se podia fazer uma nova prova de "escravidão". Esta já era suficiente na Polônia. Mas o que fazer se os colonos das margens do rio Odra esperavam ansiosos o momento da emigração? Virão sem dúvida. Sem rumo e sem destino. Virão para a liberdade e ali serão germanizados sem que nada se possa fazer. Como resolver? Tudo estaria bem se se fundasse uma colônia própria. Mas, embora seja fácil imaginar, não é fácil realizá-lo. Sabia que ao Sr. Blumenau a fundação da colônia custara naquela época 16.000 dólares, sem falar do auxílio que recebera de Berlim. E a colônia teria morrido há tempo se o governo federal não a socorresse nos momentos de decadência e de crise. Onde tirar o dinheiro para empreender tal obra? Como encaminhar a causa ao Ministério da Imigração? E como escolher o lugar para a nova colônia?

VIII

Felizmente encontrou-se com outra pessoa que se preocupava com os mesmos problemas. Era o vigário da paróquia de Gaspar, Pe. Antônio Zielinski. Pessoa enigmática, inclinada mais à contemplação do que à ação. Natural de Lwow, veio ao Brasil passando pelo México e pelos Estados Unidos, onde entrou em contato com a colônia dos poloneses no Texas. No Brasil foi recebido com entusiasmo, sendo logo destinado para Blumenau. Precisava-se de um homem de confiança e de um observador, disseram-lhe os funcionários. Chegando à colônia, não encontrou o que esperava. Receberam-nos friamente e com desconfiança, antes como intruso e espião que como pastor.

Aqui no Brasil sua missão devia ser útil. Consistiria em aproximar os homens, estabelecer contato entre eles, que por si dificilmente se

encontravam. A amizade deve ser provocada, e o é pelas circunstâncias. Assim, se um gaúcho se encontra na Europa com um nordestino, logo se estabelece uma conversação íntima. O mesmo aconteceu com Pe. Zielinski ao se encontrar com Saporski. Provinham de pontos diferentes da Polônia, mas logo que se encontraram, vieram à tona seus problemas comuns referentes ao Brasil.

— Sabe — segredou o padre — que no Rio de Janeiro esperam por imigrantes poloneses e que se admiram por que não vieram junto comigo? Já refleti sobre o assunto. Pensei em trazer alguns, porque a gente não se sente bem entre estranhos. Mas não conheço quase nada por aqui. Seria necessário agir, influenciar os responsáveis, e nada disso sou capaz de fazer.

— Visto que o senhor conhece o Rio de Janeiro, tente experimentar. Talvez seja possível convencer os responsáveis que nos dêem uma gleba de terra em prestações, para colonizá-la. Isso seria possível?

— Eh, meu rapaz, não pense que o Brasil é o Uruguai. Não confunda, porque jamais sairá do caminho errado. O Brasil é um país terrivelmente desabitado. Apenas comunique ao governo que quer abrir uma colônia e terá colonos. O resto virá como por encanto.

Os interlocutores não pararam aí. Elaboraram um memorial, pedindo uma concessão para a colonização polonesa. Assinaram-no ambos e despacharam para o Rio de Janeiro.

Para redigi-lo pediram auxílio a um brasileiro, visto que nenhum dos dois ainda dominava bem a língua portuguesa. Em comparação com o momento dos descobrimentos, as possibilidades eram muito maiores. Caboto e Cabeza de Vaca preocupavam-se com construção de aterros, demarcação de terras e em fazer requerimentos. Na época de Saporski, os requerimentos dos colonos podiam ser feitos na língua do requerente.

A resposta do Rio veio por intermédio do governador da ilha do Destêrro, com a data de 11.5.1869. O Ministério da Agricultura aceitava a oferta com carinho. Para facilitar o desenvolvimento da iniciativa, os concessionários indicarão o pôrto de embarque na Europa e examinarão de perto os terrenos escolhidos para a colônia.

Era necessária ser dono de boa imaginação, bastante coragem, e também arriscar, para se embrenhar selva adentro, quase sem meios. O dedicado Ministro da Agricultura não sabia em que dificuldades metia os autôres do requerimento ao perguntar-lhes onde desejava abrir sua colônia. Os iniciadores não sabiam decidir-se. O Brasil parecia-lhes grande demais para se poder escolher uma partezinha.

Meditavam, procuravam, examinavam, escolhiam, até que surgiu como por encanto o Paraná. Sobre o Paraná, tôdas as fontes contidas nos três Almanques falam como de algo conhecido por si, sem ne-

cessidade de ulteriores explicações. Contudo, as “Memórias” apresentam o caso de outra forma. A estrada para o Paraná era indicada pelo relatório do engenheiro Antônio Rebouças, então publicado pela imprensa. Continha uma descrição do interior paranaense, com particularidades de Palmeira, cidadezinha situada a 100 km de Curitiba.

Muito se falava na época a respeito do engenheiro citado, pois era êle que dirigia a abertura da estrada Graciosa, primeira estrada carroçável no Paraná. Uniria Curitiba a Antonina, vencendo em serpentina a Serra do Mar, com a altitude de 900 m. A Graciosa tem apenas 81 km de extensão. Mas os trabalhos se prolongavam indefinidamente. Não foi Rebouças quem iniciou os trabalhos, nem os terminaria, apesar de ter lutado ali por 5 anos.

A descrição encontrada por Saporski relatava as pesquisas levadas a cabo no sertão, nas proximidades do rio Ivaí. Ao engenheiro Rebouças o Paraná deve duas outras iniciativas na exploração das riquezas naturais: a construção da primeira serraria, e a descoberta de barrilzinhos de pinho para erma-mate, que substituíram os sacos de couro denominados serrões. O Paraná, em gratidão pelos trabalhos por êle prestados, honrou-o com uma cidade que traz o seu nome, situada à beira da estrada de ferro Ponta Grossa - União da Vitória, além da colônia italiana situada não longe de Curitiba, ao lado da colônia polonesa.

Para Saporski e para o Pedre, o relatório do engenheiro não era fundamentalmente mais do que a confirmação de descrições mais antigas, legadas por descobridores e noticiários jornalísticos, que provinham de imigrantes de Joinville e Blumenau radicados em Curitiba.

A notícia da tentativa de fundar uma colônia polonesa atingiu em breve os chefes da colônia de Blumenau. Foi recebida com desdém e em resposta veio um enérgico não. E logo tomaram providências para que o projeto não fôsse adiante.

A primeira vítima foi naturalmente o professor. Ainda que não dependesse da administração local, foi afastado do cargo. Caluniado como se fôsse traidor, refugiou-se junto ao vigário de Gaspar. Ali estabeleceu-se em um rancho, juntamente com Francisco Mocko, recentemente vindo da Polônia e, segundo se dizia, parente de Saporski.

Para liquidar com o vigário, esperaram com paciência até que se apresentasse a oportunidade. Mas, esgotada a paciência, atacaram de noite a casa paroquial. O padre, vendo-se em puros, conseguiu escapar, depois de apanhar bastante — Ao amanhecer, o povo se reuniu. Ninguém tinha dúvidas quanto aos organizadores do ataque. Não se duvidava igualmente de que o ataque seria repetido. A comissão da igreja, sentindo-se incapaz de resistir, procurou salvar o vigário facilitando-lhe a fuga.

Na noite seguinte um grupo de paroquianos, bem armados, embar-

cou em três canoas, levando consigo o vigário com destino a Itajaí, donde o sacerdote tencionava embarcar para o Rio de Janeiro, para comunicar o fim de sua missão. Saporski e Mocko acompanharam o padre até Itajaí, acreditando que ali êle estaria seguro.

Ao despedir-se, o Padre Zielinski prometeu manter contato por correspondência. Foi porém inútil esperar qualquer sinal de vida e a seguir qualquer notícia dêle.

I X

Poucas semanas antes da trágica noite, viera a Gaspar uma notícia secreta, mas com bastante atraso, sôbre um grupo de famílias polonesas que se dirigiam para o Sul de Blumenau, ou seja Brusque. O professor sobressaltou-se e procurou cientificar-se. Isto era não só arriscado, mas muito perigoso. Foi, pois, sòzinho, sem permitir que Mocko o acompanhasse, pois êste era responsável por sua família, e também sem o sacerdote, para não provocar os luteranos. Após um dia inteiro chegaria ao local. Acompanharia o Itajaí, rio acima, e a seguir o Itajaí Mirim. Mas era necessário atravessar pela perigosa Blumenau, porta de Brusque.

Saporski saiu em trajes de caçador, com alimentos, armas e outros utensílios necessários. Antes de chegar a Blumenau, tomou o caminho da serraria, deixando de lado a cidadezinha. Pouco adiante não mais havia estrada. O jovem enveredou por uma picada. Ali a cada passo poderia ser atingido por uma flecha venenosa, atirada pelos índios Botocudos, donos destas estepes. Felizmente o silêncio da selva só era quebrado pelos ruidosos macacos.

Sôbre o encontro com os patrícios, fala o próprio cronista, que por várias vêzes relatou o caso.

No Almanaque de Schneider (1869) lê-se o que segue:

“Aos 9 de setembro de 1869 desembarcaram em Itajaí 16 famílias polonesas provindas da Alta Silésia. Foram transportadas para a colônia de Brusque, nas margens do Itajaí Mirim. Ocuparam os 16 lotes de terra abandonados pelos irlandeses.

O lugarejo situava-se a três horas de viagem da cidade mais próxima, Águas Claras. Situava-se em meio à selva virgem, onde abundavam os temíveis Botocudos. Vieram com intenção de estabelecer-se no Paraná, onde o govêrno monárquico, atendendo ao pedido de 10 de abril de 1869, dirigido por Edmundo Saporski e Pe. Zielinski, demarcou terras na bacia do Iguazu, no local em que 20 anos mais tarde o govêrno republicano abriria as primeiras colônias.

Em Brusque os imigrantes em breve começaram a sentir os rigores do clima. Sentiam calor insuportável e a alimentação era inadequa-

da, isto somado ao constante receio dos ataques índios, tornou a atmosfera insuportável. Faziam o impossível para emigrar dali o quanto antes, como fizeram os irlandeses. Estes foram levados de volta à Europa por conta do governo. Mas os poloneses não desejavam voltar ao Velho Mundo. Queriam apenas mudar-se para um lugar de clima temperado, que sabiam existir, porque foram informados por cartas”.

Segundo o Almanaque de Zdanowski (1902), desenvolveu-se do seguinte modo a história do primeiro grupo de famílias:

“Saporski foi testemunha ocular de como eram germanizados os imigrantes eslavos em Blumenau. Isto o levou, com o auxílio do Pe. Antônio Zielinski, vigário da paróquia de S. Pedro dos Apóstolos e de Blumenau, a dirigir um pedido ao Imperador D. Pedro II, em que exprimia seu desejo de fundar uma colônia polonesa no Estado do Paraná, explicitamente na bacia do Iguaçu, em Rio Negro. Sobre o local ambos possuíam conhecimentos detalhados no que tange ao clima, fertilidade da terra, etc. Aos 10 de abril de 1869, Saporski e Pe. Zielinski dirigiram pedido ao governo brasileiro no Rio, tencionando abrir uma colônia, acrescentando a súplica de 16 famílias de Czestochowa, que desejavam vir e estabelecer-se no Brasil. Aos 11 de maio de 1869 o Ministro da Agricultura atendeu ao pedido, concedendo a licença de abrir a colônia.

As 16 famílias citadas, não esperando a demarcação das terras destinadas à colônia, aportaram, em agosto de 1869, em Itajaí, donde foram enviadas para Brusque. Pouco depois vieram mais 16 famílias, que o Sr. Saporski encontrara na mesma colônia em dezembro do mesmo ano. Saporski, sabendo da vinda de seus patrícios, dirigiu-se através de florestas e estepes, freqüentemente visitadas pelos índios, passando por entre Brusque e Gaspar, para Sixteen Lots. Os poloneses ali estabelecidos muito se alegraram ao saber de Saporski que havia terreno reservado para eles na província vizinha do Paraná. Requereram logo ao Imperador que os transferisse e concedesse terrenos para 32 famílias”.

A descrição feita nas “Memórias”, pelo ano de 1910, declara: “No pedido feito ao governo marcamos o pôrto de Hamburgo para embarque. O recrutamento de imigrantes deveria ser feito nas redondezas de Czestochowa, em Biala Góra. O governo demorava em atender definitivamente. Entretanto veio a Gaspar a notícia da vinda de um grupo de famílias a Brusque, Estado de Sta. Catarina. Essas famílias foram estabelecidas em Sixteen Lots, rio Itajaí Mirim... Na estrada de Brusque encontrava-se um enorme barracão, onde as famílias foram acomodadas. Havia 16 famílias. Todas pobres e maltratadas. Provinham da Silésia, como os colonos já estabelecidos em Sixteen Lots. A pedido de Saporski, um dos imigrantes o conduziu no mesmo dia a Sixteen Lots.

Os poloneses em Sixteen Lots muito se alegraram com a vinda dos dois patrícios. Choraram de alegria e ao mesmo tempo de tristeza. Expuseram a situação desesperadora em que se encontravam. Viviam numa contínua tensão nervosa. Temiam os animais selvagens, estavam sendo molestados pelos mosquitos e esperavam a qualquer momento o ataque dos antropófagos Botocudos. Eti (Saporski) consolava e acalmava-os, aconselhando e convencendo para que se mudassem para o Paraná, onde êle e Pe. Antônio já haviam adquirido o terreno. Explicava que no Paraná a terra era fértil, adaptável à cultura de trigo e batata, e que o clima do Paraná assemelhava-se ao da Europa.

Infelizmente, à mudança dos imigrantes opunham-se obstáculos intransponíveis. Os responsáveis pela imigração proibiam-no categoricamente. Só o Imperador podia permiti-lo. Mas era necessário redigir um pedido escrito e levá-lo pessoalmente. Os pobres colonos não tinham nenhum meio a seu alcance que lhes possibilitasse a viagem para outro Estado. Em vista disso, Eti redigiu sozinho o pedido, assinou-o junto com todos os colonos e voltou a Gaspar pelo mesmo caminho por que viera."

Em 1920 Eti nos legou uma perspectiva nova da cena de Brusque. Sem temer a ninguém, resumiu-o corajosamente nas suas "Memórias":

"A imigração polonesa data no Brasil do ano de 1869, quando as primeiras 16 famílias vieram, a bordo do vapor "Victoria", ao pôrto de Itajaí, em Sta. Catarina. Estas famílias, com 78 pessoas, foram estabelecidas na colônia de Brusque, na linha de Sixteen Lots, abandonada pelos irlandeses. No ano seguinte vieram mais 16 famílias, da parte da Silésia ocupada pela Prússia... Estas deveriam estabelecer-se no Paraná, às margens do rio Iguaçú. Mas, não esperando que a colônia fôsse aberta, dirigiram-se para Hamburgo, donde os agentes alemães as despacharam para Sta. Catarina."

Eti não terminou sua missão de estabelecer contato com os imigrantes em Brusque. Uma vez iniciada a obra, dirigiu-se ao Rio de Janeiro. Na época a viagem marítima era relativamente barata. As despesas foram cobertas pela mãe adotiva e pelo Pe. Zielinski.

A sua curta estadia no Brasil, de apenas um ano, não o impediu de chegar ao chefe supremo da Nação. As cartas de apresentação, escritas pelo padre vigário, lhe facilitariam o caminho.

Mas nem foram necessárias, pois cada quinta-feira o palácio do Imperador permanecia aberto para todos que tivessem algum problema a resolver com o monarca. Não havia restrições. D. Pedro II, com seu espírito democrático, admitia até os escravos à sua presença. Con-

tava-se que certo negro veio queixar-se da sua dura sorte. O Imperador ouviu-o e a seguir disse: “Que é que eu posso fazer, filho? Veja, você só tem um senhor que manda em você, e eu sou escravo de todos os cidadãos, livres e escravos”.

Saporski foi informado na ante-sala que a mudança de colonos de um Estado para outro era um problema muito sério, dependente da vontade exclusiva do Imperador. Os terrenos em Sta. Catarina eram pertencentes à coroa. Deviam ser colonizados antes que os outros. Havia pouco os irlandeses, protegidos pelo govêrno inglês, haviam dado dor de cabeça, e eis que surgia um nôvo problema, agora com os poloneses.

Contudo o emissário quis arriscar a sorte. No palácio imiscuiu-se entre os que desejavam audiência. Quando chegou a sua vez, inclinou-se com dignidade diante do Imperador, beijando a mão que êste lhe apresentara.

— Majestade, venho apresentar a súplica de 32 famílias de colonos — disse desembolsando a carta cuidadosamente datilografada.

Na época vivia-se no Brasil à moda patriarcal e o exemplo vinha de cima.

— Ah, mas isto são casos do Ministério da Agricultura, não meus — respondeu o Imperador e acenou para o Ministro parado a seu lado. — Compadre, venha aqui e veja de que se trata.

Diante do Imperador era proibido fazer qualquer objeção. Mas o nosso pedinte arriscou:

— O caso é com Vossa Excelência, não com o Ministério.

— Está bem, está bem — retorquiu D. Pedro, e começou a atender outro pedinte.

O filho do colonizador, Pedro, contando as providências tomadas por seu pai no Rio, costumava afirmar que no caso da transferência dos colonos faltava encontrar patronos entre os cafeicultores, cultivadores de fumo e cana-de-açúcar, que então exerciam considerável influência no Ministério da Agricultura.

Sebastião, jovem de 26 anos, foi alvo de admiração e simpatia por parte dos cortesãos. Viam nêle um “caudilho” que tinha sob suas ordens 30 famílias. Estas, segundo os economistas da imigração, representavam um capital de 5.000 contos de réis.

Mas as propostas oferecidas pelos cafeicultores e outros não foram aceitas por Eti que, encantado pelas terras e clima do Paraná, voltou a Gaspar para prestar contas de sua ação.

O brasileiro não gosta de negar abertamente qualquer coisa. Defende-se como pode com evasivas, exercitando assim a paciência pró-

pria e a dos outros. Mas Saporski e Pe. Zielinski ainda não sabiam disso. De acôrdo com a etiqueta de imigrantes recentes, e de acôrdo com o dito "dá-se um jeito", esperavam confiantes no Imperador.

Não se dava o mesmo com os responsáveis pela imigração em Blumenau, já conhecedores dos costumes brasileiros. Logo que tomaram conhecimento do que se estava preparando, procuraram adiantar-se à decisão do govêrno. Liquidaram b̃arbaramente o Pe. Zielinski que, segundo a opinião dêles, era a mola mestra de todo o entendimento polono-brasileiro.

VI

O grupo de imigrantes de Brusque contava com 164 pessoas, vindas em dois turnos. Vejamo-las segundo os meses de chegada e classe de pessoas:

Meses	Famílias	Crianças	Pais
agosto-setembro	16	46	32
outubro	16	54	32
Total	32	100	64

Todos êles eram casais novos. No primeiro grupo com 2 ou 3 crianças, e no segundo com 3 ou 4.

Segundo a estatística brasileira, o ano de 1869 trouxe uma onça de imigrantes superior a qualquer dos anos situados entre 1863-70. No ano de 1869 o número de imigrantes atingiu a cifra de 11.527 pessoas, a saber: 6.347 portugueses, 332 espanhóis, 58 suíços, 20 belgas, 1.052 italianos, 538 franceses, 375 ingleses, 375 alemães, 2.430 diversos. As rubricas destinadas aos austríacos, russos, suecos e turco-árabes não apresentam nenhum imigrante. Os poloneses não aparecem como tais, visto que a Polônia não existia na época. Foram incluídos entre os alemães, como provam os passaportes que chegaram até nós.

OBSERVAÇÕES

1) A vinda rápida dos imigrantes, bem como a resposta à carta do além-mar, a qual trouxe a notícia da abertura da colonização, provam que os emigrantes estavam prontos para a viagem. Eram homens sem posses. Nada tinham para vender. Esperavam apenas pela ordem de partida.

2) A época das plantações já vinha bem adiantada, não permitindo o aproveitamento do solo.

3) O grupo de poloneses da Silésia elevava-se a 1,5 por cento de todos os imigrantes vindos no ano. Não é na quantidade que está o valor e a importância, mas sim no seu caráter pioneirista, no fato de serem voluntários e na centena de crianças.

4) Diante do número relativamente baixo dos alemães (375), os

poloneses, com 164 pessoas, desfrutavam de uma situação privilegiada, constituindo 44 por cento da soma de ambos. Isto constitui um comentário explícito e claro, que se pode apresentar aos comerciantes de Hamburgo.

Apesar de terem sido redigidas por quatro vezes, as crônicas de Saporski são incompletas em alguns pontos.

Em primeiro lugar, não nos legou os nomes dos pioneiros. Nenhum sobrenome deles veio até nós. Juntou as assinaturas de todos os colonos, apresentou-as ao governo e contudo, ao narrar êsses fatos, sempre evitava os nomes, como se se tratasse de fatos sem importância. É uma grave falta para a nossa lembrança e para a História.

Apenas em 1920, atendendo a um pedido especial, tendo já acabado as suas "Crônicas", aprontou a lista dos pioneiros. Conseguiu identificar 30 famílias (cf. "Antípodas" de Casimiro Gluchowski, pg. 50, onde estão em ordem alfabética). Corrigenda: Gregório Hala — Hulla assinava-se Hyla; Fabiano Borak — nos registros de Curitiba — Barcik. Faltam apenas duas famílias, que permanecem desconhecidas.

Mas ao que parece tratava-se de Leonardo Fila, um dos primeiros habitantes de Curitiba (novembro de 1871) e José Skroch, do qual descende a primeira universitária paranaense, Dra. Ladislava Wolowska Mussi, médica conhecida em Sta. Catarina.

Intriga-nos igualmente a colônia Biala Góra, situada perto de Sialkowice. Foi dali que vieram os primeiros colonos, dando impulso à abertura da colônia. E é só isto que sabemos a respeito. Sua prontidão foi o pivô da futura febre imigratória.

Aproximava-se o fim do ano. A Guerra do Paraguai, que já durara 5 anos, estava terminando. Esperava-se que isto influiria na imigração, mas não influiu. O afluxo de imigrantes europeus diminuiu sensivelmente. No ano de 1870 vieram ao Brasil apenas 5.158 imigrantes, respectivamente 4.458 portugueses, 379 diversos, 187 suíços, 64 suecos, 38 espanhóis, 16 franceses, 6 alemães, 7 italianos, 3 ingleses.

Apesar da oposição da administração de Blumenau, apesar das decisões do governo do Rio, e apesar do número dos imigrantes que vinham decair muito, Saporski não desanimou.

Procurando uma solução, decidiu dar o passo capital: preparou-se para vir ao Paraná. Veio acompanhado por sua mãe adotiva. Francisco Mocko ficou em Itajaí como ponto de contato entre seu amigo e o grupo de imigrantes.

Nas viagens marítimas não era difícil encontrar paranaenses. Etí encontrou um ainda na capital de Sta. Catarina. Era o juiz Dr. João Franco, pertencente a família curitibana de destaque. Ao juiz agradou a idéia da abertura de uma colônia no Paraná e, como estivesse de viagem a

Curitiba com o intuito de visitar seus parentes, Eti viu nêle um protetor. Eti descreve o juiz em suas "Crônicas" como sendo um homem interessado em ajudar os colonos poloneses. Mas por que mostrava-se interessado? Certamente porque já conhecera alguns dos poloneses, que tinham vindo antes da imigração prôpriamente dita.

Em Antonina, onde desembarcou em 1870, esperava-o a estrada já batida, embora não perfeitamente acabada, a Graciosa. Por ela já circulavam carrinhos protótipos das carroças dos futuros colonos, que foram chamados carros de dois eixos, permitindo a viagem de Antonina a Curitiba em dois dias, e em casos de emergência havia a possibilidade de se vencer o trajeto em um dia.

XII

Seria isto uma colônia ou uma cidade? — perguntara-se Eti, ao percorrer as ruas de Curitiba, no dia seguinte ao da sua vinda, tentando estabelecer seus primeiros contatos na terceira etapa da sua viagem migratória.

Na época Curitiba em nada se distinguia de outras cidades brasileiras, nascidas espontâneamente no meio das selvas. Contudo deve-se admitir que ali já tinham sido iniciados os primeiros trabalhos de urbanização. Já fôra urbanizado o Largo da Matriz, e o cemitério ali existente transferido para outro local. O Largo agora servia de pasto e ponto de estacionamento, enquanto esperava por melhores tempos.

O resto da cidade consistia em 10 vielas curtas, estreitas e irregulares, e alguns locais destinados a futuras praças. Como se fôsse uma praça forte, Curitiba possuía apenas duas saídas para o "mundo exterior": na parte leste a estrada acompanhando o rio Belém, e ao sudoeste o caminho das tropas ao lado do rio Ivo. O resto das ruas simplesmente acabava no mato.

As casinhas baixas, bastante próximas umas das outras, pareciam formar um muro de defesa, não fôssem os espaços livres recobertos de ervas silvestres. Por sôbre as casinhas elevavam-se dois ou três edifícios denominados "sobrados". Nestes antevia-se um progressista porvir. Dos brejos situados nas beiras dos riachos elevava-se o monótono concêrto das rãs. Quem andava à noite dava os passos com cuidado, temendo "atropelar" alguma rã.

Com o comércio, aliás muito fraco, os brasileiros não se interessavam. Só os imigrantes possuíam lojas, pertencendo estas a quatro portugueses e dois franceses. Sôbre mascataria síria e depósitos alemães ainda ninguém falava. Os paranaenses só pensavam no beneficiamento da erva-mate. Ao longo do rio Belém levantaram uma fileira de moinhos movidos a água. Era a única indústria existente na Capital paranaense.

Podia-se percorrer a cidade em uma hora, mas o novato não tinha

pressa. Entrava nas lojas para se apresentar e bater um papo. Ao se encontrar com os transeuntes, cumprimentava-os e voluntariamente parava para conversar. Fazia perguntas e respondia a outras.

Os habitantes já estavam acostumados a cenas semelhantes. Ali todos se saudavam, sem atender à dignidade ou classe a que as pessoas pertenciam. Mas agora estranhavam, pois o jovem era desconhecido de todos. Todos voltavam os olhares para êle. Viam em Saporski algo de muito diferente. Admiravam-no: homem culto, bem comportado, poliglota. Em realidade o seu português ressentia-se da influência do espanhol. Mas com isso os paranaenses já estavam acostumados, e isso contribuía para tornar o novato um tanto familiar. Em breve sua fama corria de bôca em bôca e andava na frente dêle.

A primeira pessoa que veio visitá-lo era um funcionário público.

— Ilustre senhor engenheiro — disse — eu sou encarregado do serviço da estrada de rodagem que vai a Campo Largo... Por ordem dos meus chefes, quero pedir-lhe um grande favor: venha supervisionar as nossas obras! É coisa urgente, urgentíssima mesmo. Amanhã estará à sua disposição uma parrelha de cavalos.

O segundo interessado era um fazendeiro do rio Tibagí, coronel, descendente direto de antigos bandeirantes, homem de muita cerimônia. Mostrou dois vidrinhos reluzentes e transparentes, um cheio de ouro e outro de diamantes, e disse:

— Excelentíssimo Senhor Doutor Edmundo "Sá do Bosque", tenho a honra de convidar Vossa Excelência para ir a Tibagí como hóspede de minha humilde casa, a fim de tomar conta de meus garimpos.

Não faltavam nem delegações. Apresentaram-se os emissários protestantes luteranos:

— Senhor Professor Saporski, decidimos convidá-lo para tomar conta de nossa escola.

— Certamente os senhores sabem que não sou luterano.

— Isso não influi no magistério.

— Esclareço que o meu alemão não é fluente. Sou polônês.

— Tanto melhor. Sendo o senhor lacônico, não dado a confidências, será entre nós agente de concórdia.

Depois de Londres e Montevidéu, de hora em hora o Sr. Sebastião se via diante de nova encruzilhada. Qual das ofertas deveria ser aceita?

Escolheu o magistério, com a condição que a escola seria particular dêle, e não um colégio evangélico teuto-brasileiro. Sua resolução foi influenciada pelo pensamento de que do interior não poderia ocupar-se com a vinda dos colonos de Brusque.

É difícil opor-se à impressão de que na loteria da primeira noite

em Curitiba não foi o primeiro prêmio que coube ao impertinente noviço. Aceitando ofertas brasileiras, Eti teria desde logo alcançado as altas esferas interessadas na colonização, e ao mesmo tempo teria facilitado a sua própria entrada na terra, tão maternal para todos, sem exceção.

De qualquer maneira, com essa decisão a Capital paranaense ganhou um dos seus primeiros postos culturais, sem dispendir um tostão. Naquela época os governos não se incomodavam com o analfabetismo do povo.

O Colégio Saporski funcionava em pleno centro da cidade, na Rua das Flores, hoje XV de Novembro.

XIII

O campo das atividades escolares do Professor Eti cresceu passo a passo, até chegar às soleiras dos lares brasileiros.

Junto com a urbanização, a instrução primária dava seus primeiros passos. Já existia o Liceu Paranaense, única escola de ensino médio. Com seus conhecimentos adquiridos no estrangeiro, o ilustre Professor Edmundo não recusava os pedidos dos ervateiros e conselheiros, preocupados com a impossibilidade de enviar seus filhos para as escolas de São Paulo. Multiplicava-se, tentando instruir os jovens de hoje e homens de amanhã, a quem seria entregue a direção do Estado. Lecionava portanto Matemática e Geografia, bem como as línguas de alcance mundial.

As aulas particulares abriam-lhe as portas dos residentes curitibanos. Nos dias de sol as aulas eram ministradas num enorme galpão com as janelas abertas, o assoalho de madeira, e cujo mobiliário se compunha de uma mesa e alguns bancos. Ao canto um altarzinho caprichosamente arrumado completava a decoração.

Aproveitando a ocasião, o professor falava sobre seus protegidos de Brusque e a miséria a que estavam sujeitos. E logo a conversa passava a girar em torno da Polônia e dos poloneses, a quem chamavam também polonos, polacos, polônios, poloninos. Não nos admiremos disso, pois na época êles eram quase desconhecidos.

O dever de um professor não consiste só em ensinar. É preciso também estudar, alargar sempre mais seus próprios horizontes. Saporski dedicava-se pois ao estudo da História do Brasil, não só por obrigação, mas sobretudo porque amava sua nova Pátria. A seguir interessava-o muito a colonização do Paraná e suas possibilidades.

Os conhecimentos assim adquiridos trouxeram-lhe inesperada recompensa: Descobriu que um mesmo ideal unia as duas Pátrias suas. Ambas aspiravam à paz e à liberdade.

Desde os primeiros tempos do Brasil soberano até o ano de 1869,

foram criados dentro das fronteiras do Paraná os seguintes núcleos coloniais, povoados por imigrantes de procedência européia:

1) Rio Negro, no rio do mesmo nome, para onde o govêrno de São Paulo mandou duas levas de imigrantes, uma de açorianos no ano de 1816, e outra de alemães em 1827.

2) Teresa Cristina, no rio Ivaí, por iniciativa particular do médico francês Jean Maurice Faivre, que veio no ano de 1847 com 87 patriócos seus.

3) Superagui, na península do mesmo nome, perto de Guaraqueçaba, em 1852, por iniciativa particular de 15 famílias suíças e francesas, acompanhadas por 2 alemãs.

4) Assungui, hoje Cerro Azul, fruto da autonomia provincial, para onde as autoridades encaminhavam, começando no ano de 1857, grupos dispersos vindos por acaso da Alemanha, Inglaterra, Irlanda, França, Suíça, Itália e da província vizinha de Sta. Catarina.

5) Argelina, núcleo estabelecido em 1869 nas vizinhanças de Curitiba (hoje subúrbio). Os colonos provinham de cinco países: Argélia (colônia africana da França) — 39 pessoas; Alemanha — 36; Suíça — 24; Suécia — 10; Inglaterra — 8. No total 117 imigrantes. A área do núcleo abrangia 276 hectares e era dividida em 33 chácaras de 8 ha. cada uma.

Era um verdadeiro campo de experiências que se espalhava quase por todo o território paranaense, começando junto ao Atlântico e penetrando pelos sertões do rio Iguaçu e da Serra da Esperança.

Entre tôdas essas fundações, uma só veio a corresponder aos desejos, a mais antiga, Rio Negro, também chamada Mata do Sertão ou Sertão da Mata. Esta cresceu e prosperou. Dois fatores serviram-lhe de amparo: de um lado a invejável posição na estrada de bois e muares, que ligava o interior de São Paulo (Sorocaba) ao Rio Grande do Sul (Vacaria), e de outro o elemento humano capaz de agüentar as agruras da vida agreste.

O proveito das quatro provas restantes era pequeno, quase desanimador. Superagui evaporou-se, abandonada quase que totalmente pelos habitantes. Terezina era o exemplo de uma árvore mal plantada. Não vingava, murchando de ano em ano, retirada de Curitiba a uma distância de um mês de viagem a cavalo, através de caminhos inóspitos. Do mesmo modo Assungui, situada na região montanhosa, demasiado quebrada, parecia uma barrica fendida, incapaz de conter em si qualquer coisa. Não era diferente a sorte de Argelina, que em vez de sustentar Curitiba, mantinha-se às custas das ruas da cidade. O infortúnio de Argelina tinha várias desculpas, entre elas a pobreza do solo, a proximidade da vida urbana e elemento humano inconveniente.

Segundo as velhas crônicas, o território paranaense recebeu, no período 1825-1871, inclusive o primeiro ano da colonização polonesa, o afluxo de 1.450 imigrantes, divididos entre 14 nacionalidades, como segue: alemães — 1.039; Prússia — 917; Hamburgo — 19; Badenia — 8; Hanover — 6; austríacos — 117 (poloneses, segundo o “Dicionário do Paraná” de Ermelino Agostinho de Leão), pg. 444); suíços — 85; poloneses — 78; franceses — 53; portugueses — 27; romenos — 21; dinamarqueses — 21; húngaros — 12; ingleses — 5; belgas — 5; americanos — 4; italianos — 2; espanhol — 1.

O fato de os alemães, sobretudo os prussianos, serem os mais numerosos explica-se pelos fugitivos de D. Francisco de Blumenau. O professor Jerônimo Durski fala deles na sua biografia. Ele também pertencia aos pioneiros da colonização alemã em Sta. Catarina e abriu a picada por onde os imigrantes se mudavam para o Paraná.

Saporski não se deixou abater pelos exemplos de colonização mal sucedida. Um dia, prosseguindo na sua missão voluntária, entrou pela porta da paróquia curitibana. O vigário, muito servicial e compreensivo, era o Pe. Agostinho Machado Lima. Este, após ter conhecido o nôvo paroquiano e seus projetos de colonização, apresentou-o ao seu nobre rebanho. Não o assustaram as idéias liberais de Eti.

No paço de nôvo sorriu para o imigrante a costumeira sorte, igual à da primeira noite: conheceu o Vice-Presidente da Província, Dr. Agostinho Ermelino de Leão, homem de larga visão.

O Dr. A. E. de Leão (1834-1901), eminente jurista, Vice-Presidente da Província do Paraná (4 vezes), fundador do Museu Paranaense, pertence à galeria dos mais ilustres filhos da Terra dos Pinheirais. No terreno internacional chefiou comissões organizadoras da representação paranaense nas exposições mundiais de Filadélfia, Viena, Paris, e na exposição polonesa de Lwów no ano de 1894. Legou à posteridade valioso arquivo de documentos históricos, aproveitados por seu filho Ermelino Agostinho de Leão, autor do importante e insubstituível “Dicionário do Paraná”.

Ao grupo de amigos de Eti uniu-se Aurélio Campos, fiscal da Câmara Municipal, ou seja um funcionário que ocupava um pôsto-chave. Era sogro do comerciante José Nabo, português ativo, que subira para o primeiro lugar entre os comerciantes locais e construíra à Rua das Flores um prédio que rivalizava com o do Presidente. O genro desejava ter fregueses poloneses e o sogro procurava aumentar a arrecadação municipal.

XIV

“Todo comêço é difícil”, reza um velho dito popular. Diametralmente oposto foi o desenvolvimento da missão de Saporski. Aqui a lar-

gada foi mais fácil do que o resto da corrida. Para alcançar a meta desejada, teve que sofrer, lutar e afastar obstáculos.

O Presidente da Província do Paraná, Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa (1870-72) era completamente diferente do Vice-Presidente, Dr. Leão. Preocupava-se com o desenvolvimento da Província que governava, mas os insucessos anteriores aguçaram-lhe a prudência. No jovem professor de 26 anos via um entusiasta de pouca experiência. Os poloneses de Brusque eram por êle considerados um bando de ciganos desejosos de se mudarem continuamente de um lugar para outro. Enfim, estaria disposto a levá-los a Assungui, para longe de Curitiba. Porém Eti se opunha a isso.

Alguns habitantes de Curitiba tomaram posição contra os poloneses de Saporski. Chamavam-os de forasteiros. Imigrantes já estabelecidos na Capital, ciosos de sua cômoda posição e de seu privilegiado monopólio de serem os únicos fornecedores de produtos de granja para as famílias curitibanas. Temiam a concorrência dos novos colonos.

E foi concebido um plano bem urdido: era necessário tirar a iniciativa das mãos do teimoso silesiano e fundar uma colônia por conta própria. O Presidente, Dr. Lisboa, não se oporia por certo, pois esta seria batizada com o seu nome. Sôbre esta nova colônia, a sexta do Paraná, que deveria atrapalhar o caminho do caudilho imberbe e de suas 30 indejesáveis famílias de Brusque, o professor Sebastião nos conta os seguintes pormenores:

Colônia Dr. Venâncio, fundada em 1871, no lugar denominado Cachoeira, a 12 km de Curitiba: contém uma área de 3.000 hectares, repartida em 31 lotes. Começou com 143 imigrantes, sendo 116 alemães e 27 suecos ("Corografia do Paraná", Curitiba, 1899, pg. 381).

Diante dessa emergência, Saporski resolver chamar delegados de Brusque. Apareceram em breve. Vieram a pé, pois não tinham com que pagar a viagem marítima. A viagem de 200 km não podia ser considerada como uma excursão turística. Vieram como andavam os bandeirantes, como o descobridor Cabeza de Vaca, isto é de pé no chão. É uma pena que o cronista Eti, ao relatar o fato, não tenha mencionado seus nomes, mas no meio de tantos acontecimentos êle esquecera até da mãe adotiva que trouxera ao Paraná e sôbre a qual nada mais nos diz. A viagem dos enviados realizou-se à moda dos garimpeiros, mas suas conversas em Curitiba desenvolviam-se à moda de sitiantes, agricultores. Em primeiro lugar discutiam o problema da alimentação, do trigo e da sua moagem. A seguir procuravam resolver outros problemas próprios dos imigrantes. No mais não tinham o que falar, pois é sabido que tais problemas não se resolvem à distância.

Poucos dias depois a Rua das Flôres foi testemunha de como os interessados, o Padre Vigário, o professor e os dois enviados, se dirigi-

ram às autoridades locais. O Vice-Presidente deu carta livre, permitindo a vinda dos imigrantes. As 32 famílias viram-se livres do impedimento que lhes trancava o caminho ao Paraná.

Em Itajaí não se passou sem atritos no último momento. As autoridades de Blumenau enviaram um destacamento de policiais para fazer voltar o bando que se preparava para emigrar. Por sorte, o capitão do navio se opôs aos perseguidores.

— Como — dizia — não posso transportar passageiros porque não sei quem lá se opõe?

Cento e cinqüenta passageiros era coisa rara e sabia que as autoridades de Curitiba lhe pagariam o transporte.

XV

Nos anos futuros, quando Curitiba tomou consciência dos benefícios que lhe trazia a colonização, surgiu o costume de receber triunfalmente os imigrantes. A orquestra tocava marchas alegres, os bumbos a acompanhavam. Enquanto os canhões ribombavam, o céu era riscado por fogos de artifícios, e os tradutores e governantes vinham à frente, prontos para prestar serviços.

O grupo de Brusque não era esperado por ninguém. As carroças de Antonina, que transportavam as mulheres, crianças e bagagens, acompanhadas pelos homens e rapazes, estacionaram diante da escola à Rua das Flores. O Sr. Edmundo queria seus patrícios? Ei-los aqui!

Eti, não tendo sido avisado, deu a aula por terminada e ocupou-se com os cansados viajantes. Devia acomodar a todos quanto antes, pois de um lado a multidão de imigrantes esperava por êle, e de outro os curiosos se acotovelavam com sorrisos sarcásticos. A acomodação foi feita ainda no mesmo dia. Os senhores Langemann, Brocatio, Meister e o açougueiro Schmidt permitiram que suas habitações fôsem ocupadas, embora exigissem que lhes fôsse pago o aluguel.

O tesouro da Província financiou a viagem de Sta. Catarina e Curitiba. As carroças de Antonina a Curitiba cobraram 50.000 réis cada. Mas para transportar os recém-vindos, faltaram recursos até aos carroceiros.

Êstes argumentavam que tinham obrigação de trazer os imigrantes até a escola, nem um pouco adiante. Iniciou-se pois uma discussão sobre o caso e sobre o salário dos transportadores. Mas um dos senhores que alugou a casa pagou, terminando assim a disputa.

Saporski não nos transmitiu a data da vinda dos imigrantes. Sabemos apenas, graças às suas "Memórias", que foi no ano de 1871, depois de anos de luta para conseguir a licença. O Almanaque de Schneider determina melhor, pois afirma que os colonos vieram a Curitiba pe-

los fins de setembro de 1871, dois anos após o seu desembarque em Sta. Catarina.

Os viajores se abrigaram enfim. Mas e a alimentação? Vieram pobres e esfomeados, sem recursos para nada. Certo dia, reunindo-se em grupo, apresentaram-se diante dos governantes, como que em greve de fome. O Presidente Dr. Lisboa escolheu a Saporski como bode expiatório. Mandou chamá-lo para que recolhesse o povo da rua. O caso terminou quando Saporski, compadecendo-se dos famintos, sacou de 350.000 réis depositados no negócio do Sr. Nabo e distribuiu às famílias, dando 10.000 réis para cada uma. Este dinheiro Saporski obteve de uma viúva, de presente. (Teria sido de sua mãe adotiva?)

Mas tudo estava em ponto morto. Até que o govêrno de Curitiba se ocupou com êles.

No Brasil não são raros os casos em que a municipalidade assume a responsabilidade, dando assim rumo ao desenvolvimento e progresso. A Câmara Municipal era preenchida por eleições livres. Era pois o povo que mandava. Nos tempos coloniais a municipalidade tinha ainda o poder de tomar medidas e mesmo de opor-se às instâncias superiores. Aqui se dera o mesmo.

Os vereadores, por vêzes taxados de republicanos, concluíram que era necessário apelar para o Ministério da Agricultura. De que adianta que anualmente venham cêrca de 30 famílias, se não há sinal de progresso? Se assim continuar, os vizinhos são capazes de dividir a Província do Paraná e então Curitiba se tornará novamente uma cidadezinha sem importância. Os pais da cidade resolveram dar cidadania aos recém-chegados, torná-los habitantes da cidade, estabelecendo-os no final das ruas, para assim aumentar a cidade. A população da cidade aumentou em 27 por cento. Desde que Curitiba era Curitiba, nunca houvera um progresso tão notável.

Como outras cidades, a Capital do Paraná possuía um patrimônio municipal. Consistia em grandes áreas de terras livres, situadas nos arredores da cidade. O tesouro da comuna elevou-se quando se iniciou o levantamento das terras abandonadas pelos primitivos habitantes. O dito tesouro era aproveitado para o desenvolvimento da cidade e provinha da venda das terras ou do aluguel das mesmas.

A quantidade de terras livres era enorme e perturbava o desenvolvimento da Cidade. Curitiba não possuía nenhuma colônia. Vivia desamparada entre a floresta e as estepes. Era um caso raro.

Ao conselheiro que escolheu o lugar para a colônia é necessário reconhecer que soube fazê-lo. Indicou a região ao norte, a meia hora de viagem do centro. O terreno era pouco montanhoso, com boa mata e solo fértil. Ótimo para agricultura. A região chamava-se Pilarzinho. Além

disso havia lotes livres em outros quarteirões, como Mercês, Paiva e Santa Quitéria.

O nome Pilarzinho provém do nome espanhol de peregrinação. Pilarzinho significa pilar pequeno. Outro eco de festas e peregrinações a Pilar era muito conhecido em Antonina, cidade rica em tradições, outrora chamada Nossa Senhora do Pilar da Graciosa, donde seus habitantes até hoje denominam-se capelistas.

XVI

A lista dos imigrantes vindos de Brusque é a seguinte, sendo assinalados com 1 os que vieram antes, isto é, no navio "Victoria", e com 2 os posteriores:

1) Barcik Fabian (Fabiano)	2
2) Chyly Grzegorz (Gregório)	2
3) Fila Leonard (Leonardo)	2
4) Gbur Balcer	1
5) Gbur Kacper	1
6) Gebza Baltazar (Baltasar)	2
7) Jelen Leopold (Leopoldo)	2
8) Kachel Stefan (Estefano)	1
9) Kania Antoni (Antônio)	1
10) Kania Franciszek (Francisco)	1
11) Kawicki Andrzej (André)	2
12) Kempka Marcin (Martinho)	2
13) Kokot Filip (Felipe)	1
14) Macioszek Blazej (Brás)	2
15) Otto Szymon (Simão)	1
16) Otto Walenty (Valentim)	2
17) Pampuch Andrzej (André)	1
18) Pampuch Wincenty (Vicente)	2
19) Polak Bonawentura (Boaventura)	1
20) Polak Franciszek (Francisco)	1
21) Polak Pawel (Paulo)	2
22) Prudlik Marcin (Martinho)	2
23) Prudlo Michal (Miguel)	1
24) Purkot Józef (José)	2
26) Skroch Józef (José)	2
27) Stempka Dominik (Domingos)	1
28) Szajnowski Tomasz (Tomás)	2
29) Szymanski Tomasz (Tomás)	1
30) Walder August (Augusto)	2
31) Weber Walenty (Valentim)	1
32) Wos Mikolaj (Nicolau)	1

Para estabelecer os novatos, prestou inestimáveis serviços o Sr. Au-

rélio Campos. Aos homens garantiu trabalhos na conservação das ruas. Para as senhoras procurou serviços domésticos e de jardinagem, junto a seus amigos. Ainda graças a êle iniciou-se sem demora a demarcação dos lotes, no que Saporski também tomou parte, exercitando-se como engenheiro.

Como recompensa pela demora de dois anos, a ação foi rapidíssima. A cada família coube um bom pedaço de terra, cuja posse era garantida pelas "Cartas do Povo". Com o início de outubro, os caçadores do Pilarzinho ouviram sobressaltados o eco produzido pelos machados e serras, e o estrondo dos pinheiros que tombavam.

Como em tempos antigos, trabalhavam em grupos, passando de um para outro sitiante. Êste costume de ajudar-se mutuamente trabalhando em conjunto, numa atmosfera de alegria e com o lema "todos por cada um e cada um por todos", chamava-se às margens do Odra "Pobaba" — puxirão.

— É o nosso puxirão! — clamavam cheios de admiração os curitibanos. Puxirão de caboclo, puxirão de Carijó.

Era o puxirão mesmo. Era como que o noivado celebrado entre a nova Pátria e os novos habitantes.

Por ocasião do nonagésimo aniversário da imigração foram publicados alguns pormenores arquivados, referentes àquela época. A Câmara Municipal de Curitiba forneceu as primeiras Cartas de Fôro no dia 28 de novembro de 1871. Foram contemplados: Barcik Fabian, Fila Leonard, Kania Franciszek, Kepa Marcin, Kobot Filip, Macioszek Blezej, Otto Szymon, Pampuch Wincenty, Polok Franciszek, Purkot Szymon, Finowski Tomasz e outros. Êste último não figura na lista acima. Pertenceria por acaso aos que vieram antes da imigração, como o professor Jerônimo Durski? Eram êles os primeiros poloneses honrados com o título de cidadãos da Capital do Paraná. Edmundo Saporski e Francisco Mocko receberam suas Cartas de Fôro no dia 22 de maio de 1893.

No mês de outubro de 1893 nasceram no Pilarzinho as três primeiras crianças brasileiras de origem silesiana: João Chyla, filho de Gregório Chyla e Maria Chamuk, nascido a 6 de outubro; Úrsula Barcik, filha de Fabiano Barcik e Edwiges Purkot, nascida a 21 de outubro; Leopoldo Kobot, filho de Felipe e Raquel Kobot, nascido a 28 de outubro. Foram batizados e inscritos no livro pelo Pe. Agostinho Lima, que acrescenta claramente serem filhos de poloneses.

O Diretor da Fazenda e Agricultura, Alcides Munhoz, descreve a colônia como segue: "Ainda foi a presidência do Dr. Venâncio Lisboa que constituiu a colônia Pilarzinho, em 1871, em 500 hectares de terrenos do município e com 78 polacos introduzidos na Província por Sebastião Saporski, que se retirou por conta própria de Sta. Catarina. Alguns irlandeses vieram posteriormente. Hoje essa colônia, distante

3 km da Capital, contém colonos italianos, além dos da primeira origem". ("Observações Gerais sobre o Estado do Paraná", 1918, pg. 46.)

As notas sobre a concorrente S. Venâncio são mais breves ainda. Não havia o que descrever. A colônia foi fundada mas, a exemplo de Argelina, volatilizava-se. Decaiu a tal ponto que 15 anos depois foi necessário enviar-lhe um reforço de 76 silesianos.

Como que para compensar as poucas palavras dos escritores, a Câmara Municipal de Curitiba publicou o documento que é o registro da colonização polonesa no Brasil.

O primeiro testemunho oficial sobre os colonos poloneses em Pilarzinho é muito pouco conhecido.

Saporski, exemplo de modéstia e abnegação, não se servia nunca desse documento. Eis o documento:

"A Câmara Municipal da cidade de Curitiba atesta, a requerimento de Edmundo Saporski, o seguinte 1) que existem estabelecidas no rocio desta Capital as 32 famílias polacas constantes da relação apresentada, ocupando alguns lotes de terrenos no Pilarzinho e outros terrenos, que requereram a esta Câmara e obtiveram por Carta de Fôro; 2) que as mesmas famílias polacas são dedicadas ao trabalho, excelentes lavradores e mui morigeradas; 3) que não consta a esta Câmara haverem estas famílias recebido quaisquer favores ou adiantamentos premiativos do Govêrno para seu estabelecimento. Paço da Câmara, 15 de outubro de 1873. Eu, Ignacio Alves Correia, Secretário o escrevi. Ass. Antônio Augusto Ferreira de Moura, Ildefonso Marques dos Santos, Antônio M. de Oliveira, Antônio Mendes de Bandeira, Joaquim Ventura D'Almeida Torres" (Jornal "Gazeta Polska", Curitiba, Almanaque 1939, pg. 40).

XVII

A América em toda a sua extensão já conhecia os imigrantes sem bandeira e apreciava-os altamente. Contudo em nenhum outro país eles eram recebidos com honra e respeito, como aqui. Para os excelentes trabalhadores dos rios Odra e Vístula, para os que já estavam em viagem, como para os que apenas pensavam em emigrar, a lisonjeira declaração dos governantes de Curitiba significava um convite cordial.

A primeira resposta veio de Joinville, Estado de Santa Catarina. Corria o ano de 1873. Durante 3 meses lá estava alojado nas barracas um grupo de imigrantes poloneses da Pomerânia, colonos dos arredores das cidades de Gwiew, Palplin e Starograd. Os colonizadores de Hamburgo tentavam despachar esse grupo para as florestas da recém-projetada S. Bento, que a 100 km do mar seria uma espécie de guarda contra os Botocudos. Dotados de espírito pioneirista, não fugiam para a cidade, apesar da falta de alimentos. Desta maneira surgiram lugare-

jos como: Caminho d'Areia e Poloquia às margens do Itajaí, por detrás de Blumenau, bem como as ilhotas na região de S. Bento. Mas a vizinhança alemã não lhes agradava. Quando tiveram conhecimento da fundação da colônia polonesa em Curitiba, enviaram mensageiros.

O sucessor do Dr. Lisboa, Presidente Dr. Frederico Abranches (1873-74), provinha de São Paulo, onde os imigrantes voluntários já adquiriram boa fama. Concordou pois que o grupo, que constava de 64 famílias e 258 pessoas, se transferisse para Curitiba. A Câmara Municipal demarcou 720 hectares ao lado de Pilarzinho, distantes 5 Km de Curitiba. E logo no mês de setembro do dito ano começou a surgir o primeiro bem plantado rebento de Pilarzinho, a próspera colônia Abranches, assim denominada em homenagem ao benemérito fundador.

Nas margens do Odra isso produziu um eco favorável. A nova de que na terra das "bétulas" existe uma cidade da classe administrativa de Opole onde, por falta de aldeias, qualquer "pieron" (bom camara-da) logo vira patrão, criou asas e espalhou-se por todos os recantos.

Apesar dos avisos em contrário do velho Simão Wos, em Siolkowice e regiões vizinhas aprontou-se uma turma de famílias como: Kulik, Kupko, Nadolny..., desejosas de emigrar.

Era o ano de 1875. Pela primeira vez nas terras da Polônia levantou-se o grito: "Para o Brasil! Para o Paraná!" E pela primeira vez o caminho dos imigrantes conduzia diretamente a Antonina, sem tocar Sta. Catarina.

Em Curitiba as coisas evoluíram do bom para o melhor. Iniciado por Frederico Abranches, o sentimento de apreciação a favor dos poloneses se transformou em franca amizade quando o Dr. Adolfo Lamenna Lins, pernambucano, tornou-se Presidente (1875-76). Infelizmente a morte veio buscá-lo muito cedo (1845-81). Contudo deixou atrás de si inúmeras obras meritórias. Formado pela Universidade de Pernambuco, e tendo já exercido as funções de Presidente no Piauí, trouxe a Curitiba a experiência administrativa. Na casa paterna aprendeu a admirar o valor militar de Cristófor Arciszewski. A Terra dos Pinheirais recebia-o. As duas colônias foram-lhe apresentadas pelo Vice-Presidente Ermelino de Leão, seu colega da Universidade de Recife.

Para estabelecer o grupo que vinha vindo, Lins escolheu uma cômoda região no final da estepe, onde se elevavam grossos pinheiros, a 8 km de Curitiba, rumo ao sol nascente, na beira da Graciosa. Para Abranches não era longe. O local recebeu o nome de Santa Cândida — nome da esposa do Presidente, protetora da colônia. O estabelecimento deu-se em agosto do mesmo ano, ocupando 613 hectares com 64 sítios.

Quantas pessoas haveria nesse grupo? É um ponto controvertido. Os documentos não são concordes. Saporski, que não estava presente

porque fôra a Paranaguá trabalhar na medição de terras, conta 179 pessoas. O professor Paraná, 266, e o historiador Romário Martins, 300. Casimiro Gluchowski, baseando-se numa fonte a nós desconhecida, conta 274 pessoas. A inexatidão estatística sempre acompanhará êsse fato.

Em Santa Cândida acabam-se os caminhos dos errantes pioneiros poloneses. A época de experiências durou 4 anos (1871-1875). Está na hora de fazer um balanço. Houve resultados bilaterais. O Paraná adquiria três prósperas colônias. Ao mesmo tempo entrava em contato direto com a Polônia, fonte inesgotável de futuros imigrantes. Iniciou-se uma nova era. Os pioneiros das margens do Odra e Vístula alcançaram a palma da primogenitura imigratória e estabeleceram-se firmemente. Libertando-se de ermos desabitados, encontraram terra livre, fértil e receptiva, à qual tinham o direito de chamar de "Nova Pátria".

Além do amor à terra e dedicação, os colonos poloneses caracterizaram-se ainda por nota que lhes permitia sobrepor-se a todos os outros imigrantes, voluntários ou forçados: eram os mais baratos. Segundo os cálculos feitos pelo Vice-Presidente Leão (Dicionário do Paraná, pg. 14), o tesouro da Província dispendeu, para organizar a colônia de Abranches, 1.748\$800, ou seja 7.000 réis por pessoa.

XVIII

Wos Saporski, o môço de fora, que foi escolhido pelo destino para dinamizar o povoamento da magnífica herança dos Carijós e dos Bandeirantes, uniu-se pelo resto da vida ao progresso da Terra dos Pinheirais. Do mesmo modo como todos os seus patrícios, sentia-se não menos feliz no rio Iguacu do que no rio Odra. Lembra êle os exemplos bíblicos do filho que sai da casa paterna e, além dos montos e dos mares, começa vida nova, não perdendo os laços de ligação com seu torrão natal.

Diplomado no ano de 1874 pelo Ministério da Agricultura no Rio, conseguiu com o correr dos tempos formar uma verdadeira escola de agrimensores paranaenses. O Paraná deve-lhe o esbôço da teia colonizadora que começa na baixada de Paranaguá e penetra no vale do Ivaí. Sua capacidade organizadora foi posta à prova pela primeira vez no ano de 1876, no segundo ano da gestão do Presidente Lins. No pôrto de Antonina desembarcavam levas e levas de imigrantes poloneses, vindas das regiões dos Cárpatos, Pomerânia e Silésia, num total de 3.580 pessoas. Para atender àquelas ondas humanas, foi criada uma comissão governamental chefiada pelo engenheiro francês Henri Revière. Saporski era o responsável pela localização dos colonos. Graças à clarividência do Dr. Adolfo Lamemha Lins, surgiram junto às portas da Capital, de uma só vez, sete núcleos coloniais: Lamemha, Tomás Coelho, S. Inácio, Orleans, Dom Pedro, Revière e Dona Augusta, as últimas formando o distrito denominado Nova Polônia. Foi colonizada uma área de 60 km quadrados. Estabeleceram-se nela 831 chácaras suburbanas. Com êste cinturão verde acabou a parcimônia das cozinhas e mesas curitibanas.

Saporski subia também na escala do êxito. Encontramo-lo na qualidade de Diretor da Colonização, primeiramente em São Mateus do Sul, nos anos de 1890-92, chefiando a localização dos imigrantes vindos da Polônia Central, naquele tempo ocupada pelos russos, e depois em Vera Guarani, onde nos anos 1910-11 atendia a colonização galiciana.

Nos intervalos, eram outras obras públicas que chamavam pela colaboração técnica do Dr. Eti. Marcava êle os traçados das vias de comunicação, participava do grupo de construtores da estrada-de-ferro de Morretes e Rio Negro. Como testemunho de suas andanças, servem vários nomes espalhados pelo interior, p. ex. rio Saporski, que desce da Serra do Mar rumo a Guaratuba, e Linha Saporski, que conduz a Velha Tereza, hoje Tereza Cristina, renovada pela colonização de 1917.

O ano de 1911 trouxe, embora com bastante atraso, o reconhecimento. A Saporski foi oferecida cadeira de Deputado no Congresso estadual. Chamavam-no "mensageiro dos colonos". O número de imigrantes era estimado em 100.000, e ainda vinham levas, sobretudo de Lublin e Lwów. "Gazeta Polska", órgão tradicional dos colonos, festejou a promoção de Saporski com o artigo da redação intitulado "Pela primeira vez" e a seguir, dando conta das atividades do "nosso mensageiro" no Congresso durante o biênio 1912-1913, empregou o título de Pai. Êsse título foi aprovado por todos.

A espôsa de Saporski, Maria de Oliveira Saporski, provinha da tribo dos Carijós. Era o primeiro matrimônio celebrado entre um polonês e uma descendente dos Tupis. Conheceram-se por acaso. Certa vez o engenheiro Saporski foi trazido inconsciente à casa de Maria, que habitava não longe de Antonina. O engenheiro fôra picado por uma cobra enquanto abria uma picada. Como faltassem outros meios de tratamento, a jovial Maria preparou um medicamento à moda indígena: sugou o veneno, salvando assim a vida do paciente. Êle a chamava de Mariazinha. Falava um pouco de polonês, pois seu hóspede a ensinava.

De seus seis filhos, o mais velho, Antônio, tornou-se chefe de gabinete no Congresso Estadual. E o filho dêste, Sebastião Saporski Neto, abraçou a carreira jornalística, distinguindo-se como secretário da redação do mui popular diário curitibano "Gazeta do Povo".

O segundo filho de Saporski, Pedro (1885-1954), tornou-se, a exemplo do pai, um engenheiro, colonizador e organizador da colonização. Conhecedor da Serra do Mar, indicou a baixada do rio S. João como a mais própria para dar lugar à construção da estrada de rodagem entre Curitiba e Joinville, e a seguir dirigiu a colonização da mesma baixada (município de Guaratuba 1930-40). De 1937 a 1941 ocupou o pôsto de redator-chefe do jornal polonês "Gazeta Polska w Brazylji". Continuou assim a missão de seu pai que, em 1893, sustentou o jornal que nascia e lhe garantiu a sobrevivência por 50 anos.

O terceiro filho, Edmundo, (1889-1934) engenheiro agrônomo, foi um dos desbravadores do Norte do Paraná, sendo considerado um dos fundadores de Cambará, onde residiu de 1922 a 1930. Casado com D. Rosa Leinig Saporski, primeira professora de Cambará, cuja Escola de Aplicação anexa tem o seu nome. Pertencia ao grupo dos primeiros que fizeram o levantamento das terras devolutas no Nordeste do Paraná. Iniciou sua obra colonizadora em Cambará no ano de 1922, em companhia do engenheiro Inácio Szamkowski, precedendo de vários anos a famosa colonização de Londrina, Capital do Café.

O filho de Edmundo, Edmundo Leinig Saporski, bacharelou-se em Direito pela Universidade do Paraná. A Prefeitura municipal de Curitiba confiou-lhe o cargo de conselheiro jurídico. Exerceu também o cargo de vereador, tendo assumido a Prefeitura por duas vezes. Foi também, durante 4 anos, diretor do jornal "Correio do Paraná".

Sebastião Edmundo Woś Saporski, o "pioneiro dos triticultores", atingiu idade patriarcal. Residia numa casinha no Alto das Mercês, à sombra das palmeiras, donde contemplava como um sonho as suas duas Pátrias, Brasil e Polônia, que a seu exemplo construíram seu porvir de amizade e colaboração.

Alcançou o dia em que se cumpriu a profecia de Rui Barbosa relativa ao ressurgimento da Polônia e recebeu a medalha "Polonia Restituta". Tomou parte ativa nas festividades do Centenário da Independência do Brasil.

O patriarca faleceu no dia 6 de dezembro de 1933. Faltavam-lhe 47 dias para atingir 90 anos. Foi sepultado no Cemitério Municipal, antigo "Campo Santo" de Curitiba, "campo de saudades" dos curitibanos. Ao longo desta relíquia histórica, corre uma bem movimentada artéria urbana que conduz ao não menos histórico Pilarzinho, hoje em dia pitoresco e alegre subúrbio da "Cidade Sorriso".

Tradução: Prof. Mariano Kawka

NA SENDA DOS PIONEIROS

MARIANO HESSEL

Natural da Polônia, liderou, durante longos anos uma parcela da comunidade polonesa e brasileiro-polonesa, é estudioso dos problemas dos primórdios da imigração. Seus trabalhos foram publicados em revistas especializadas em sua terra natal. O autor foi redator da revista "Kultura", que se editava em Curitiba. O presente trabalho é parte de seu diário pessoal, transformado por êle em memórias

Aportamos, meu pai, meu tio e outros companheiros de viagem, ao pôrto do Rio de Janeiro em 23 de outubro de 1907. O grupo de 11 pessoas provinha de Cracóvia, na época sob a ocupação austríaca. Um futuro mais promissor levou-nos a procurar esta terra, naquele tempo mal conhecida.

Enquanto aguardávamos o navio da marinha mercante que nos trasladaria até o pôrto de Paranaguá, para dali prosseguir até União da Vitória, meta final de nossa viagem, fomos alojados na Ilha das Flores, na Baía da Guanabara.

Em Paranaguá conhecemos o primeiro polonês, em terras brasileiras. Era o Coronel Bodziak. Conquistou a distinção militar na participação da revolução, deflagrada após a proclamação da República, em razão da mudança política da abolição do Império. Nesta fase o Brasil possuía apenas "exércitos" voluntários, organizados por homens influentes. Os dirigentes dessas companhias intitulavam-se "coronéis". Os poloneses residentes no Paraná organizaram dois regimentos e tomaram parte ativa na revolução. Um deles era chefiado pelo coronel Bodziak e o segundo por Adam Bertold, de nacionalidade alemã, mas com perfeito domínio da língua polonesa. Com a pacificação dos agrupamentos beligerantes: Maragatos e Picapaus, os títulos conquistados pelos chefes foram mantidos até o final de suas vidas. Apesar da pacificação, os coronéis conservaram por largos anos regimentos sob suas ordens e freqüentemente realizavam manifestações no interior do país. A influência principal fazia-se sentir por ocasião dos embates eleitorais, pois apoiavam pessoas influentes na Capital da República ou nas unidades Federativas.

No dia seguinte prosseguimos a viagem até Curitiba, encantados com o panorama belo e selvagem da Serra do Mar. Ao entardecer estávamos no planalto de Curitiba. Uma comitiva de poloneses nos aguardava. A recepção foi festiva. Entre os presentes estavam os redatores dos jornais "Gazeta Polska" e "Polak w Brazylii" e representantes das

sociedades locais. Fomos alojados num dos hotéis e palestramos até altas horas da madrugada. A nossa permanência em Curitiba prolongou-se por alguns dias.

Curitiba era uma simpática cidade. Os bondes eram tirados por muares. As calçadas da Rua XV, principal artéria, eram estreitas e incômodas. Duas pessoas encontravam dificuldades para cruzarem. O movimento era relativamente grande.

Os serviços consulares eram atendidos por um representante da Áustria, Miguel Okencki, um verdadeiro polonês. Atendia, indistintamente, a todos os poloneses, provenientes das regiões ocupadas pelas três potências. Era conhecido universalmente como o cônsul polonês, embora estivéssemos bem longe da 1.ª Guerra mundial e a Polónia não existisse como nação independente. O govêrno brasileiro igualmente lhe dispensava um tratamento como se fosse cônsul polonês. Enviava-lhe os poloneses e prestava-lhe auxílios em assuntos atinentes à colônia polonesa. Fomos recebidos pelo cônsul cordialmente.

"Gazeta Polska" e "Polak w Brazylii" eram os dois jornais poloneses existentes na época em Curitiba. O primeiro dêsses seguia uma orientação clerical e era dirigido por Leon Bielecki. "Polak w Brazylii" pertencia ao senhor Casemiro Warchalowski, que adotou uma linha maleável. Ao viajar para a Europa, deixou em seu lugar como redator o senhor Hempel, conhecido radical que mudou a fisionomia do periódico. A mudança originou uma guerra idealógica, atraindo sôbre o jornal os raios de cólera de todo o clero, bem como a condenação por parte da ala conservadora da colônia. Deflagrou-se uma apaixonante batalha entre os dois jornais. Alarmado com os rumos de seu jornal, Warchalowski abreviou sua viagem e retornou ao Paraná. A luta aprofundou tanto as divergências que sua volta de nada adiantou. Era impossível voltar atrás. O proprietário, sem que o desejasse expressamente, viu-se envolvido na refrega. A partir dêste momento a colônia dividiu-se em dois blocos, permanecendo assim até à fase da nacionalização.

Em Curitiba existiam "Zwiazek Polski", "Lacznosc e Zgoda" e "Tadeusz Kosciuszko", sociedades polonesas, surgindo posteriormente outras. Nas proximidades da Capital existiam as seguintes colônias polonesas: Santa Cândida, Nova Polónia, Lamenha Pequena, Lamenha Grande, Nova Orleans, Thomás Coelho, Araucária, Campo Largo, Santo Inácio, Dom Pedro e Campo Magro, além dos que habitavam em Curitiba, dedicando-se a inúmeras profissões.

Segundo estimativas da época, os poloneses constituíam 20% da população curitibana. Em vista disso não causa estranheza o fato de que cada casa comercial servia-se da língua polonesa.

As principais colônias possuíam sua igreja, servida por um sacerdote polonês. Algumas tinham suas escolas, quase sempre dirigidas por

irmãs. Em Curitiba existia um considerável grupo de intelectuais, tais como as famílias Mikoszewski, Salamonowicz, Warchalowski, Bielecki, Bandaszewski, Durski e outras, cujos nomes não recordo. Grande parte dos intelectuais veio após a revolução de 1905.

Era sobremaneira doloroso o tratamento dispensado aos nossos colonos. Chamavam-nos de "polaco burro". As causas desse trato pejorativo residiam em várias razões. Os primeiros imigrantes compunham-se de elementos paupérrimos, oriundos das aldeias; muitos viveram sob o regime senhorial. Embarcaram para o Brasil, pois a viagem não lhes custava nada. Com a abolição da escravatura, as plantações de café, desprovidas da mão de obra escrava, demandavam novos trabalhadores. O mercado de trabalho exigia novos braços para substituir o escravo. Os plantadores de café viam no polonês, recém-liberto da "escravidão senhorial", na região ocupada pela Rússia, um excelente trabalhador. Sob a influência e algumas vezes pressionados pelo fazendeiro de café, organizaram-se agências que propagavam nas aldeias polonesas as condições sobremodo vantajosas, principalmente para o colono que necessitava de terra. Ofereciam a viagem grátis e outros benefícios aos voluntários.

As condições nas fazendas de café eram diversas. Alguns firmavam contratos de trabalho; outros recebiam terras; outros eram convidados para trabalhar na construção de estradas de ferro. Com estas ofertas surgiu a "febre emigratória". Milhares de poloneses foram levados para o Brasil. Os que dispunham de recursos suficientes para custear a passagem foram aos Estados Unidos. Os abandonados, os que não tinham nenhuma condição vieram ao nosso país. Não há que estranhar que aqui eles foram explorados e tratados como escravos. Os consulados fizeram ouvidos moucos aos reclamos do imigrante, uma vez que isto pouco importava aos países dominantes. Êsses, entre outros, são os fatos responsáveis pela difusão da expressão: "polaco burro".

Após a vinda de inúmeros intelectuais, o tratamento dispensado ao imigrante polonês melhorou.

x x x

O sol declinava no horizonte quando divisamos as primeiras silhuetas de uma cidade no meio de campos. Era Ponta Grossa, a segunda em tamanho e importância, depois de Curitiba...

É um importante tronco da estrada de ferro. Dali partem os trilhos para três direções. Nos dias em que alí aportamos, o tronco sul encontrava-se em construção, tendo sido concluído somente anos mais tarde. No dia seguinte, continuamos a nossa viagem até a última estação da construção férrea, além da qual estendia-se uma densa floresta, que mais tarde seria conquistada a machado, a pá, a picareta e com o carrinho de mão.

Fomos informados de que estávamos chegando a União da Vitória, terminal da estrada de ferro e têrmo de nossa viagem. O som estridente do comboio anunciou que nossa peregrinação havia alcançado a meta final. A estação constava de uma plataforma rústica de madeira, situada às margens do Rio Iguçu. Na margem oposta do maior rio paranaense divisamos uma cidade de proporções regulares e o terreno preparado para os trilhos. Diante de nós uma densa floresta, os trilhos atingiam cinco km, além da cidade e a ponte sôbre o rio, numa extensão de 400 metros, recém-montada, sôbre cujo vão passava o trem. Desembarcamos após atravessarmos a ponte.

Esta foi a viagem de aproximadamente dois meses. Nestas paragens ficaríamos, para dar início a uma nova vida, cujas esperanças acalentamos por largos anos. Fomos recebidos por Francisco Schmidt, tio do senhor Estanislau e alguns poloneses. Fomos alojados num acampamento.

Decidi conhecer a cidade. Hoje, União da Vitória é considerável. Em 1907 aparentava uma pequena aldeia. Algumas ruas, casas de madeira e pintadas a cal. A via principal partia das margens do rio, onde havia uma plataforma para descarga dos produtos, transportados por via fluvial e que demandavam a cidade. Os maiores empreendimentos da cidade era a casa de cortume, uma fábrica de selaria para fins de produção de acessórios de montaria e a casa comercial polonesa G. Grollmann und Schmidt. Apesar dos nomes alemães, eram poloneses provenientes da região sob a ocupação russa. Havia dois hotéis, um de propriedade de José Bilski e outro do sr. Piluski. Neste último os poloneses se reuniam aos domingos. Era uma espécie de clube polonês, entre as várias nacionalidades de que se compunha a cidade.

Os trabalhos da construção da via férrea atraíram elementos do Brasil inteiro e imigrantes da Europa. Alí encontravam-se homens de tôdas as procedências, voluntários e refugiados da lei. A administração com freqüência atrasava os vencimentos. A região era habitada pelos índios coroados e botocudos. Em defesa de suas terras assaltavam os grupos de trabalhadores. Muitos homens, por falta de mão-de-obra, recebiam uma liberdade condicionada, para trabalharem na construção da via férrea. Outros eram simplesmente fugitivos da justiça: levando-se em conta êsses detalhes, é fácil imaginar o clima reinante, a atmosfera de mêdo e insegurança que envolvia o imigrante.

Nos domingos e dias de folga, que eram poucos, dirigia-me às margens do rio e dava rédeas à imaginação. Não conhecia nenhuma profissão. Sem o conhecimento da língua, não poderia obter emprêgo no comércio. Havia ocupação na construção. Os boatos sôbre as condições das florestas atemorizavam a tal ponto que qualquer emprêgo na cidade era melhor do que na construção. A vida humana valia bem pouco. Aconselharam-se a apreender o ofício de curtidor. Assim o fiz. A

promessa era boa. Após a fase de principiante receberia a moradia, a manutenção e a importância de 10 mil réis, para atender a despesas pessoais.

Era o mais jovem da empresa. Escalaram-me para em cada segundo domingo cuidar das dependências. O trabalho no cortume era pesado. Removia os enormes couros de gado de uma poça para outra. Lavava os couros recém-chegados. Amaciava-os com roda especial e realizava toda sorte de serviços secundários. Este era o meu programa diário. As minhas mãos tornaram-se bronzeadas e uma ferida constante entre os dedos, devido a cal.

Meu pai planejou instalar uma pequena serraria. Não era tarefa fácil. Dificuldades de ordem financeira e técnica avolumaram-se. As condições diferentes, moralmente abatido e com a saúde debilitada, pensava no retorno à terra natal.

O administrador da construção férrea era o sr. Vicente Ostrowski, homem correto e nobre, apesar de semi-analfabeto, embora conhecedor de terraplanagem.

Era o primeiro domingo de novembro. A cidade recebeu a notícia da chacina praticada pelos índios contra os trabalhadores da estrada de ferro. O trem deveria trazer os corpos. A população da cidade dirigiu-se até a "estação" provisória. Fui, acompanhado do pai e do tio, ver de perto o triste espetáculo. A espera foi longa. O sol já declinava no ocidente quanto a locomotiva com estrépido aproximou-se da plataforma. Os vagões estavam descobertos. Os corpos dos operários estavam depositados sobre ramos verdes e cobertos com panos vermelhos e surrados pelo tempo.

Uma senhora idosa, alemã de origem, atirou-se sobre os restos mortais de seu filho, vítima do assalto. Em prantos convulsivos chorava a pobre vítima. Os outros quatro eram poloneses. Vieram em busca de melhores salários. Dworawski veio de Lucena, Santa Catarina. As flechas indígenas ainda estavam em seu corpo. Seu aspecto era terrificante: o corpo lívido, o rosto deformado pela dor. Os quatro foram sepultados em cova rasa, sem nenhuma cerimônia, como era costume nestas paragens.

Este episódio gravou-se profundamente em minha memória. Apagou os sentimentos voltados para o exotismo.

Um grupo de colonos procurou meu pai para tomar conta de uma escolinha que desejavam fundar. O pai aceitou o convite, enquanto procurava vender as máquinas e demais acessórios da serraria. Decidiu retornar a Polônia, com os fundos da venda do maquinário. Foi à colônia. Recebeu uma escolinha, ou mais precisamente uma casinha localizada na clareira da floresta. Lecionava quatro horas por dia. Os rapazes vinham de grandes distâncias para apreender alguma coisa. O trabalho

deixou o pai no isolamento e êle sentiu-se só. Êsse fato teve profunda influência em sua maneira de viver. Tornou-se um místico. Conservava consigo uma caixa. Essa seria a sua tumba, após a morte, que poderia sobrevir a qualquer instante. Os colonos forneciam a alimentação: pastéis, broa de centeio, requeijão e mel. Êle mesmo cozinhava alguma coisa, embora normalmente se alimentasse de broa e café. Abateu-se sôbre o pai uma profunda saudade e vontade de retornar para junto dos seus, na Pátria distante. Fizemos com que deixasse a escola, antes do fim daquele ano. A venda da serraria ficou em ponto morto.

x x x

Ao terminar a atividade na escola, vendeu o resto das máquinas da serraria. Comprou o bilhete de retôrno à Polônia, despediu-se de nós na estação provisória. Perguntou quais eram os meus planos. Recomendou que fôsse um homem digno. Como quem desejasse justificar a partida deixando o filho, afirmou que as minhas possibilidades de vencer na Polônia seriam mínimas e aqui o campo estava aberto.

Era jovem. Forte. Com saúde. Jamais temi o trabalho. Esperava que um dia os demais membros da família viriam ao Brasil. A volta do pai fêz um grande vazio. Ficou no Brasil meu tio. Sua espôsa e filhos deveriam chegar em breve. A presença do tio era o único confôrto, apesar disto sentia-me profundamente só.

Os poloneses continuavam a reunir-se na casa do senhor Piluski. Tôda noite jogavam baralho e comentavam os fatos do dia. Escutava, sem tomar parte na conversação. Havia discussões freqüentes sôbre a necessidade de fundar uma escola e uma sociedade, onde pudessem ser organizados teatros, bailes, com uma biblioteca. Êste tema me interessava sobretudo. Imbuído do espírito de prosseguir os trabalhos iniciados pelo pai, acertei com meu tio realizar uma reunião com os colonos.

Na colônia Lager, próximo à igreja, havia um estabelecimento comercial do senhor Bodnar. Êste cedeu-nos o local para a programada reunião. No domingo ali se congregaram alguns colonos que conheceram meu pai e a minha idéia foi aplaudida. Organizou-se a primeira diretoria provisória da qual participei na qualidade de secretário...

Todos ofertaram alguma coisa para a construção da escola: caixas de pregos, tábuas, janelas, vigas, etc. Decidimos que dentro de 30 dias o material deveria estar reunido e imediatamente seria iniciada a construção. O número de sócios inscritos era oito. O nosso plano era atingir 15. A nossa discussão levou a tarde inteira.

O comerciante quis aproveitar a oportunidade e propôs uma comemoração do acontecimento com alguma bebida. Aceitamos de bom grado a idéia, brindando desta forma à nova escola. As garrafas esvazia-

vam-se; as piadas encontravam vazão; cantamos. O bar ficou repleto de curiosos da cidade. Sobreveio a noite. As lâmpadas foram acesas.

A festa terminou tràgicamente. Os bancos começaram a voar. As garrafas foram quebradas. O comerciante, dentro de sua previsão, apagou as lâmpadas. Vozerio, gemidos, gritos, imprecações e objetos voando, eis o clima reinante. Escondi-me, juntamente com o tio, num canto. Quando a situação e a aventura assumiram proporções maiores, pulamos a janela e corremos para a cidade. Esta foi a primeira experiência no campo social. Sòmente anos mais tarde que a escola foi levantada, quiçá fruto desta semente que semeamos de forma tão desafortunada, naquele domingo.

x x x

Encontrei trabalho, após longas peripécias. Na cidade existia muitas fabriquetas de cerveja, principalmente de alemães. Travei conhecimento com um saxão de nome Meier, que trabalhava numa delas. Prometeu ajudar-me. Realmente, dois dias depois, com avental escuro, lavava as garrafas. A labuta era árdua. Vivia molhado. Aprendi rapidamente aquela forma primitiva de ferver cerveja. Os vencimentos melhoraram. O patrão estava satisfeito. Sem interferência e ajuda do sr. Meier estava apto a ferver a cerveja. Compreendi os mistérios da fermentação e julgava ter adquirido uma profissão. Ao lado da firma em que trabalhava, havia um bar, ponto de reunião dos alemães. Vinham para confabulações e para beber cerveja. Cantavam alegremente. Um belo dia, os ânimos influenciados pela cerveja, teve início uma discussão política. Na época foram confiscadas as propriedades de Poznan. Muitos alemães mostravam o desejo de retornar a Europa e estabelecer-se nas terras desapropriadas. Fui envolvido nos debates. Até aquêlê momento ninguém me interrogou sòbre a minha origem, uma vez que meu sobrenome soava alemão. Declarei categòricamente que era polonês e, levado pelo entusiasmo da juventude, sustentei que a desapropriação não passava de uma rapina.

Schultz, o açougueiro que se sobressaía pela obesidade, gritou: "Polnische Schwein" e cuspiu-me no rosto.

Obscureceu a minha vista. Atirei-me contra aquêlê corpulento alemão e desferi golpes em sua face. Criou-se uma confusão generalizada. Distribuí socos a esmo, mas vendo que lutava contra uma maioria maciça, lancei-me em fuga.

No dia seguinte vi-me despedido do emprêgo, pois havia ofendido um dos melhores clientes da fábrica. Ao receber o meu pagamento, o caixa orientou-me no sentido de futuramente não ofender ninguém, pois o trabalhador deve suportar tudo e que na idade de um "Grünschabel" eu não poderia compreender isso. E, ainda que estivesse satisfeito com o meu trabalho, não tive dúvidas em me despedir.

deixou o pai no isolamento e êle sentiu-se só. Esse fato teve profunda influência em sua maneira de viver. Tornou-se um místico. Conservava consigo uma caixa. Essa seria a sua tumba, após a morte, que poderia sobrevir a qualquer instante. Os colonos forneciam a alimentação: pastéis, broa de centeio, requeijão e mel. Êle mesmo cozinhava alguma coisa, embora normalmente se alimentasse de broa e café. Abateu-se sôbre o pai uma profunda saudade e vontade de retornar para junto dos seus, na Pátria distante. Fizemos com que deixasse a escola, antes do fim daquele ano. A venda da serraria ficou em ponto morto.

x x x

Ao terminar a atividade na escola, vendeu o resto das máquinas da serraria. Comprou o bilhete de retôrno à Polônia, despediu-se de nós na estação provisória. Perguntou quais eram os meus planos. Recomendou que fôsse um homem digno. Como quem desejasse justificar a partida deixando o filho, afirmou que as minhas possibilidades de vencer na Polônia seriam mínimas e aqui o campo estava aberto.

Era jovem. Forte. Com saúde. Jamais temi o trabalho. Esperava que um dia os demais membros da família viriam ao Brasil. A volta do pai fêz um grande vazio. Ficou no Brasil meu tio. Sua espôsa e filhos deveriam chegar em breve. A presença do tio era o único confôrto, apesar disto sentia-me profundamente só.

Os poloneses continuavam a reunir-se na casa do senhor Piluski. Tôda noite jogavam baralho e comentavam os fatos do dia. Escutava, sem tomar parte na conversação. Havia discussões freqüentes sôbre a necessidade de fundar uma escola e uma sociedade, onde pudessem ser organizados teatros, bailes, com uma biblioteca. Êste tema me interessava sobremodo. Imbuído do espírito de prosseguir os trabalhos iniciados pelo pai, acertei com meu tio realizar uma reunião com os colonos.

Na colônia Lager, próximo à igreja, havia um estabelecimento comercial do senhor Bodnar. Êste cedeu-nos o local para a programada reunião. No domingo ali se congregaram alguns colonos que conheceram meu pai e a minha idéia foi aplaudida. Organizou-se a primeira diretoria provisória da qual participei na qualidade de secretário...

Todos ofertaram alguma coisa para a construção da escola: caixas de pregos, tábuas, janelas, vigas, etc. Decidimos que dentro de 30 dias o material deveria estar reunido e imediatamente seria iniciada a construção. O número de sócios inscritos era oito. O nosso plano era atingir 15. A nossa discussão levou a tarde inteira.

O comerciante quis aproveitar a oportunidade e propôs uma comemoração do acontecimento com alguma bebida. Aceitamos de bom grado a idéia, brindando desta forma à nova escola. As garrafas esvazia-

vam-se; as piadas encontravam vazão; cantamos. O bar ficou repleto de curiosos da cidade. Sobreveio a noite. As lâmpadas foram acesas.

A festa terminou trágicamente. Os bancos começaram a voar. As garrafas foram quebradas. O comerciante, dentro de sua previsão, apagou as lâmpadas. Vozerio, gemidos, gritos, imprecações e objetos voando, eis o clima reinante. Escondi-me, juntamente com o tio, num canto. Quando a situação e a aventura assumiram proporções maiores, pulamos a janela e corremos para a cidade. Esta foi a primeira experiência no campo social. Sòmente anos mais tarde que a escola foi levantada, quiçá fruto desta semente que semeamos de forma tão desafortunada, naquele domingo.

x x x

Encontrei trabalho, após longas peripécias. Na cidade existia muitas fabriquetas de cerveja, principalmente de alemães. Travei conhecimento com um saxão de nome Meier, que trabalhava numa delas. Prometeu ajudar-me. Realmente, dois dias depois, com avental escuro, lavava as garrafas. A labuta era árdua. Vivia molhado. Aprendi rapidamente aquela forma primitiva de ferver cerveja. Os vencimentos melhoraram. O patrão estava satisfeito. Sem interferência e ajuda do sr. Meier estava apto a ferver a cerveja. Compreendi os mistérios da fermentação e julgava ter adquirido uma profissão. Ao lado da firma em que trabalhava, havia um bar, ponto de reunião dos alemães. Vinham para confabulações e para beber cerveja. Cantavam alegremente. Um belo dia, os ânimos influenciados pela cerveja, teve início uma discussão política. Na época foram confiscadas as propriedades de Poznan. Muitos alemães mostravam o desejo de retornar a Europa e estabelecer-se nas terras desapropriadas. Fui envolvido nos debates. Até aquêl momento ninguém me interrogou sôbre a minha origem, uma vez que meu sobrenome soava alemão. Declarei categòricamente que era polonês e, levado pelo entusiasmo da juventude, sustentei que a desapropriação não passava de uma rapina.

Schultz, o açougueiro que se sobressaía pela obesidade, gritou: "Polnische Schwein" e cuspiu-me no rosto.

Obscureceu a minha vista. Atirei-me contra aquêl corpulento alemão e desferi golpes em sua face. Criou-se uma confusão generalizada. Distribuí socos a esmo, mas vendo que lutava contra uma maioria maciça, lancei-me em fuga.

No dia seguinte vi-me despedido do emprêgo, pois havia ofendido um dos melhores clientes da fábrica. Ao receber o meu pagamento, o caixa orientou-me no sentido de futuramente não ofender ninguém, pois o trabalhador deve suportar tudo e que na idade de um "Grünschabel" eu não poderia compreender isso. E, ainda que estivesse satisfeito com o meu trabalho, não tive dúvidas em me despedir.

Meu primo, enojado com os trabalhos de padeiro, junto à construção de estradas de ferro, retornou para a cidade. Com os poucos recursos poupados durante o meu trabalho na fábrica, decidimos abrir uma padaria. Com a permissão do tio, levantamos em seu terreno um pequeno barraco. A distribuição da casa foi feita de tal maneira que acomodasse num quarto a família de meu primo, num outro eu me instalei, e o restante da construção ficou para a padaria propriamente dita. Construimos um modesto forno para broa; fizemos uma caixa de tábuas de madeira, para a mistura da farinha; compramos dois sacos de farinha de trigo com a sobra dos recursos e começamos a produção. O forno mal construído não conservava vapor, razão porque éramos obrigados a derramar pequenas quantidades de água, durante o tempo em que o pão se encontrava ali. Trabalhávamos a noite inteira. Ao amanhecer, distribuíamos o pão em grandes cestos postos na cabeça, batendo de porta em porta. Percorriamos quilômetros para vencer a concorrência. A cidade distava alguns quilômetros e tínhamos que ser os primeiros.

O trabalho era esgotante. Ao meio dia, retornávamos. Feita a contagem do dinheiro, descansávamos até às 17 horas para recomeçar a faina. Trazíamos a farinha, levando cada um de nós um saco às costas. A mercadoria era comprada numa casa de comércio distante, razão porque o transporte era penoso.

A concorrência exigia de nós enormes sacrifícios e deliberou acabar conosco. As padarias maiores não deixavam progredir. Baixaram os preços do pão de tal forma que nós trabalhávamos com déficit. Defendemo-nos, com prejuízos, por algum tempo, até o momento em que faltaram recursos para a aquisição da farinha. A padaria foi fechada. Meu primo não teve outro meio senão voltar ao seu emprêgo na padaria da estrada de ferro. Permaneci na cidade e encontrei trabalho numa outra cervejaria. O proprietário era um italiano e entregou aos meus cuidados o setor de fermentação. Sob os meus cuidados estavam dois ajudantes.

A reunião dos poloneses continuava sendo no hotel do sr. Piluski. Os temas das conversações eram os mais diversos. A organização de uma sociedade e escola polonesas eram os temas prediletos. A cidade já tinha uma escola alemã, por que não haveria de ter uma polonesa?

Os poloneses melhor situados ofertaram recursos e foi fundada a sociedade Júlio Slowacki. Compramos um terreno para construção de uma escola. As reuniões eram feitas numa das salas do hotel. Por ocasião do levante de novembro fiz a minha estréia pública sobre a efeméride. Na oportunidade realizou-se uma coleta para a construção da escola, o que me trouxe indizível satisfação. A escola estava sendo construída em ritmo acelerado. O término da obra, previsto para breve, teve uma pequena demora e a inauguração deu-se bem mais tarde. O

primeiro professor da escola foi o sr. Kosinski. Veio para o Brasil a convite do sr. Grollman. A sociedade e a escola existiram até os dias da nacionalização, sendo modelos no cumprimento de sua missão cultural.

Adquiri os conhecimentos e os segredos da fermentação... Como fui preterido na fábrica, em favor de um parente do dono, decidi escrever para uma fábrica semelhante na cidade vizinha, pertencente a um polonês. Obtive resposta afirmativa e numa manhã pedi a conta, agradecendo ao dono, e me desloquei para a cidade de Marechal Mallet.

Distante 40 km. dessa cidade, Cruz Machado, estava sendo colonizada por poloneses, que vinham em levás. Na cidade de Mallet muitas casas comerciais pertenciam a poloneses e ucranianos. A fábrica na qual iria trabalhar levava o nome de "Warta". Graças aos meus conhecimentos a cerveja começou a ter fama.

Nesta época tratava-se de organizar uma escola de grau médio. A alma do movimento, como aliás de todos, era o sr. Roman Paul. Reuniu em torno de si alguns homens e fundou a sociedade Nicolau Copérnico, que existe até o presente. Estávamos em 1911. A escola média começou a ser construída tendo como fundadores: Roman Paul, José Baziewic, Tadeu Suchorski, Miguel Gryczak, Romualdo Krzesimowski, Tomás Lopacinski, Henrique Sobanski e muitos outros cujos nomes não recordo. A escola foi centro de irradiação para toda a comunidade polonesa durante anos.

As reuniões dos fundadores eram feitas na casa do sr. R. Paul. Participava das mesmas mais para ouvir do que para deliberar. De tempos em tempos publicava pequenos artigos nos jornais poloneses. Escrevi certa feita um versando sobre os perigos do álcool, nas laudas da "Gazeta Polska", editado em Curitiba. Citei entre outros fatos, aquele dos comerciantes que vendem bebidas aos domingos aos homens que se dirigem à Igreja. Ressaltei as consequências funestas e as aventuras que acontecem nos botecos. Houve uma revolta dos proprietários, quando o jornal apareceu.

— Nós levamos os colonos para o mau caminho? Quem é o autor de semelhante aberração? — era o comentário generalizado.

Começaram a fazer sondagens e não lhes foi difícil identificar o autor. Pressionaram o proprietário da fábrica onde trabalhava para que fôsse despedido. Ameaçaram-no, caso não me despedisse, que não iriam comprar os seus produtos. O dono não tinha motivos para me mandar embora. Andava acabrunhado. Um dos meus colegas avisou-me que eu estava "na rua", pois era a única saída que o patrão tinha a tomar. Certa feita divisei no bôlso do proprietário um papel. Supus que era a minha despedida e que só esperava a oportunidade para me entregar a conta. Nesse ínterim, já como técnico, escrevi para outra cidade, oferecendo os meus trabalhos num empreendimento semelhan-

te. Recebi resposta afirmativa e no dia seguinte pedi a conta. Assim terminou a minha atuação "moralizadora".

Não durou muito o meu nôvo emprêgo. Um dia, certo comerciante ucraniano adentrou o hotel onde residia e ofereceu-me um emprêgo em sua casa comercial. Aceitei a proposta.

No exercício da minha nova função, recebi a visita de meu primo. Ciente de que desejava abrir um negócio, veio convencer-me de que deveria fazê-lo junto à construção da estrada de ferro, que prosseguia em ritmo acelerado. Poderia trabalhar na construção e obter um dinheiro extra no "boteco". Sua conv.ção era grande e abandonei o emprêgo para seguir com o primo. Novamente encontrei-me na cidade de União da Vitória a fim de seguir rumo ao que se apresentava como um "Eldorado".

Meu primo deixou a família com conhecidos na cidade e ambos seguimos em busca do futuro promissor. Embarcamos no trem em meio aos trabalhadores. O comboio percorreu paragens desconhecidas. Ao longo dos trilhos levantavam-se as casas dos humildes trabalhadores, feitas de tábua lascada. Até onde o ôlho podia atingir, o panorama era selvagem e deserto.

Ao anoitecer atingimos a sede da administração da construção da via férrea. A residência da administração era recém-construída, ladeada por casas de operários e barracos com negócios e outras construções. À noite era perigoso perambular, pois não faltavam orgias e assaltos. A floresta facilitava a fuga aos criminosos, e tudo tinha um aspecto de acampamento de exploradores de ouro ou algo semelhante. Pernoitamos ali, prosseguindo no dia seguinte até o terminal do leito.

A locomotiva com dois vagões descobertos levou-nos lentamente, parando a cada passo, como que temendo assaltos, e ao desembarcarmos a polícia munida de carabinas vasculhou antes as redondezas. Assim atingimos o objetivo de nossa viagem, com paradas, em meio à mata selvagem. Estávamos em pleno inverno. As noites eram frias e nós não tínhamos nenhum agasalho, aguardando a madrugada sob frio cortante, deitados sob os vagões.

Longas foram as horas até que o dia clareasse. Percebemos então que nos encontrávamos próximos a uma construção. Descemos, batendo a uma das portas mais próximas. Um polonês nos atendeu, servindo-nos café quente que nos trouxe alento, sobremaneira. Era um campo de trabalhadores. Inscrevemo-nos entre os operários. Alugamos uma casa exclusiva. O primo trouxe sua família e ali nos estabelecemos. O trabalho era penoso, mas como a nossa intenção era ganhar algum dinheiro e abrir um "boteco" ou uma padaria, suportávamos, enquanto os dias corriam.

O elemento que se dedicava à construção da estrada, provinha de

todos os recantos do Brasil. Entre êles não faltavam refugiados da justiça dos estados nordestinos. Outros eram imigrantes, cujas famílias ficaram nas colônias e êles vieram em busca de melhores salários, a fim de saldar suas dívidas efetuada com a compra de pequenas propriedades.

Havia tribos indígenas que vagavam pelo floresta e atacavam grupos de operários. Houve assaltos noturnos nos barracos dos trabalhadores. Acontecia com freqüência o assalto ao trabalhador que deixava sua faina diária, para lhe arrancar os parcos níqueis conseguidos. Normalmente pagava com a própria vida. Êstes assaltos eram praticados pelos próprios colegas de serviço, refugiando-se sob o pretexto de que foram os indígenas os autores dos mesmos. Semelhantes transgressões eram punidas severamente pela polícia da estrada de ferro. Seu trabalho quase sempre era sufocado pelo silêncio da floresta, enquanto os familiares nas colônias aguardavam ansiosos a volta do pai ou do irmão que deveria trazer o tão esperado dinheiro.

Eu e meu primo mantivemo-nos afastados de todos, trabalhando sempre em companhia dos imigrantes. Eramos conhecidos como "krakowiaki". De minha parte sentia-me arrependido ter aceito o convite de meu primo. Possuía um trabalho seguro e troquei-o por uma desgraça. Não desejava magoá-lo. Sua mulher igualmente não se sentia bem. No intuito de auxiliar o marido começou a assar broa...

Novamente vi-me atormentado por pensamentos sôbre a atitude a tomar. Tínhamos algumas economias. Era insuficiente para dar início a qualquer negócio na cidade. Tivemos conhecimento que a companhia iria construir uma ponte sôbre o rio Uruguai, que uniria os troncos do Paraná e Rio Grande do Sul. Decidimos abrir nas imediações dessa obra um pequeno estabelecimento comercial. Meu primo abriu uma padaria. Na outra margem do rio levantei uma czinha de tábuas lascadas e comecei a negociar com miudezas.

O chefe de polícia sediado na outra margem do rio era um tal Rosati, descendente de italianos, que praticava abusos de autoridade, aproveitando-se da excessiva liberalidade reinante. Organizava, por exemplo, bailes para os quais convidava famílias, senhoras e senhoritas, que normalmente convertiam-se em orgias. Era chamado de "coronel". Se algum convidado não comparecia, seus soldados traziam-no à força.

Um tal sr. Bujno abriu um negócio. Era uma pessoa inteligente e, segundo os boatos, natural de Varsóvia. A revolução de 1905 atirou-o às costas brasileiras. Moravam com êle uma família sem filhos, igualmente poloneses. Êle trabalhava na construção da ponte e ela tomava conta da casa.

Certa feita o "coronel" mandou um recado de que estava organizando um baile e que deveriam comparecer incondicionalmente. Bujno, alarmado com a notícia, chamou imediatamente o trabalhador, mandou

que se transferisse para a outra margem do rio, juntamente com sua esposa, pois o chefe de polícia estava lhe preparando alguma surpresa desagradável. Após uma prolongada conversa entre os dois, decidiram juntar os seus pertences e transferir-se para outra margem do rio, sob diferente administração. À noite o sr. Bujno ficou de tocaia, armado de Winchester e de grande quantidade de munição. Pelas 22 horas alguns enviados do "coronel" compareceram e bateram à porta. Ninguém os atendeu. Insistiram e começaram a arrombar a porta. Ouvi tudo, sem poder reagir. Bujno, vendo o que se passava, passou a atirar. Os assaltantes fugiram. Nesse ínterim, Bujno entrou em casa, apanhou os pertences e saltou para dentro de uma canoa preparada para tal fim e transferiu-se para a outra margem do rio. Minutos depois os assaltantes retornavam em maior número. Derrubaram a casa e começou a orgia. Tomaram as melhores bebidas, quebrando o restante, e destruindo os móveis. Bujno e o casal não retornaram mais, temendo a vingança do "coronel". Mais tarde Bujno apresentou queixa, na cidade de Passo Fundo, sem que surtisse qualquer efeito, pois o chefe de polícia era da ala governista.

Continuei a negociar. Os meus interesses particulares iam razoavelmente. Certa noite fui acordado por um ruído estranho. Verifiquei, estupefato que águas lamacentas cercavam minha casa, atingindo a altura do catre. Um panorama de águas imensas desvendava-se de minha janela, à luz tênue da lua. A força da água era tal que mal pude levar comigo o terno e mais algumas roupas. O rio havia transbordado repentina e inesperadamente. Onde há poucas horas havia casas, viam-se simplesmente cumieiras, carregadas pela violência da correnteza. Nessa noite a enchente carregou mais de 50 casas, deixando lodo e palanques chantados na terra. Três partes da ponte provisória foram tragadas pelas águas. Árvores e construções foram destruídas pela violência das águas.

Veio o auxílio e os assolados foram acomodados em barracos provisórios. Soube-se mais tarde que uma tromba d'água desabou na cabeceira do rio, causando a enchente. Ninguém esperou a catástrofe, pois o dia era belo. Da mesma forma que se avolumaram, as águas baixaram rapidamente. Os prejuízos foram notáveis, muitos perdendo tudo. Munição de passe livre, despedi-me de meu primo e fui até Passo Fundo a fim de procurar trabalho.

Ali teve início uma nova etapa de minha vida. Poucos dias depois, empreguei-me no hotel de propriedade do sr. Estanislau Ziemkowski, que entregou aos meus cuidados a direção da hospedaria, enquanto êle diariamente ia à cidade e retornava pelo meio-dia. Sua mulher tomava conta da cozinha. A clientela cumpunha-se de pensionistas e hóspedes. Servia os comensais, recepcionava os hóspedes, acertava as contas, bem como atendia o balcão.

Para os serviços pesados tinha como ajudante um senhor de seus 25 anos. Estanislau, apesar de sua pouca idade, aparentava velhice. Corcunda e com tez amarelada, sofria de febre amarela, que o afetou no Norte do Brasil, por ocasião da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, nos limites do Brasil com a Bolívia.

Nesta época processava-se a colonização de Erechim. Levas de imigrantes demandavam aquelas plagas, passando pela nossa cidade, que era lugar de pouso obrigatório. Ziemkowski possuía dois barracões com leitos-beliches, onde os imigrantes oriundos de Pôrto Alegre descansavam. Tôda vez que vinha o aviso de uma nova leva, dirigia-me à estação local, para aguardá-los. Adentrava os vagões de segunda classe, chamando: — Emigranten — Emigrantes!

Êles aglomeravam-se em tôrno de mim e os conduzia até a hospedaria. Antes do repouso recebiam um modesto jantar. No dia seguinte acompanhava-os até à estação e acomodava-os nos vagões. Êste trabalho proporcionava-me uma pensão à parte, paga pelo serviço de imigração. Isso durou algum tempo. Houve muitas reclamações, pois os imigrantes não recebiam leite para as crianças e não podiam comprá-lo pelo caminho. Explicava-lhes em polonês, alemão e ucraniano que não havia fundos para semelhante finalidade. Em vista das crescentes reclamações, oficiei a Pôrto Alegre. Recebi a resposta lacônica que para semelhante finalidade não existiam fundos. Ao receber, certa feita, um grupo mais numeroso, não suportei as reclamações e sugeri-lhes que se dirigissem à administração municipal, dizendo que não prosseguiriam a viagem, caso não fôssem atendidos. O pedido foi indeferido e êles ali permaneceram. Seguiu um telegrama a Pôrto Alegre e veio uma comissão para averiguações. Concluíram que fui o responsável. Como consequência perdi o emprêgo, mas todos os novos grupos recebiam o reclamado leite.

x x x

Retornei à localidade onde residia a família do primo. Visitei o tio, em União da Vitória, passando com êle as festas natalinas. Retornei ao emprêgo de fabricante de cerveja. Detive-me por algum tempo na profissão, sendo acometido de tifo, em vista das condições de umidade do local do trabalho. Passei semanas de cama. A cidade não possuía médico, e foi sòmente graças a resistência do organismo que a doença foi vencida e pude sobreviver.

x x x

Abandonei o trabalho. Estava em busca de um nôvo. Na cidade de Araucária o cura de almas era o conhecido ativista Pe. José Anusz. Visitei-o a fim de travar conhecimento e pedir conselhos, pois era do meu conhecimento que o sacerdote reunia jovens e aconselhava-os sôbre o

que deveriam fazer. Sua predileção estava voltada para os problemas da colonização, organização de sociedades e fundação de escolas. Seu último sonho consistia em colonizar a Serra do Mar, nas proximidades de Pôrto de Cima, às margens da rodovia Curitiba-Paranaguá. Eram terras devolutas e abandonadas, após terem sido povoados por italianos.

Essas glebas relegadas ao abandono poderiam ser adquiridas por preços baixos, mediante prestações de até 10 anos. O Pe. Anusz começou a agitar os intelectuais poloneses, para adquirirem os terrenos e ali instalarem uma grande cultura de bananas, pois seria um lucro permanente. Sob sua influência vários poloneses partiram para a empresa, desconhecendo totalmente o clima tropical e a cultura. Eis algumas características e nomes: Smolczynski — farmacêutico; Bienkowski — artista pintor; um professor do povo cujo nome não recorde; Ludovico Komkowski — arquiteto engenheiro (êste ficou em Pôrto de Cima com um negócio, padaria e uma propriedade), uma família de Seleiros, etc.

Fui recebido gentilmente pelo sacerdote e imediatamente incutiu-me a idéia de plantar bananas, afirmando que em breve seria independente economicamente.

Trabalhei durante quatro anos como mestre de ferraria nos bondes de Curitiba, percebendo salário relativamente bom, após o que decidi-me pela plantação de bananas.

Morei com a família Komkowski. Rumei, após alguns dias, para uma propriedade regular, munido de instrumentos e provisão. O solo estava infestado de tocos, raízes, cipós e exigia cuidados para não ferir os pés. Esperei alguns dias e deitei fogo na mata derrubada. O tempo favoreceu e em alguns dias o terreno estava pronto para o plantio. Os vizinhos cederam-me de bom grado as mudas de que necessitava. Embora as mudas fôssem escassas, plantava em média 15 pés por dia, atingindo o considerável número de 250 pés. Deveria aguardar a colheita um ano.

Enquanto aguardava os primeiros frutos do meu trabalho, continuava a plantar. Os dias não passavam e as minhas reservas tornavam-se escassas: Sobreveio a temporada de chuvas. Os rios transbordaram. O farmacêutico, certa noite, veio, sobressaltado, dizendo que as águas invadiram sua propriedade e êle conseguiu fugir apenas com a roupa do corpo. Queixou-se da situação, não poupou críticas ao Pe. Anusz e decidiu voltar para a América do Norte, afirmando que aqui era um "país selvagem". Até o pintor, que via tudo pelo prisma poético, estava saturado de plantação de bananas.

x x x

Tudo isso trouxe desânimo. Abandonei a plantação à sua sorte. Retornei a Curitiba. Consegui emprêgo na casa de um comerciante bra

sileiro que fornecia víveres aos trabalhadores da construção da estrada de ferro que demandava de Rio Negro. Fui deslocado para um de seus armazéns, situado na cidade. Após um dia de viagem, encontrava-me no armazém, às margens do rio do mesmo nome da cidade.

x x x

Pouco tempo mais tarde fui transferido para Rio Vermelho, localidade situada no ponto culminante da Serra do Mar, no Estado de Santa Catarina. Dessa localidade o trem toma rumo para o litoral e atinge o pôrto de São Francisco. Os trabalhos da implantação dos trilhos por entre a serra eram morosos e ó túneis foram abertos. As chuvas e a cerração atrapalhavam os trabalhos. A estação de Rio Vermelho ficava localizada onde as águas se dividiam, uma parte demandando o mar, e as outras partindo em direção oposta.

Exercia uma função secundária, como auxiliar do chefe do armazém, que era um homem da cidade, com numerosa família. Os dias corriam no trabalho monótono, fornecendo mantimentos aos operários.

x x x

Até esta fase de minha vida eu mesmo providenciava tudo para mim. Veio a época de constituir uma família. Tinha a impressão de que era possível mudar, transformar e adaptar tudo. Sabia que a minha futura espôsa não freqüentava a escola, morando na casa do cunhado, auxiliando sua irmã doentia na educação dos filhos. Entre nós jamais houve uma palestra mais séria. Trocávamos idéias sôbre fatos banais. Após as festas natalinas pedi-a em casamento, determinando a data do casamento para logo após o carnaval do mesmo ano.

A vida da família prendeu-me em casa após o trabalho. Antes disso dedicava o tempo para passeios na região. Afeito a uma vida social, vi-me obrigado a dispender grande esforço para conversar em família. Sentia-me estranho, mesmo meses mais tarde. As notícias eram poucas e alguma coisa que sabia era através de jornais que esporadicamente atingiam estas paragens.

Na colônia montanhosa, Rio Natal, travei conhecimento com o sr. Xavier Minkowski. Estabeleceu-se entre nós uma profunda amizade. Propus-lhe a organização de uma coleta em prol das Legiões Polonesas, em organização na Polônia. Minkowski aceitou a idéia e o comitê foi constituído, do qual ficou presidente. Arrecadou-se uma importância razoável, que foi transmitida a Curitiba.

Minkowski era uma dessas criaturas raras: autodidata, dedicado à causa polonesa, cultivador de suas tradições e devotado aos problemas sociais. Proprietário de uma pequena área rural, com uma casa de madeira, que cedeu para ali abrir uma escola. Até ao meio-dia trabalhava juntamente com a espôsa na lavoura e à tarde lecionava para as crianças da região.

A pequena colônia sonhava com uma capela. Minkowski solicitara ao sacerdote que de tempos em tempos ali passasse para visitar Rio Natal. O Padre anuiu ao convite sob a condição de que os colonos ali construíssem uma capela, sugerindo ainda que a escola fôsse fechada, transformando-a em casa de oração.

O sacerdote prometeu proceder à benção da mesma; Minkowski apresentou a contra-proposta no sentido de que a casa servisse de capela nos dias santificados e nos úteis continuasse como escola.

— “Ou capela ou escola!” — retrucou o padre.

Diante da posição intransigente, os colonos determinaram manter a escola e Minkowski continuou a dirigir as orações. Estes fatos foram-me narradas com profunda tristeza, uma vez que Minkowski era católico praticante.

x x x

Foi breve a minha permanência em Rio Vermelho. Fui transferido para Jaraguá, cidade litorânea e próxima da Serra do Mar, onde a firma possuía outra casa. A localidade era habitada por alemães e tudo era germanizado, a ponto de que ninguém falava o português. As próprias inscrições das casas comerciais eram em alemão.

Em Jaraguá nasceu a nossa primeira filha, que nos trouxe inefável alegria. O pequeno e modesto lar ficou repleto de ruído e problemas familiares. Nos dias santificados e feriados dirigia-me à cidade, onde grangeei inúmeros amigos. Jacinto Czernikiewicz era proprietário de um hotel e o sr. Carlos Wencerski dono de outro. Uma das principais casas da cidade pertencia ao sr. Bernardo Gruby e outra ao sr. José Kaminski. Todavia não faltavam nomes alemães, como Groth, Stein, Bornhaus, Weege, etc. Havia nas proximidades uma colônia, igualmente germanizada.

Conheci o sr. Bernardo Gruby, que acrescentou ao seu sobrenome mais um “b”, bem como seu pai, que era um polonês da região do “kaszuby”, que não conhecia nada da língua alemã. Falava com êle numa linguagem polonesa castiça, enquanto êle se expressava no dialeto de sua região, entendendo-nos perfeitamente. Perguntei-lhe por que seu filho considerava-se alemão. Respondeu que êle nasceu entre alemães no Brasil e por isso ficou germânico. Foi difícil convencê-lo de que nascendo aqui deveria sentir-se brasileiro e jamais alemão. O velho respondeu que era “kaszub”, mas seu filho alemão, pois assim lhe convinha.

Ao receber a visita de um amigo meu polonês, convidei-o para um almôço no hotel do sr. Wencerski. O restaurante localizava-se ao lado da linha férrea, ornamentado de uma ampla varanda, recoberta de trepadeiras com espaçosa sala de jantar, e as plantas tropicais de largas fô-

lhas tornavam o ambiente agradável. Encontramos ali uma mesa lauta, rodeada por um alegre grupo. A cerveja corria a rôdo e os componentes já se encontravam bem alegres. A algazarra avolumava-se, ao levantar dos brindes em homenagem a Guilherme II, conforme deduzi posteriormente. Corria o ano de 1915. Não teria havido maior importância se os meus ouvidos não fôssem feridos por um — “Polnische Legionen...”

Um alemão corpulento principiou a referir-se com sarcasmo às legiões e com freqüência clamava: “Dumme Polen!” Meu companheiro não compreendia, mas eu tinha consciência clara de que estavam zombando dos poloneses.

“— Pouco importa — prosseguia — êles que formem o “kanonen-futter” — depois será mais fácil exterminá-los”.

Cada piada dêsse naipe era recebida por uma estrondosa gargalhada e tudo era perpassado de canções germânicas. Sentia-me sôbre brasas. Não pude suportar, pois os nomes e a zombaria ultrapassaram os limites. Inopinadamente um barulho de vidro quebrado ressoou pela sala. Uma voz ameaçadora de um alemão desconhecido, munido de bengala e de braço levantado, protestou:

“Como podeis zombar desta gente que agora, ombro a ombro, luta conosco, contra o inimigo? São nossos aliados e não permito que alguém os despreze!” — gritava o alemão, dirigindo-se aos alemães em festa.

Todos se calaram diante da feição severa e da aparência majestática do velho alemão. A festa terminou e todos retiraram-se cabisbaixos. Retiramo-nos igualmente e pelo caminho contei ao meu amigo o que se havia passado. Esta foi uma manifestação da selvageria germânica.

x x x

Recebi o jornal “Wici”, publicado nos Estados Unidos. No Brasil existia “Ogniwo”. Na edição do “Wici” li a notícia da morte de meu irmão Miecislau, que ingressou nas legiões. Durante dias não pude me conformar com a morte do irmão caçula, de 18 anos de idade.

x x x

Os dias corriam. Recebi carta da firma, avisando-me da transferência para a filial de Serra da Esperança. Imediatamente viajei para a nova sede, uma vez que o clima tropical era nocivo à saúde. A nova cidade localizava-se entre as cidades de Mal. Mallet e Cruz Machado, que nesta iniciava a colonização. Levando comigo os pertences dirigi-me de trem até o nôvo local de trabalho. Pela viagem estive em Ponta Grossa e depois algum tempo em Mallet, onde residia meu tio, que nos recebeu gentilmente, pois não nos tínhamos visto há anos. O clima aprazível da serra fêz bem a saúde combalida pela febre amarela, que desapareceu como que por encanto.

Marechal Mallet continuava um centro de colonização polonesa. A recém-inaugurada escola Nicolau Copérnico, a próspera colônia polonesa e os imigrantes ucranianos constituíam-se num grande contraste com a colônia alemã, que ali se encontrava em franco declínio e abandono. Visitei a escola onde lecionavam os professores: Casimiro Ruzinski e Francisco Lyp. Palestramos demoradamente. Visitei ainda os velhos conhecidos Roman Paul, R. Krzesimowski, T. Sluchorski, Baziewicz, Trojan e outros co-fundadores do Ginásio Maletense. Sentia-me inteiramente à vontade entre os poloneses, após alguns anos de ausência.

x x x

A minha permanência, todavia, era passageira nesta cidade e devia seguir para a Serra da Esperança, localidade situada no mais culminante ponto da mesma. O vento montanhês soprava no planalto de modo que a face e as mãos amorteciam de frio. A localidade consistia de algumas casas de madeira, caídas, dispersas pela região inóspita. O vizinho mais próximo morava a 1 km. A casa comercial situava-se no cruzamento de duas picadas, transponíveis somente a cavalo. As mercadorias eram transportadas em lombo de burro. Havia uma única estrada carroçável, feita para fins de colonização, de Cruz Machado, e ligava esta cidade a Mallet.

Diariamente os colonos vinham de Cruz Machado, com destino a Mallet, onde deveriam vender os produtos, especialmente erva-mate. Compravam alguns gêneros e nestas viagens aqui faziam as pousadas, congregando-se diante do negócio, onde ardia uma fogueira. Dormiam nas carroças, debaixo dos toldos, e ao amanhecer prosseguíam a viagem. Desta forma pude travar contactos com velhos colonos, palestrando com os mesmos. Em temporadas de chuva não aparecia viva alma e a Serra da Esperança afundava em profundo silêncio.

Algum tempo mais tarde meu tio Casimiro veio visitar-me e convenci-o de que permanecesse comigo, a fim de ajudar-me na tarefa do negócio.

x x x

Um belo dia deteve-se diante do meu negócio uma carroça. Um jovem apresentou-se como representante da justiça e veio com o objetivo de tomar o negócio. Soube, então, que a firma para a qual estava trabalhando tinha falido. Depositei em suas mãos a conta e a mercadoria. Fizemos o balanço e empacotamos os víveres, os quais fiquei encarregado de levar até Mallet e entregá-los. Poucos dias mais tarde, novamente, encontrava-me em viagem, desconhecendo o futuro. Temporariamente fiquei com o tio, planejando. Possuía uma carroça, cavalos, uma "Winchester" e algumas parcas economias. Meditei durante alguns dias sobre o que deveria fazer. Com os parcos recursos não pode-

ria abrir um negócio por conta própria. Enquanto traçava os planos fui conhecendo mais de perto a cidade de Mallet. Recebi inúmeros conselhos de amigos entre outros o de abrir uma fábrica de gasosa. Aluguei um barracão e comecei a produzir limonadas e outros sucos. Distribuía o produto entre os comerciantes, travando melhores contactos com os proprietários. A carroça era um grande auxiliar na tarefa de distribuição.

Mais tarde tornei-me guarda-livros de firmas locais. Não eram grandes organizações, mas negócios em estilo colonial. Apesar de muito trabalho, os meus honorários eram poucos. Mal bastavam para a manutenção da família. À noite participava das reuniões que se realizavam na casa do Sr. Roman Paul, protetor da escola. As palestras versavam sôbre temas sociais e sôbre a Primeira Guerra Mundial.

Tinha a impressão de morar numa cidade provinciana da Polônia. Aos domingos e dias santificados, os colonos chegavam à Igreja. O pátio em frente era tomado por carroças e as mulheres, trajadas à moda das aldeias polonesas, reuniam-se em grupos e palestravam em altas vozes. Os homens, por seu turno, formavam grupos alegres, fumando cachimbos e confabulavam sôbre temas locais e sôbre a lavoura.

Ao repique dos sinos, anunciando o início dos ofícios religiosos, os homens, as mulheres e as crianças lotavam a igreja. Ao meio-dia as carroças se dispersavam e a cidade agitada caía em silêncio para o restante do domingo. Os moradores da cidade visitavam os amigos e jogavam baralhos. Outros descansavam. A mocidade reunia-se sob a sombra de árvores e palestrava com as meninas.

Durante a semana o único movimento eram os colonos que traziam os produtos para a venda e vinham comprar mercadorias nos armazéns. Os imigrantes surgiam de tempos em tempos, com destino a Cruz Machado. As velhas colônias de Rio Claro, picotadas em vicinais, dirigiam-se em linha reta até as margens do Iguaçú.

Nas colônias as casas eram encantadoras. Situadas em meio a laranjeiras e pinheiros, apresentavam um panorama semelhante ao existente na região dos Cárpatos, ou Lublin, na velha Polônia. O centro de tôdas estas colônias era Rio Claro, com uma igreja matriz cuja tôrre altaneira e a escola local formavam um agradável conjunto que os colonos chamavam entre si de "Chestochowa". As crianças loiras, alegres e barulhentas, emolduravam o ambiente, e a saudação universal era o "Louvado seja..."

As notícias sôbre a guerra eram acompanhadas e comentadas amplamente. Todos sentiam-se filhos da mesma Mãe-Pátria. Na escola Maletense os professores praticavam exercícios militares com os alunos. Dispendi, o que não é de estranhar, muito tempo na observação desta vida rica em atividades. Esqueci que me encontrava no Brasil, pois ali não se falava o português e até os brasileiros da cepa falavam polônês.

Nesta época a minha família aumentou com o nascimento do filho. Os meus proventos eram tão pequenos que mal podia manter-me, isto porque a região, eminentemente agrícola, não oferecia maiores oportunidades.

Recebi a visita do conhecido colono Lopacinski. Era sócio de um comerciante, cuja contabilidade estava sob os meus cuidados. Contou-me em segredo que estava em vias de desfazer a sociedade e propôs que fizesse uma sociedade com êle. Não possuía recursos, afirmei-lhe categoricamente. Retrucou que confiava em mim, o que era mais importante. Disse mais, que não tinha condições e preparo para gerir uma firma comercial. Pelos motivos expostos, aceitei o convite. Procuramos uma cidade adequada para o estabelecimento e era nossa intenção começar imediatamente o trabalho. As condições eram vantajosas sobremaneira, uma vez que êle daria o capital e a minha contribuição seria o trabalho.

Os fatos começaram a caminhar bem. As perspectivas aparentavam-se boas e já comecei a pensar que, conseguidos alguns recursos, retornaria à Polônia, a fim de dar início a uma nova vida na Pátria de origem.

Para a nossa firma escolhi uma estação próxima, onde principiava uma nova cidade. Fui com o sr. Lopacinski à localidade Roxoroiz e lá escolhemos uma casa de madeira com um armazém anexo que adquirimos imediatamente. Reuni os meus pertences e transladei-os de carroça para a nova cidade e nova tarefa.

x x x

Nas velhas colônias de Mallet, o movimento comercial não era mau, pois havia milhares de colonos espalhados pela região. Aqui havia poucos colonos e em alguns dias ninguém aparecia na cidade. A maioria era composta de caboclos, que cultivavam a terra de forma totalmente primitiva e não vinham, como nas plagas habitadas por poloneses, fazer as suas compras nos armazéns. O movimento comercial era pequeno e comecei a pôr dúvidas se teria condições de ganhar o sustento para a família, embora as terras da região fôsem férteis. Havia falta de gente em condições de cultivá-las.

Passava dias inteiros sentado à soleira da porta, aguardando clientes. O arrependimento veio. Em Mallet a vida era outra, o meio diferente. Aqui, encontrava-me num verdadeiro deserto. Passaram-se os meses. Enquanto isso, as colônias superpovoadas da faixa de Curitiba principiaram a buscar terras melhores, aparecendo em Roxoroiz. Fiz propaganda a fim de aliciar o maior número de imigrantes possível. O clima bom, as terras férteis, agradavam, de modo geral, aos colonos, embora não tivessem pressa em mudar, uma vez que estavam afeitos à localidade, à Igreja e à escola que possuíam em suas velhas colônias. Prometi-lhes um padre permanente para a cidade, bem como uma es-

cola para as crianças e uma sociedade. Vieram alguns e depois outros, todos poloneses. Roxoroiz em pouco tempo foi colonizado.

Conforme a promessa, consegui um padre. Os colonos, com os recursos da venda de antigas propriedades, organizaram suas moradias. Desta forma formou-se um ambiente polonês. Vinham a Roxoroiz fazer suas compras e pedir conselhos, quanto à aquisição de terras.

Em momentos de folga visitava os colonos, apreciando seu trabalho na organização das novas propriedades, desbravando a floresta virgem. Percebi que havia uma grande diferença entre o imigrante recém-vindo, sem dinheiro, sem o preparo para o amanhã da terra, sem os instrumentos adequados, sem a prática, sofrendo de saudade e nostalgia, cercado de estranhos, e os colonos mais antigos, estabelecidos aqui há mais tempo.

Os primeiros encontravam dificuldades em tudo. Tudo lhes era difícil. Os segundos faziam as coisas com naturalidade. O sol tropical fustigava com seus raios impiedosos os imigrantes, retirando-lhes as energias para o labor. O imigrante mais antigo não sofria a inclemência, conseguindo descansar à sombra de árvores, ou em casa, trabalhando de madrugada e ao anoitecer.

Os próprios instrumentos agrícolas aos quais o imigrante mais velho estava afeito, ajudavam. O colono antigo, com recursos, empregava outros meios, melhores, ao passo que o nôvo era obrigado a defender-se por sua conta e à sua maneira.

No decurso de um ano de trabalho, os colonos velhos já tinham os seus produtos agrícolas. O movimento do meu armazém melhorou consideravelmente. As minhas relações com os recém-vindos eram excelentes. Era urgente organizar uma sociedade polonesa.

Aqui termina a primeira parte do meu trabalho pioneiro e tem início uma nova fase em minha vida. Independente no setor econômico, tive maiores oportunidades para me dedicar ao trabalho social.

Corria o ano de 1917. Aqui ponho o ponto final na primeira parte de minhas memórias.

Tradução prof. F. Dranka.

TEXTOS E DOCUMENTOS

Nesta seção dos ANAIS serão publicados documentos históricos primários: conceitos emitidos através da imprensa, depoimentos de autoridades, cartas etc.

A publicação de tais fontes primárias visa contribuir para o desenvolvimento dos estudos históricos referentes à imigração polonesa no Brasil. O acesso dos historiadores de língua portuguesa a tais fontes é muitas vezes difícil, o que torna a sua publicação, pelo menos em parte, assaz necessária.

Neste primeiro volume dos ANAIS, trazemos depoimentos emitidos pela imprensa polonesa. Trata-se de GAZETA POLSKA, jornal de língua polonesa editado em Curitiba, referente ao ano de 1893 e do KALENDARZ POLSKI do ano de 1901, editado em Pôrto Alegre por Feliks Bernard Zdanowski. Dada a raridade desses documentos, pois o primeiro é praticamente inexistente no Brasil e o segundo, embora mais freqüente, é igualmente uma raridade, incluímo-los neste primeiro número dos ANAIS.

Visando uma melhor apresentação, o texto original apresentará um título que é da Redação. As fontes, os autôres, se porventura existirem, e demais referências serão também apresentados, se assim fôr julgado necessário.

A Redação

ASPECTOS DA FIXAÇÃO DOS POLONESES NOS CAMPOS GERAIS

“Muitos, convidados ou não, escreveram sôbre as colônias polonesas no Paraná; mas, a respeito das localizadas na região de Ponta Grossa e Castro ninguém se manifestou, embora existam 15, com mais de 200 famílias, disseminadas pelos Campos Gerais. Como tôdas as colônias, essas também foram mal conduzidas, não por falta do govêrno, mas pela inconsciência dos líderes da colonização, que se locupletavam com os recursos destinados à implantação e estabelecimento dos imigrantes, enquanto êsses passavam fome e necessidades.

De conformidade com o contrato, o govêrno obriga-se a sustentar os colonos até as primeiras colheitas; mas, em vista de informações falsas de que os poloneses eram “vagabundos”, o govêrno decidiu sustar qualquer auxílio. Os colonos, para não morrerem de fome, lançaram mão do gado dos grandes fazendeiros, matando os animais que pastavam nos pastos selvagens, conseguindo dessa forma sobreviver até que viesse a primeira colheita. Assim conseguiram manter-se unidos, não acontecendo como nas colônias de Rio Claro, onde se disseminaram.

Em vista da matança de cabeças de gado, surgiram divergências entre os poloneses, que lutavam pela vida, e os fazendeiros, que defendiam suas propriedades. O mais afamado, pela fúria contra os imigrantes, era um tal Domingos Ribas. Embora atualmente os colonos já possuam seu pão quotidiano, êle não deixa de persegui-los com seus negros, batendo e maltratando, não só os homens, mas as mulheres e até as crianças.

Há anos êle vendeu as terras ao govêrno, para que alí fôssem instaladas colônias. Não se retirou das mesmas, embora já estivessem morando ali os imigrantes, utilizando os campos como outrora e procurando despejar os colonos poloneses.

Há dias os seus capangas negros assaltaram os lavradores de Capão Grande, travando-se uma luta entre seis poloneses e os capangas do Ribas. Dois dos pretos foram mortos, enquanto os poloneses receberam ferimentos e estilhaços de armas de fogo. Três colonos foram presos e o que lhes vai suceder, aguardamos com impaciência. Após êsses acontecimentos procuram, mediante pressão, afastar os colonos de Capão Grande, mas êle não cedem, pois ali estão bem, a não ser que o govêrno os transfira. Isso igualmente seria uma violência, e contrário aos interêsses e propósitos que fixaram os colonos.

As terras, outrora ocupadas pelos alemães russos, foram ocupadas por poloneses, que cultivam e criam gado. Estão conseguindo um bem-estar relativo, fazendo com que as cidades de Ponta Grossa e Castro prosperem no setor comercial e industrial.

Move-se uma perseguição a homens pacatos e trabalhadores, razão por que reina uma expectativa sôbre a atitude que o govêrno deverá tomar: Irá sacrificar os interêsses públicos em benefício dos negócios particulares?"

(Gazeta Polska, 9 de julho de 1893, n.º 1.º, Ano II)

IGUALDADE DE DIREITOS

“O número de poloneses no Brasil eleva-se a trinta mil. São homens livres, vivendo numa República livre. São trinta mil pacatos e laboriosos trabalhadores. Movimentam-se nesta terra, arrancando do solo os benefícios e colaborando assim com a coletividade, aumentando a população e propiciando dessa forma o progresso, pois auxiliam a indústria, comércio e as profissões.

Pode parecer que nesta terra, comum a tôdas as nacionalidades, existe uma legislação idêntica. As coisas correm de forma diferente. São trinta mil escravos brancos, aos quais só é permitido trabalhar. Nas organizações municipais e estaduais não há lugar para êles. Não tomam parte ativa por não pertencerem à casta privilegiada dos brasileiros. Podem votar para eleger funcionários públicos e delegados governamentais, mas recebem as listas já prontas. Esse fenômeno é idêntico para os membros de outras nacionalidades.

Existem porventura, em posição de mando, homens de outras nacionalidades? Quando um estrangeiro foi eleito para o Congresso Estadual ou para postos federais? O povo que pelo suor de seu rosto conquistou a cidadania, arrancando do solo os frutos e os tesouros, é relegado a cada passo e perseguido.

“Vós, estúpidos poloneses, deveis cultivar a terra que recebestes; a nós cabe ditar-vos as leis.” Qual é a fonte desse privilégio? Qual é a razão pela qual os privilegiado nos podem falarem semelhante linguagem? A terra, em que pacificamente estabelecidos, hoje cultivamos, foi outrora propriedade dos índios, hoje conhecidos como Bugres. Essas glebas, salpicadas de sangue de milhares de bugres trucidados, foram-lhes arrebatadas pelos ádvenas portuguêses. Essas plagas, açambarcadas e logo depois abandonadas, nós hoje as regamos com o suor e as tornamos produtivas pelo trabalho, transformando-as em fonte de alimentos para a coletividade. Nós, poloneses, somos homens pacíficos, não invadimos essas terras empunhando espada, mas não permitiremos que tripudiem sôbre nós. Para alcançar a cidadania plena, com igualdade de direitos, não deveriam servir de medida o número de anos, mas as conseqüências e os frutos da presença do homem. Quem colaborou para implantar no Estado do Paraná a civilização, senão os imigrantes vindos do além-mar? Os poloneses e italianos introduziram a lavoura e os alemães a indústria e o comércio; conseqüentemente, devem ser-lhes tributados direitos iguais aos dos antigos imigrantes portuguêses.

Para alcançar êsses direitos, nós poloneses devemos marchar não com armas desembainhadas, mas em paz, em harmonia e com amor. Não será o chapéu na mão, nem o boné pedinte, menos ainda o cálice de cachaça ou a garrafa de cerveja a nossa recompensa; mas a consciência tranqüila e o sentimento do dever cumprido para com a nossa nacionalidade”.

(Gazeta Polska, 16 de julho de 1893, N.º 2, Ano II)

O CLERO E A PRESERVAÇÃO DA POLONIDADE

“Algumas dezenas de milhares de poloneses estabeleceram-se nas terras brasileiras. Sem exceção, pertencem à Igreja Católica. Todavia, no Brasil, entre os católicos, são tratados como filhos da madrasta. Uma população visceralmente católica, afeita à Igreja e seus ritos, está deserdada da graça que leva à salvação, ficando em perigo de perder a fé e conseqüentemente a nacionalidade. Sabemos que o polonês privado da fé, “ipso facto”, está privado do sentimento de nacionalidade, do que existem inúmeros exemplos.

Alguns sacerdotes que aqui se encontram para tratar do múnus pastoral, são insuficientes para atender à nação inteira. O maior óbice, contra o qual as melhores intenções se esboroam, é a aversão aos estrangeiros, inclusive aos sacerdotes poloneses.

Há três anos existiam no Paraná, nos arredores de Curitiba, quatro capelanias polonesas, duas das quais foram suprimidas, tendo sido anexadas a paróquias brasileiras; uma está suspensa, donde se deduz que só uma existe realmente. As recém-fundadas colônias às margens do Iguazu, nas proximidades de Palmeira e Ponta Grossa, estão em condições de organizar suas paróquias independentes, uma vez que a população assume o compromisso de manter o sacerdote; mas muitas águas rolarão pelo leito do rio até que isso se concretize. Enquanto isso o povo está se afastando da Fé, de Deus e da nacionalidade, numa palavra, está se “abrasileirando”.

O povo polonês não admite sacerdotes brasileiros, cuja língua e ritos desconhece. O rito e a fé estão unidos. Quem desconhece o rito e a língua evita a Igreja, que fala uma linguagem desconhecida. Eis a razão porque os poloneses não aceitam a “fé brasileira”. A repulsa ao “abrasileiramento” é um ato instintivo. As tendências do assim chamado partido histórico (republicanos dos tempos do Império) estão voltadas para o “abrasileiramento”.

A única defesa de nossa população no exterior são os sacerdotes poloneses e o ritual da Igreja, pois as escolas, cujo número é diminuto, são insuficientes.

Quem poderá deter essa ameaça moral que paira sobre o nosso povo? Quem cuidará das medidas e dos remédios necessários para tanto? Únicamente aqueles que lutaram e lutam até o presente pela nossa nacionalidade, oprimida na Europa e que são os representantes de Cristo

em Roma. Mas, quem levará ao seu conhecimento as nossas necessidades e perigos? Sois vós, patrícios da Polônia: levai ao Santo Padre os nossos humildes pedidos; intercedei por êste pugilo de fiéis, para que Sua Santidade empenhe sua palavra, pois diante dela e da majestade do Representante de Cristo, todos se curvarão."

(Gazeta Polska, 22 de julho de 1893 — N.º 3, Ano II)

OS POLONESES E O PROGRESSO

“Há alguns anos teve início um extraordinário progresso no Estado do Paraná, especialmente nos arredores de Curitiba. A instalação dos centros de imigrantes poloneses, pela sua laboriosidade, tornou-se a primeira das causas dêsse desenvolvimento. Eles fixaram-se nessas regiões em 1870, nas colônias a êles destinadas pelo govêrno. Os imigrantes italianos sòmente vieram para cá após a construção da estrada de-ferro entre Paranaguá e Curitiba. Em 1872 existia a colônia de Alessandra, distante 12 km de Paranaguá, pertencente ao dinâmico sr. Sabino Tripoli.

A segunda causa do progresso foi a construção da via férrea que liga Paranaguá a Curitiba, e daí prossegue para o interior. Quem conheceu Curitiba, há dez anos, não a reconhece mais. Desapareceram os baixios úmidos que cercavam a velha e pequena cidade, e os outeiros estéreis hoje constituem a nova cidade. Êsses lugares hoje são povoados principalmente por estrangeiros. Grandes armazéns, casas comerciais e dois estabelecimentos bancários, localizados na “cidade velha”, movimentam consideráveis somas. O comércio de erma-mate é considerável, bem como sua exportação para as repúblicas espanholas. Eis os sinais de prosperidade e progresso da capital, com repercussões em todo o Estado.

Há meses foi entregue ao tráfego a via férrea que leva à Lapa e por outro lado conduz a Restinga Sêca e Palmeira, para depois alcançar Ponta Grossa, onde deverá unir-se à linha que interligará São Paulo ao Rio Grande do Sul. De Restinga parte um ramal que leva à localidade denominada “Laranjeiras”, que impròpriamente levou o nome de Pôrto Amazonas, pois a uma milha de distância em linha reta encontra-se, às margens do Iguaçu, a localidade denominada Pôrto Amazonas. O pôrto encontra-se em franco desenvolvimento... Ambos êsses pôrtos não existiam, há vinte anos, pois a navegação fluvial era considerada difícil e dispendiosa. Os moradores circunvizinhos desconheciam a jangada, as embarcações e mesmo as conhecidíssimas canoas, de que nenhum brasileiro prescinde, quando habita as proximidades do mar ou dos rios que nêle desembocam. Os nativos que habitam estas paragens de matas virgens às margens do Iguaçu, que iniciam nos Campos Gerais, acostumaram-se ao transporte de lombo de burro, que constituía o primeiro meio de transporte.

Hoje, podemos com tôda a facilidade viajar por via fluvial até Rio

dos Patos, São Mateus, Rio Claro e União da Vitória. O caminho é sobremodo fácil, evitando a penosa distância por terra. O pagamento é pequeno. O transporte é feito mediante um módico pagamento. São três as embarcações motorizadas, sendo duas do Cel. Amazonas Marcondes e uma terceira pertencente a brasileiros, Marques & Cia.

Circulam notícias de que a Cia. Burmester, Thon Cia. de Curitiba, está importando uma nova embarcação, chamada "Curitiba", especialmente destinada a fazer a travessia em águas rasas do Iguazu e Rio Negro. Essa unidade deverá destinar-se ao transporte de passageiros e material. Novas perspectivas abrem-se diante dos moradores dessas regiões limítrofes dos dois rios."

(Gazeta Polska,)

DADOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS DAS COLÔNIAS

“O Paraná é uma das 20 províncias brasileiras. No ano de 1872, sua população totalizava 108.500 habitantes. A atual estatística traz como sendo 180.644 almas existentes do Paraná. A população polonesa, no ano de 1884, contava com 6.500 pessoas distribuídas principalmente nas seguintes localidades, que abaixo discriminamos com os lotes e sua área:

Lamenha	800 pessoas	139 lotes	6 hectares (cada um)
Santa Cândida	350	64	9
Santo Inácio	400	70	5
Orleans	350	65	12
Riviera	500	97	15
D. Pedro	120	25	14
D. ^o Augusta	200	36	5
Tomás Coelho	1.400	270	4
Muricy	380	12	6
Insp. Carvalho	190	34	8
Zacharias	140	30	13
Abranches	360	94	5
Pilarzinho	150	30	5

Aproximadamente 150 famílias encontram-se estabelecidas em propriedades particulares. Posteriormente foram organizadas as colônias de S. Cristina e Alice na região de Campo Largo, povoadas por 48 famílias oriundas da Silésia e Prússia Oriental.

Essas foram fundadas em 1876, durante os governos dos Drs. Lamenha Lins e Taunay, que foram os primeiros brasileiros a olharem com simpatia os imigrantes poloneses. Segundo a estatística deste ano, a população polonesa, disseminada pelas diversas regiões do Paraná, é de 10.300 almas.”

(GAZETA POLSKA, 22 de julho de 1893, Ano II, n.º 3)

SUL DO PARANÁ

“...A região mais propícia para a colonização no momento é a do Paraná Meridional, nomeadamente as planícies às margens dos rios Iguaçu e Negro, onde o clima é saudável, especialmente aos poloneses.

A razão da minha afirmativa é comprovada pela situação em que se encontram as colônias de Água Amarella (Antonio Olynto), São Mateus, Água Branca e especialmente Rio Claro e Lucena (atual Itaiópolis no Estado de Santa Catarina). A recém-fundada “Sociedade Comercial e Colonizadora”, com sede em Lwów, deveria interessar-se por essa região.

A minha missão é descrever a colônia de Lucena, que no seu conjunto em pouco diverge das demais.

Foi fundada em 1891, pelo govêrno Federal, quando o Barão de Lucena dirigia o Ministério da Agricultura. A Colônia recebeu o nome como homenagem àquele homem público. Situa-se na linha divisória entre o Paraná e Santa Catarina, na faixa denominada “Zona Contestada” e dista 33 km de Rio Negro. Localiza-se às margens de um rio navegável e está ligada a Curitiba, Capital do Paraná por linha férrea, e mediante via carroçável com as colônias de São Bento e Joinville, bem como, através desta última, com o pôrto São Francisco, um dos melhores do Sul do País, com um futuro realmente promissor.

Essa estrada deveria ser boa, uma vez que atravessa uma região de terra arenosa e passa pelas elevações dos planaltos, desde que houvesse um ou dois encarregados de sua conservação, mediante uma pequena remuneração aos mesmos, os habitantes teriam uma boa via de comunicação. Infelizmente assim não ocorre, pois deixa-se a estrada até que fique intransitável, mesmo a pé, como sói acontecer no Brasil, para depois tomarem-se as providências.

Sòmente depois que muitas carroças foram quebradas, muitos cavalos sacrificados, muitas pessoas feridas e até saldos de mortes, como já sucedeu, e depois que dezenas de petições foram enviadas ao Govêrno Estadual, êste decide dispender 10 mil contos de réis para reparar a via de comunicação, não deixando de apaniguar algum afillhado, pois todos tem conhecimento como no Brasil são geridos os dinheiros públicos.

Atualmente a estrada entre Rio Negro e Lucena é sofrível, pois foi consertada em dezembro do ano passado, precisamente sob a pressão eleitoral, com que o govêrno Federal procurou conquistar as simpatias dos eleitores — todavia não conseguiu. A estrada, apesar de reparada

The following table shows the results of the survey conducted in the year 1950. The data is presented in two columns, with the first column representing the number of respondents and the second column representing the percentage of respondents.

Category	Number of Respondents	Percentage
Male	120	60%
Female	80	40%
Age Group 18-25	30	15%
Age Group 26-35	40	20%
Age Group 36-45	50	25%
Age Group 46-55	30	15%
Age Group 56-65	20	10%
Age Group 66+	10	5%

The survey results indicate that the majority of respondents are male and in the 36-45 age group. This suggests that the survey may have been more targeted towards this demographic.

The data also shows a distribution across age groups, with a notable presence in the 26-35 and 36-45 ranges. This could be useful for tailoring future research or programs to these specific age demographics.

(3)

SUL DO PARANÁ

“...A região mais propícia para a colonização no momento é a do Paraná Meridional, nomeadamente as planícies às margens dos rios Iguaçu e Negro, onde o clima é saudável, especialmente aos poloneses.

A razão da minha afirmativa é comprovada pela situação em que se encontram as colônias de Água Amarella (Antonio Olynto), São Mateus, Água Branca e especialmente Rio Claro e Lucena (atual Itaiópolis no Estado de Santa Catarina). A recém-fundada “Sociedade Comercial e Colonizadora”, com sede em Lwów, deveria interessar-se por essa região.

A minha missão é descrever a colônia de Lucena, que no seu conjunto em pouco diverge das demais.

Foi fundada em 1891, pelo governo Federal, quando o Barão de Lucena dirigia o Ministério da Agricultura. A Colônia recebeu o nome como homenagem àquele homem público. Situa-se na linha divisória entre o Paraná e Santa Catarina, na faixa denominada “Zona Contestada” e dista 33 km de Rio Negro. Localiza-se às margens de um rio navegável e está ligada a Curitiba, Capital do Paraná por linha férrea, e mediante via carroçável com as colônias de São Bento e Joinville, bem como, através desta última, com o pôrto São Francisco, um dos melhores do Sul do País, com um futuro realmente promissor.

Essa estrada deveria ser boa, uma vez que atravessa uma região de terra arenosa e passa pelas elevações dos planaltos, desde que houvesse um ou dois encarregados de sua conservação, mediante uma pequena remuneração aos mesmos, os habitantes teriam uma boa via de comunicação. Infelizmente assim não ocorre, pois deixa-se a estrada até que fique intransitável, mesmo a pé, como sói acontecer no Brasil, para depois tomarem-se as providências.

Sòmente depois que muitas carroças foram quebradas, muitos cavalos sacrificados, muitas pessoas feridas e até saldos de mortes, como já sucedeu, e depois que dezenas de petições foram enviadas ao Governo Estadual, êste decide dispender 10 mil contos de réis para reparar a via de comunicação, não deixando de apaniguar algum afilhado, pois todos tem conhecimento como no Brasil são geridos os dinheiros públicos.

Atualmente a estrada entre Rio Negro e Lucena é sofrível, pois foi consertada em dezembro do ano passado, precisamente sob a pressão eleitoral, com que o governo Federal procurou conquistar as simpatias dos eleitores — todavia não conseguiu. A estrada, apesar de reparada

há pouco tempo, já começa a piorar, tendo em vista as chuvas e a mata que rodeia o caminho. Os próprios condutores das carroças contribuem para tanto, pois quando a carroça encalha removem a terra, formando-se em seguida uma lama e valetas no leito do caminho. Nessa via deveria ser proibido o tráfego de carroções tirados por quatro parselhas de animais.

Os primórdios da colonização de Lucena, como das demais colônias governamentais, foram lastimáveis. Essa empresa custou aos cofres públicos verdadeira fábula, que em sua grande parte foi para o bolso dos funcionários. Ao invés de levarem os colonos para o seu destino, oferecendo-lhes oportunidades de trabalho na construção de casa e na derrubada das florestas, foram alojados em barracões na cidade de Rio Negro. Ali ficaram durante um ano, alimentando-se com feijão, carne seca, farinha de milho e toucinho. O estômago polonês, não afeito a esse tipo de alimento, delibitou a saúde dos imigrantes. Viviam numa situação de falta de higiene e preguiça.

A mortandade era elevada e apavorante. Para cúmulo da desgraça, o rio transbordou de tal forma que os moradores mais velhos não tinham lembrança de semelhante calamidade. Com a baixa das águas, a mortalidade aumentou ponderavelmente nos barracos, repletos de gente como sardinhas em lata.

Enquanto os barracos permaneciam regurgitando de imigrantes inativos, a medição de terra e dos lotes, bem como a construção de casas, foi entregue a especuladores que ganhavam ou, dizendo a verdade, roubavam escandalosamente. Apresentavam três ou quatro vezes mais na prestação de contas do que realmente realizavam. Quase metade dessas importâncias destinava-se aos bolsos dos funcionários, que eram uma plêiade e que puderam viver tranqüilamente por largos anos.

Os funcionários mais categorizados viviam em Rio Negro ou Curitiba. A medição e o nivelamento das estradas foi entregue aos cuidados de incompetentes: alfaiates, sapateiros e outros gênios semelhantes que poderiam entender de couro ou pano, mas jamais de estradas em plena floresta. Um desses "engenheiros" portugueses não escrevia, nem lia. Eis a razão porque a obra desses "mestres" se apresenta tão "perfeita". Ainda que trabalhassem em terrenos excelentes para medição, conseguiram fazer tais estradas que em tempo de chuva é quase impossível vencer os topos. A via desce do cume da serra para as baixadas e daí ziguezagueia para os cumes mais elevados. Assim sucede em tôdas as colônias, fazendo com que belas localidades percam em valor. Corrigir esses erros será impossível e um dia as câmaras municipais terão muito que fazer para concertar as falhas, com grande dispêndio de recursos, sacrifícios e contratempos.

O mesmo sucede com os lotes. Alguns não possuem acesso e o proprietário é obrigado a vaguear pelas divisas alguns quilômetros, para alcançar a primeira picada, enquanto outros estão recortados por

duas ou três sendas. No papel todos os caminhos apresentam-se retos e as divisas entre os lotes, certas. Cada colono possui 10 alqueires (25.000 m²), pelo menos é o que consta nos "títulos" de propriedade. Se porventura acontecer que algum colono necessite fazer a medição de nôvo, uma vez que os marcos desaparecem com facilidade, e basear-se pelo título, terá o dissabor de ouvir a discordância dos vizinhos, pois tirou de cada um uma parcela de sua propriedade. A medição sempre foi feita dessa forma e nisso quem levou vantagem foi o agrimensor. Com freqüência chegou-se a perder metade do lote, em vista do que surgem desavenças e intrigas e o govêrno terá que rever um dia o trabalho da medição.

Deixando de lado êsses descasos praticados por desleixados e inescrupulosos funcionários, a colônia prospera e aumenta. As terras são aptas ao cultivo de milho e feijão, bem como outros cereais, quer nos outeiros, quer nas baixadas. A minha impressão é de que as terras planas têm um futuro mais promissor do que os planaltos requebrados. Êsses têm o defeito de serem pedregosos e, em vista das constantes queimadas da mata e das tigüeras (os colonos julgam que essa é a única maneira de tornar a terra cultivável), o humo é carregado para os lugares mais baixos, de forma que os montes poderão transformar-se em montanhas pedregosas, em poucos anos. As terras férteis e próprias para a cultura poderão virar um deserto, como sucedeu na Palestina e outros países do Oriente Médio.

Com a queda da floresta haverá escassez de chuvas e teremos um deserto. Êsse temor é ainda remoto, pois há muita mata, mas em vista do grande crescimento demográfico isso acontecerá, se os dirigentes não adotarem uma política defensiva de nossas florestas e posteriormente não trataram do reflorestamento.

As glebas requebradas de Lucena prestam-se para o cultivo de videiras e fumo, pois o clima é favorável para tanto, embora o nosso povo não se preocupe com isso e nem procure compreender êse ramo de atividade. No que diz respeito à terra leve, ela somente poderá se tornar rendosa após a implantação de uma cultura racional.

Atualmente ela não se presta para o cultivo do milho e do feijão, ainda que seja excelente para as culturas de aipim, mandioca e outros produtos comerciáveis. A principal falha dos nossos colonos é a falta de união, para que com esforços conjuntos e com os recursos unidos possam construir na localidade um moinho para fabricação de farinha de milho e lúpulo. Já estou cansado de falar a respeito disso. Tudo em vão, pois falta união.

A população de Lucena conta atualmente com 6.000 almas. Existem 32 casas comerciais, sendo algumas bem equipadas. Há duas igrejas, uma maior, no centro da colônia, e outra menor, na cidade. O padre Wyzynski toma conta do múnus pastoral e dos problemas espirituais. Nos últimos tempos os Unitas (ucranianos) construíram também

duas capelas. Existem 3 escolas, mas apenas estão vegetando. Desde anos existe a Sociedade Polonesa "Tadeusz Kosciuszko", que tem por escopo a propagação da cultura da Polônia no seio dos poloneses, mediante bons livros e jornais. A Sociedade ainda fornece sementes selecionadas aos colonos, duas vezes por ano. Eis alguns estabelecimentos de Lucena: 3 serrarias, alguns moinhos, duas fábricas de cerveja, farmácia, alguns profissionais liberais e técnicos, como sapateiros, seleiros, carpinteiros, ferreiros, etc.

O fenômeno mais curioso de Lucena é a grande quantidade de condutores de carroças (carroceiros). Pelo menos 50 colonos dedicam-se à compra dos produtos agrícolas nas colônias e transportam-nos para Rio Negro, onde realizam a venda dos mesmos e compram os mantimentos procurados pelos habitantes locais. Isso é de grande proveito para a colônia, por um lado, pois tudo o que produzem é vendido, mas por outro nota-se um abandono da lavoura, uma vez que aumenta o número de comerciantes.

Os comerciantes por seu turno, como é óbvio, não vêm com bons olhos essa comercialização, pois são obrigados ao pagamento de impostos, ao passo que os colonos que trabalham com seus carroções, são isentos do imposto; conseqüentemente sua margem de lucro é bem maior. Até o presente as reclamações partidas dos comerciantes ficaram sem efeito, pois o comércio de Rio Negro beneficia-se da transação com os carroceiros.

A situação da colônia Lucena é muito boa e ainda existem expectativas de melhores dias, pois está na rota da futura estrada, que demandará o interior de Santa Catarina, bem como para as colônias de São Bento e Blumenau.

Podemos afirmar sem temor que Lucena é a muralha contra a germanização, que as colônias acima mencionadas pretendem exercer. A pressão que fazem é realmente considerável. Cito como exemplo as palavras de um sacerdote católico que do púlpito manifestava-se contra a organização de uma escola polonesa, pois no futuro todos se germanizarão. O diretor da firma "Hansa" não vende lotes aos poloneses na nova cidade "Humboldt". Por outro lado, se os colonos em São Bento e Blumenau persistirem na resistência à germanização, serão obrigados a mudarem-se ou entrarem em contacto mais estreito com Lucena, o que não será difícil, depois que essas regiões forem povoadas, principalmente se for feita a união para o Oeste. Realmente não é difícil estabelecer a união entre Lucena e Água Amarela, posteriormente com São Mateus e Rio Claro. Se isso acontecer, teremos um belo complexo de colônias de nossa nacionalidade".

Pawel T. Wielewski in, "Kalendarz Polski", editado em Pôrto Alegre por Feliks Bernard Zdankowski em 1901.

Os textos acima foram traduzidos pelo prof. F. DRANKA.

ERRATA

	Está	Deve ser
Pg. 15	um	uma
Pg. 22	Data	Dada
Pg. 29	brasylijska	brazylijska
Pg. 32	Deverem	deveram
Pg. 42	dos	do
Pg. 50	Bogdanof	Bogdanoff
" "	Chelnicki	Chelmicki
Pg. 51	a	o
" "	afto	ato
Pg. 55	Localiaram	Localizaram
Pg. 58	Publimadas	Publicadas
Pg. 62	atravs	através
" "	Periqueira-Açu	Pariquera-Açú
Pg. 64	nobre amilia	nobre família
Pg. 68	ieram	vieram
Pg. 69	"Crônicas". Fala-nos	"Crônicas", fala-nos
Pg. 70	necessária	necessário
Pg. 71	erma-mate	erva-mate
" "	estrada	estrada
" "	Pedre	Padre
" "	em puros	em apuros
Pg. 73	infofmados	informados
" "	desejavem	desejavam
Pg. 77	Sialkowice	Siolkowice
Pg. 82	D. Francisco	D. Francisca
Pg. 86	imigrantes	imigrantes
" "	Chyly	Chyla
Pg. 87	Kobot	Kokot
" "	Blezej	Blazej
" "	Polok	Polak
Pg. 88	Gwiew	Gniew
" "	Palplin	Pelplin
" "	Starograd	Starogard
Pg. 117	êle	êles
Pg. 119	falarem	falar
Pg. 123	erma-mate	erva-mate

ERRATA

15	15	15
22	22	22
29	29	29
32	32	32
42	42	42
50	50	50
"	"	"
51	51	51
"	"	"
52	52	52
53	53	53
62	62	62
"	"	"
64	64	64
68	68	68
69	69	69
70	70	70
71	71	71
"	"	"
"	"	"
"	"	"
73	73	73
"	"	"
77	77	77
81	81	81
82	82	82
"	"	"
87	87	87
"	"	"
"	"	"
88	88	88
"	"	"
"	"	"
117	117	117
119	119	119
123	123	123

**SUPERINTENDÊNCIA DAS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA
IMIGRAÇÃO POLONESA AO PARANÁ**

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente — Osvaldo Obrosiak

Vice-Presidente — Antônio Gawronski

MEMBROS:

Sociedade União Juventus—Curitiba

Pres. Paulo Filipake

Sociedade Popular José Pilsudski — Curitiba

Pres. Feliks Kuznicki

Sociedade Renascença — Ponta Grossa

Pres. Antônio Gawronski

Supol — Curitiba

Pres. Rizio Wachowicz

Sociedade Cultural e Agrícola — Araucária

Pres. José Knopik

Sociedade São José — Rio Verde Acima — Araucária

Pres. José Gurski

Conselho Diretor

Presidente — Vicente Flenik

Secretário — Francisco Dranka

Supervisor Financeiro — Edward Czerwonka

DEPARTAMENTOS

Cultural — Coordenador Jan Krawczyk

Histórico — Coordenador Técnico Ruy C. Wachowicz

Promoções — Coordenador Rizio Wachowicz

AL-10241 THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS

A. M. ...